

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FABÍOLA MATTOS PEREIRA

“NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO”: UMA ETNOGRAFIA DAS DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO E DAS PRÁTICAS DA ASSISTÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO AGRÍCOLA, NA CIDADE DE PELOTAS, RS, BRASIL (1923-1990)

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

FABÍOLA MATTOS PEREIRA

“NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO”: UMA ETNOGRAFIA DAS
DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO E DAS PRÁTICAS DA ASSISTÊNCIA EM
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO AGRÍCOLA, NA CIDADE DE PELOTAS, RS,
BRASIL (1923-1990)

Porto Alegre, 2018

FABÍOLA MATTOS PEREIRA

“NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO”: UMA ETNOGRAFIA DAS
DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO E DAS PRÁTICAS DA ASSISTÊNCIA EM
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO AGRÍCOLA, NA CIDADE DE PELOTAS, RS,
BRASIL (1923-1990)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Alves Müller

Porto Alegre, 2018.

Ficha Catalográfica

P436n Pereira, Fabíola Mattos

"Nestes termos, pede deferimento" : uma etnografia das dinâmicas de intervenção e das práticas de assistência em uma instituição de ensino agrícola, na cidade de Pelotas, RS, Brasil (1923-1990) / Fabíola Mattos Pereira . – 2018.

231 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Alves Müller.

1. Assistência. 2. Internato. 3. Patronato. 4. Crianças. 5. Documentos. I. Müller, Lúcia Helena Alves. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

FABÍOLA MATTOS PEREIRA

“*NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO*”: UMA ETNOGRAFIA DAS
DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO E DAS PRÁTICAS DA ASSISTÊNCIA EM
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO AGRÍCOLA, NA CIDADE DE PELOTAS, RS,
BRASIL (1923-1990)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Alves Müller (Orientadora)
PPGCS - PUCRS

Prof.^a Dr.^a Carla Villalta
Facultad de Filosofía y Letras – UBA (Universidad de Buenos Aires)

Prof.^a Dr.^a Patrice Schuch
PPGAS – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Fernanda Bittencourt Ribeiro
PPGCS - PUCRS

[...] ao refletir sobre as raízes históricas da assistência à infância mais de cem anos depois, eu me dava conta de que não havia um registro sequer das vozes das crianças e dos jovens de então. [...] Mas vozes não havia. Nem deles, nem de suas famílias ou de outras pessoas que lhes fossem caros, nem resquício. Na época não entendi que esses registros não haviam ficado no papel porque não lhes era permitido o acesso. Pertenciam ao grupo dos “desvalidos” (de menos valia para a sociedade); eram pobres, vistos como pessoas pequenas perante os grandes que os comandavam. Habitavam os cortiços, as zonas lúgubres da cidade e eram retratados como viciosos, menos capazes, menos dignos. Fico a me perguntar sobre como tantas destas imagens ainda são presentes entre nós e por que não conseguimos fazer melhor. Não compreendia tão claramente quanto hoje como me gritava o silêncio de suas vozes. (RIZZINI, 2011, p. 15-16)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de pesquisa envolveu, por certo, muitas pessoas. Algumas delas não conheci pessoalmente, mas por intermédio dos documentos que estão no Visconde da Graça. Agradeço imensamente a todos os anônimos com quem me deparei, agradeço as histórias que me chegaram através dos muitos papéis que li ao longo desses quatro anos de pesquisa.

Agradeço também aos colegas de trabalho do CaVG. Meu sincero agradecimento ao servidor Roni Bach Pereira, coordenador da Coordenadoria de Registros Acadêmicos, que muitas vezes abriu as portas do arquivo do Visconde da Graça e me permitiu encontrar também, neste lugar, novas fontes e inspirações para a realização deste estudo. Um dia destes encontraremos um lugar para morada definitiva deste arquivo que tanto nos (pre)ocupa e motiva.

Ao Seu Roberto (José Roberto Correia Martins), coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Infraestrutura do CaVG, manifesto minha gratidão. Desde 2010, ano em que nos conhecemos, trocamos ideias, alegrias e também muito trabalho. Obrigada pelas fotos, pelos conselhos e por tuas memórias. O teu vínculo visceral com esta quase centenária instituição ainda é, para mim, uma fonte inesgotável de curiosidade e encantamento.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), sou grata pela possibilidade de cursar o Doutorado totalmente afastada de minhas funções como servidora do CaVG. Igualmente, agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFSul pelo financiamento dos projetos de pesquisa vinculados a este estudo: *Memória e assistência no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça: Investigação sobre as formas ‘ser assistido’ numa instituição de ensino – etapas 1 e 2 (2014-2015 e 2015-2016)*.

E, por extensão, agradeço também à Direção Geral do meu Câmpus, pela confiança depositada no trabalho do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC) que, desde 2014, autorizou a guarda do acervo histórico da instituição.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCS – PUCRS), agradeço ao seu corpo docente, especialmente à professora Fernanda Ribeiro e ao professor Rafael Madeira.

Agradeço a minha orientadora, Lúcia Helena Alves Müller, pelo apoio, dedicação, atenção, leitura e críticas tão importantes para a realização deste estudo.

Serei eternamente grata às professoras Carla Villalta, Josefina Martinez e Soledad Gestera, da Facultad de Filosofía Y Letras da Universidad de Buenos Aires. O período intenso de convivência e aprendizado durante o estágio doutoral marcou profundamente este trabalho e minha vida também.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pelo financiamento do curso através do programa PROSUC/CAPES.

Muito obrigada às colegas do PPGCS – PUCRS, especialmente a Gilse, a Lenora e a Maria Luísa. Mesmo que sigamos caminhos diferentes, cada uma num canto deste mundo, lembrarei para sempre de nossos cafés e nossas conversas.

Aos amigos do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC): Angelita Ribeiro, Leandro Silva, Maria Pereira, Nina Granzotto, Patrícia Nunes e Valdirene Bredow, pois a única coisa que tínhamos era vontade. Acho que deu certo.

Aos meus pais, Osvaldo e Luimar, qualquer palavra será em vão, pequena e inexpressiva para manifestar minha gratidão. Nosso amor é para além da vida. As escolhas que fiz, inclusive dos temas de pesquisa, foram inspiradas nos exemplos que recebi de vocês.

Aos meus irmãos: Patrícia, André e Paula, companheiros de jornada nesta vida. Obrigada pelos presentes que vocês gentilmente me concederam na condição de sobrinhos, afilhados e também sobrinhas-netas. Vocês são uma parte de mim.

Ao meu companheiro, Angelo Lopes, agradeço por tua sensibilidade e apoio, especialmente teu cuidado. Viveste comigo cada dilema, cada alegria, cada dificuldade. Acredito que isso seja amor.

RESUMO

“*Nestes termos, pede deferimento*” é um estudo etnográfico-documental das práticas de intervenções sobre crianças pobres, tomando como ponto de partida o acervo de documentos relativos a uma instituição de ensino agrícola na cidade de Pelotas / RS, com quase cem anos de existência. A expressão, frequentemente encontrada nos documentos estudados, além de inspirar o título da tese, foi reveladora de aspectos mais profundos que cercaram as dinâmicas burocráticas de seleção e inclusão. Procurei investigar, nesses documentos, as vozes que, em interlocução com o Estado, ficaram registradas nos órgãos oficiais, com a intenção de responder “quem foram os alunos e o que buscavam?”. Este estudo teve uma abordagem antropológica, focando sobre aqueles sujeitos que foram tradicionalmente objeto de intervenção estatal – as crianças pobres e suas famílias. Sobre esses sujeitos, incidiram concepções, práticas, estatutos, medidas, regulamentos que independiam de sua vontade, e é sobre tais dinâmicas que este estudo se debruçou, procurando etnografar o cotidiano vivido por meninos e meninas que recorreram ao *Visconde da Graça*. Fundada como *Patronato Agrícola Visconde da Graça* na década de 1920, a instituição, ainda em funcionamento, mantém a oferta do internato para jovens que nela desejarem permanecer, desde que observado o perfil estipulado para ingresso, priorizando, tal como em sua fundação, aqueles mais pobres. Ao longo dos anos, a instituição passou por diferentes transformações em sua nomenclatura, de acordo com as políticas estatais e, viu alteradas suas dinâmicas de funcionamento, dentre as quais o internato se insere. Mais que apresentar as transformações daí decorrentes, esta investigação tomou a prática de internamento como objeto de estudo, com a intenção de relativizá-la. Observar as dinâmicas internas e particularidades da prática de internamento, no contexto de uma instituição agrícola, foi o caminho que permitiu perceber outros aspectos que justificaram/justificam o internamento, além da pobreza, do abandono e da vulnerabilidade, sem contudo, deixar de lado a perspectiva que coloca o internamento como estratégia antiga e amplamente utilizada pelos agentes estatais para lidar com o problema das crianças pobres e suas famílias.

Palavras – chave: assistência, internato, patronato, crianças, documentos.

ABSTRACT

"Under which terms grant is requested" is a documental ethnography study of intervention practices about poor children, taking as the starting point the documental collection about an agricultural educational institution located in the municipality of Pelotas/RS, Brazil. The Agricultural Educational Institution is about one hundred years old. The expression frequently found in the studied documents, inspires the thesis title. This expression submits deeper bureaucratic process around the selection and inclusion of the students. I tried to investigate in that documents, the voices that, in dialogue with the public power, was documented in the official agencies, with the intention to answer "Who were the students and what were they searching for?" This investigation had an anthropologic way, focused in the individual who was object standarly of government intervention - the poor children and their families. Over those people concerned conceptions, practices, regulations, decisions and rules that not depended on their will, and is about this dynamic that this research pondered, an ethnography the routine lived by boys and girls that found the Visconde da Graça Educational Institution. Stablished with the Agricultural Patronage Visconde da Graça in the 1920s decade. Nowadays, the Institution works and has boarding school vacancy for young people who wants to live in, but notice the profile stablished to entrance is needed, the first of all, those poorest children as the beginning. Long years go by and the Institution has been going throughout changes as its name, in accordance with government and then changed the working dynamics, and as in the boarding school. Besides the changes in the Educational Institution, this investigation approaches the boarding school as the study object, with the aim of relativize it. Studying the intern dynamics and particularities of boarding school practice in the context of an agricultural Educational Institution, was the way to realize others aspects that could introduce the boarding school over the poverty, of the abandonment and the vulnerability. Without however to leave the perspective that notice the boarding school with the antique strategy and with extensively used for state agents to solve the problem of poor children and their families.

Key words: assistance, boarding school, patronage, children, documents.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Fotografia pórtico de entrada CaVG.....	13
Figura 02 – Estante acervo NEPEC I	26
Figura 03 – Estante acervo NEPEC II	36
Figura 04 – Prédio da Coordenadoria de Gestão Acadêmica	39
Figura 05 – Prédio atual da Direção Geral e do Depto de Planejamento	39
Figura 06 – Paiol agrícola vista fundos	43
Figura 07 – Demolição do paiol agrícola vista frontal	43
Figura 08 – Inscrição nas paredes internas do paiol agrícola	44
Figura 09 - Ruínas paiol agrícola	44
Figura 10 - Vista interna arquivo-morto	46
Figura 11 - Quadro de formandos encontrado no arquivo-morto	46
Figura 12 - Intervenção documentos	48
Figura 13 - Intervenção objetos	49
Figura 14 - Imagem atual do acervo do NEPEC	51
Figura 15 - Imagem atual do acervo do NEPEC	51
Figura 16 - Visita de ex-internos ao acervo do NEPEC	52
Figura 17 - Visita de ex-internos ao acervo do NEPEC	53
Figura 18 - Visita de ex-internos ao acervo do NEPEC	53
Figura 19 - Ex-alunos desfilando no “carroção”	55
Figura 20 – Internato masculino 1924	88
Figura 21 – “Contas culturaes” Relatório Anual 1927	108
Figura 22 – Imagem pátio interno Mercado público pelotense	112
Figura 23 – Reportagem Jornal Diário Popular 09/04/1939	135
Tabela 01 – Síntese matrículas e desligamentos Patronato Agrícola (1923 – 1933)	139
Tabela 02 - Síntese matrículas e desligamentos Patronato Agrícola (1934 – 1947)	140
Tabela 03 – Síntese condição de orfandade Patronato Agrícola (1923-1933) e Aprendizado Agrícola nº 10 / Visconde da Graça (1934 – 1943)	142
Tabela 04 - Tabela 4 – Solicitação de matrículas para alunos órfãos década de 1940	145
Figura 24 – Edital Jornal Diário Popular 15/01/1943	149
Figura 25 – O internato “de hoje” de frente para o do passado.....	207
Figura 26 – O internato “de ontem” avista o “de hoje”	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAVG – Aprendizado Agrícola Visconde da Graça
- AE – Assistência Estudantil
- ASSEXPA – Associação de Ex - Patos (ex-alunos)
- CAE – Coordenadoria de Assistência Estudantil
- CaVG – Campus Pelotas – Visconde da Graça
- CAVG – Colégio Agrícola Visconde da Graça / Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
- CRA – Coordenadoria de Registros Acadêmicos
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
- INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
- MEC – Ministério da Educação
- NEPEC – Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura
- PAVG – Patronato Agrícola Visconde da Graça
- PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PROPESP – Pró - Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
- SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
- SOE – Serviço de Orientação Educacional
- UEOE – Unidade Especial de Orientação Educacional
- UFPeI – Universidade Federal de Pelotas
- UFRRS – Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ETNOGRAFIA DOCUMENTAL: A ESCRITA ATRAVÉS DE OUTRAS ESCRITAS	25
2.1 Metodologia: abordagem etnográfica em documentos	27
2.2 A constituição do acervo e do campo da pesquisa ou sobre como construí minha aldeia-arquivo	35
3. NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE O CUIDADE DA INFÂNCIA	54
3.1 Instituições e burocracias: a regulação estatal como consenso	60
3.2 Assistência às crianças através do estado: internamento como prática de repressão e política de prevenção na passagem para a república no Brasil.....	78
4 – DE UMA HISTÓRIA DE INTERVENÇÕES A UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO: O INTERNATO, OS INTERNOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES	88
4.1 “Interne-se”: os menores desvalidos, os patronatos e a construção da assistência a partir da década de 1920	93
4.2 – Os aprendizados e as tentativas de uma nova intervenção: novos sujeitos e velhas práticas? A década de 1940	129
4.3 - Escola de instrução militar no Visconde da Graça: vestígios dos patronatos em época de aprendizados	163
4.4 - Encruzilhada entre direitos e deveres: o internato persiste	173
4.5 - Internato hoje: os caminhos da assistência no Visconde da Graça.....	199
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
ANEXOS	222

1 - INTRODUÇÃO

Mal se cruza o limiar,
sente-se o cheiro de papel velho.

(SARAMAGO, 2015, p. 11)



Este trabalho enuncia histórias de meninos e meninas que tiveram suas vidas marcadas pela passagem em uma instituição de ensino agrícola. Tais histórias foram obtidas com a construção de um acervo a partir do ano de 2014 nesta instituição, localizada na cidade de Pelotas, extremo sul do estado do Rio Grande do Sul / Brasil.

Inaugurada em 1923 como Patronato Agrícola, a instituição em foco teve sua origem junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC, assim permanecendo até 1969, quando vinculou-se administrativamente ao Ministério da Educação e Cultura. Ao longo de sua existência, a instituição ofertou e segue ofertando aos alunos o benefício do internato. O projeto dos patronatos agrícolas no Brasil surgiu a partir da lógica de intervenção social e cultural de sujeitos considerados “desvalidos da sorte”, em outras palavras, meninos classificados como órfãos.

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado a partir da análise dos documentos produzidos por agentes estatais encarregados da gestão de instituições voltadas ao cuidado da infância, objetivando compreender práticas, sentimentos e intenções cristalizadas em palavras escritas. Por meio dessas narrativas escritas, busquei responder duas questões centrais: “quais foram e quais são as práticas e as narrativas que participam da construção de um saber específico sobre a assistência?” e, ainda, “quais foram as vozes e os sujeitos que participaram dessa assistência?”

O que congreguei sob a categoria de assistência é a reunião de práticas que foram estabelecidas pela instituição em diálogo com as políticas e orientações centrais de decretos e leis que, conforme mostrarei adiante, foram emanadas dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, respectivamente. Muito antes da estruturação da política nacional da assistência social, bem como de outras políticas sociais, já contávamos com iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas para o problema da infância e é sobre um recorte de uma dessas ações que este estudo se debruçou.

Ao longo deste texto desejo apresentar como a assistência foi se consolidando no discurso e na prática desta instituição de ensino. Tal empreitada, quanto mais a pesquisa avançava, mais descortinava a presença de meninos e meninas, cujas vidas foram de muitos modos impactadas pelas

formas de gestão da infância brasileira ao longo dos anos. O desafio maior foi perceber a presença das crianças nos registros oficiais gerados e guardados pela instituição. O exercício etnográfico de investigar documentos foi construído lenta e gradualmente e, muitas vezes, não foi alcançado plenamente.

Desde 1923, crianças foram enviadas para a instituição com o propósito de serem educadas. Os motivos que levaram (ou induziram voluntariamente ou não) seus pais e familiares a essa procura serão apresentados ao longo deste trabalho. Hoje, próximo de completar cem anos desde sua fundação, a instituição consolida sua acolhida a jovens de diferentes lugares do estado do Rio Grande do Sul e do País.

O internato, lugar de acolhida e moradia, persiste. Investigá-lo foi compreender a constituição de um processo que culminou com a consolidação de um campo de atuação profissional, o da assistência. Foi também perceber como, em nível local, as políticas públicas foram e continuam sendo operacionalizadas pelos agentes estatais, partindo do seu menor *locus* de análise: os espaços de negociações, os encontros e os embates com as forças do ordenamento jurídico-educacional estatal por parte dos meninos, das meninas e suas famílias.

A institucionalização de crianças, como apresentarei ao longo deste texto, é parte do complexo das práticas de assistência adotadas pelo Estado brasileiro. Os sentidos do internamento variaram ao longo dos anos e, atualmente, na instituição estudada, o significado atribuído ao internato se relaciona com a política de assistência estudantil (alojamento para alunos menores de idade) e não às medidas socioeducativas para os “adolescentes em conflito com a lei”, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contudo, a permanência de discursos atribuindo outros sentidos ainda persiste e é por tal teimosia que, compreendo a assistência como desdobramento de um Estado que se construiu a partir de diferentes interesses, sendo ela mesma também constantemente feita e refeita, tal como defendido pela antropóloga Carla Villalta:

(...) en lugar de ver al Estado como um agente intencional, resulta mucho más útil considerarlo como “un conjunto de grupos, de organizaciones y de individuos, así como de otros actores sociales que tienen razones y fundamentos para sus propias acciones” (Melossi,

1992 a: 19). Em otras palabras, se trata de abordar al Estado como una arena de disputas, en donde diferentes actores compiten por la obtención de recursos diversos, tanto materiales como inmateriales. (VILLALTA, 2012, p. 42)

Neste estudo, entendo a assistência como questão e tema de pesquisa. Ao buscar a compreensão das práticas e narrativas de assistência, tomando uma instituição de ensino agrícola como referência, percorro diferentes políticas e ações estatais que visavam e ainda pretendem a construção de determinada ordem, a realização de certas expectativas de classe e o enquadramento de certos sujeitos.

A história da educação brasileira voltada aos grupos populares teve e continua tendo como intenção central a educação para o trabalho. Rapidamente, aponto a educação profissional em suas duas dimensões: o ensino agrícola e o ensino industrial. No entanto, a educação agrícola apareceria somente na constituição de 1934, enquanto o ensino industrial alguns anos depois, na constituição de 1937. Independente das perspectivas defendidas em ambas as propostas, indico que a educação profissional no Brasil tem sido objeto de disputas desde então e alvo de muitos projetos, de acordo com as intenções governamentais. Destaco também que, os patronatos são anteriores a tais propostas de educação profissionalizantes, sendo integrados posteriormente em tais projetos educacionais, o que justifica as muitas nomeações que lhe foram atribuídas.

A investigação documental realizada incluiu, além das fontes disponíveis no acervo, extensa pesquisa em decretos, leis e portarias. A análise conjunta de documentos mais gerais sobre o percurso histórico institucional, como os decretos de criação dos patronatos agrícolas, dos aprendizados, das escolas agrotécnicas e dos institutos federais, bem como das leis do ensino agrícola de 1910 e 1946, realizou-se paralelamente à análise dos documentos produzidos pela instituição.

Ao longo dos anos, resultado de diferentes reordenamentos e, portanto, respondendo a objetivos específicos de contextos igualmente particulares, a instituição viu alterada sua denominação por várias vezes. Neste sentido, é importante destacar que, alterações na condução das políticas e no

direcionamento do ensino agrícola no Brasil não afetaram a existência do internato. E esse fato não é de menor importância, uma vez que não foi essa a mesma realidade compartilhada por outras tantas unidades que tiveram seu princípio como patronato agrícola. Muitos foram remodelados e transformados em instituições vinculadas ao Ministério da Justiça, voltando-se somente para atendimentos de desvalidos sem qualquer intenção de formação para o trabalho; enquanto outras simplesmente deixaram de existir por diferentes razões, tais como, dificuldade de acesso, falta de estrutura mínima para atendimento dentre outras (NERY, 2010).

As histórias investigadas não resultaram de entrevistas e observações com alunos ou profissionais da atualidade. Elas foram ouvidas e extraídas de conjuntos documentais que, guardados e distantes do uso corrente, foram destinados para o arquivo-morto da instituição.

Percorrendo a história institucional a partir dos documentos, foi possível identificar pistas da ação dirigida aos sujeitos, os quais estavam/estão voltadas as políticas estatais de intervenção, sobretudo sobre a infância e a juventude pobre no Brasil. Na etnografia, tal interlocução ficará mais evidente.

Destaco, portanto, que o internato desta instituição foi estudado como contexto que permitiu, ao longo do tempo, a construção de uma moderna e complexa assistência, dotada de procedimentos, dinâmicas e de burocracias específicas. Tentarei mostrar através da etnografia como isso foi forjando-se através das práticas, ações que se tornaram visíveis pela construção e exposição de casos construídos a partir das narrativas escritas nos documentos guardados no acervo histórico.

A pesquisa teve seu início formal no ano de 2014, a partir da constituição do acervo histórico da instituição. Os documentos que possibilitaram este estudo ficaram acessíveis para pesquisa etnográfica apenas em 2015, quando finalizado o processo de reorganização documental e dos objetos e, portanto, finalmente constituído o acervo histórico. As ações de salvaguarda, higienização e realocação de documentos e objetos foram coordenadas por servidores e estudantes da instituição vinculados ao Núcleo e Extensão e Pesquisa em

Educação, Memória e Cultura – NEPEC. Dentre eles, estava a autora deste estudo.

A unidade educacional em questão possui uma área total de aproximadamente 200 hectares, abrigando salas de aulas, prédios administrativos, biblioteca, capela, casas de servidores, alojamentos para estudantes internos, cantina, quadras de esportes, leitaria, aviário, centro de tradições gaúchas, grêmio estudantil, indústria de alimentos, hortas, bosques, açude, além do Centro de Pesquisas Meteorológicas da Universidade Federal de Pelotas e outras unidades.

Destaca-se que, a instituição tornou-se amplamente reconhecida na região por sua sigla CAVG¹, a qual vem sendo mantida independente dos significados que as letras da palavra possam ter: Colégio Agrícola Visconde da Graça (CAVG), Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG) e *Campus Pelotas – Visconde da Graça (CaVG)*.

A recente designação obtida a partir da desvinculação da Universidade Federal de Pelotas e consequente ingresso na rede federal de ensino técnico e tecnológico, como Câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul, justifica a nomenclatura atual, uma vez que a estrutura dos IF's é de unidades descentralizadas, ou seja, em *Campus*.

Muito lembrada pelos pelotenses e principalmente pelos seus ex-alunos, a escola abriga muitas histórias. A rede de pessoas envolvidas afetiva e profissionalmente com a instituição revela-se de muitos modos: encontros e comemorações de aniversários de inauguração, ocasião em que a história institucional é reativada e rememorada através de novas histórias; longas postagens e dedicatórias em redes sociais, sobretudo em momentos como formaturas e conclusões de estágio. Destaca-se também, a existência da Associação de Ex-Patos (ASSEXP)², que promove encontros regulares com ex-alunos durante todo o ano.

¹ O nome Visconde da Graça será adotado sempre que se fizer referência a história da instituição ao longo de seus anos, independentemente das políticas a que esteve vinculada.

² A sigla ASSEXP (Associação de Ex-Patos) deve ser compreendida no contexto da cidade de Pelotas e das suas instituições escolares. O “pato” era o animal que designava os estudantes da escola, enquanto o “gato” fazia referência aos discentes do Colégio Municipal Pelotense, e a “galinha” ao Colégio Santa Margarida. Pode-se depreender que, tais animais eram acionados como emblema para rivalizar os estudantes entre si.

A relação de proximidade e familiaridade estabelecida pelos estudantes é alimentada permanentemente. Um exemplo disso pode ser evidenciado numa postagem em uma rede social no dia 03 de março de 2015. Nesse dia, um pequeno trecho do “Poema de amor ao CAVG”, de autoria de outro ex-aluno, associado a uma imagem da entrada da instituição, evidenciando o que chamam de “caminhos de eucaliptos”, foi apreciada (curtida) por 243 pessoas, teve 31 comentários e 18 compartilhamentos. As manifestações registradas, uma após a outra ao longo do dia, expressavam um intenso convívio. Marcas da institucionalização na vida, mas também de uma infinidade de outros significados:

“Este é um dos mais lindos Caminhos que passei muitos anos e adoro!”

“Por aqui tbem deixei marcasTodos saudamos esse caminho que sempre nos recebeu com muita alegria. Lembro bem, por exemplo, quando percorria essa avenida com meus alunos, para realização de aula prática de topografia nessas proximidades. Dias de inverno, geada ainda no campo e sol nos animando, enquanto trocávamos ideias sobre assuntos variados...Difícil não lembrar desses bons tempos”

“O meu Pai morou no internato nos anos 50!!!! Tem muita história pra contar!!!”

“Velho CAVG.....os anos se passaram, mas ainda lembramos com carinho tudo de bom que aí deixamos , pois aí também foi nossa casa.”

“Ohhh são alguns metros que fazem passar um filme na cabeça de quem morou 3 anos ai... #CAVG_ETERNO”

O convívio e a observação cotidiana dos espaços, das dinâmicas institucionais, dos prédios, dos alunos, dos bosques e do ambiente como um todo, tramaram o cenário desta pesquisa.

Falar da instituição é falar da densidade histórica que a constitui, situando a priori, como ponto de partida, a diversidade de narrativas que sobre ela foram sendo produzidas.

Cabe ainda registrar que, diante da peculiaridade metodológica, nos afastamos de uma perspectiva de captura da verdade a partir da confrontação de fontes documentais, antes compreendemos cada documento como porta-voz de testemunhos ou de omissões.

O documento é, assim, tomado como uma expressão material da cultura humana e de suas relações. Dessa forma, eles devem ser entendidos em sua complexidade, como complexo é o estudo do homem e de sua cultura. Defendo

que os documentos, embora pretendam, não são reflexos acabados da realidade, mas construções humanas que inspiram validade e verdades. Por isso, não considero a diversidade documental como limite e restrição para a realização deste estudo.

A vida das pessoas está de muitas formas nos documentos que a instituição guardou. Busquei, por um lado, compreender suas regularidades e formatos, percebendo as relações de impessoalidade que se desejavam construir com a apresentação de certas exigências burocráticas estatais como comprovantes e atestados. Por outro, o exercício certamente mais difícil, busquei perceber o que os formatos deixavam escapar. Os papéis que se avolumam no acervo são cheios de história, ricos em rabiscos, grifos, anotações, dobraduras, recados, lembretes e observações nas extremidades. A observação das margens e do que se desprendia do formato e da repetição foi a forma que a abordagem etnográfica em documentos tomou.

Muitos foram os documentos, nesta investigação, com os quais tomei contato ao longo desses dois anos, mas na coleta e análise de dados foram priorizados os formulários de inscrição em benefícios, os livros de matrículas, processos de matrícula e os relatórios anuais.

Os formulários de inscrição em benefícios foram/são adotados pela instituição para selecionar os candidatos a partir de critérios econômicos e sociais. Tais instrumentos serviam (e ainda são utilizados) como base para avaliação das condições de vida dos estudantes e de suas famílias. Eles são acompanhados por outros documentos que pretendem atestar as informações fornecidas. Os formulários estão, em grande parte, grampeados juntamente com cópias de certidões de nascimento, de casamento e de registro de imóveis, extratos bancários, comprovantes de recebimento de pensões e aposentadorias, dentre outros tantos.

Os livros de matrícula são registros condensados de todos os estudantes matriculados na instituição por determinados períodos. Eram adotados como forma de registro formal dos discentes regularmente matriculados e continham informações gerais acerca de cada aluno. A partir deles, foi possível acessar informações sobre os primeiros estudantes do Visconde da Graça.

Os processos de matrícula integram o arquivo da Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) da instituição. Nela encontram-se registros de

todos os alunos matriculados, os quais são identificados através dos números de matrícula. Quando, no ingresso dos estudantes, a instituição exige documentos para registro, são eles que integram as pastas individuais, compondo um dossiê em que constam diferentes informações sobre o período de estadia dos estudantes.

Os relatórios anuais são pequenos livros organizados pela instituição com o objetivo de informar ao Ministério da Agricultura sobre as atividades desenvolvidas. Cada relatório anual é composto de vários relatórios parciais, organizados pelos setores administrativo e pedagógico do Visconde da Graça. Há, neles, levantamentos minuciosos dos atendimentos médico e odontológico realizados aos estudantes, bem como o mapa de matrículas e de desligamentos de estudantes, relações de pagamentos, serviços de manutenção realizados, etc.

O conjunto dos documentos avaliados durante a intervenção e investigação junto ao acervo é plural e diverso em termos cronológicos.

Os documentos que foram investigados para a análise realizada abrangem diferentes períodos cronológicos e diversos formatos. A seguir, uma breve descrição:

1. Década de 1920 e 1930:

1.1 – três (03) livros de matrícula de registro dos educandos do então Patronato Agrícola Visconde da Graça referente aos anos de 1923, 1927 e 1931, respectivamente.

1.2 - trinta (30) processos de matrícula dos educandos do Patronato Agrícola Visconde da Graça referente ao período 1923-1924.

1.3 - quinze (15) relatórios anuais dos anos 1924, 1925, 1926, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938 e 1939.

2. Década de 1940:

2.1 – sete (07) relatórios anuais dos anos 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945 e 1946.

2.2 – cento e noventa e cinco (195) solicitações de matrícula realizadas ao Aprendizado Agrícola Visconde da Graça, sendo trinta e quatro (34) solicitações referentes aos anos de 1940, 1941 e 1942; sessenta e sete (67)

pedidos para o ano de 1943; quarenta e um (41) pedidos no ano de 1945 e, no ano de 1946, somaram-se cinquenta e três (53) solicitações para ingresso na Instituição.

3. *Década de 1950:*

3.1 - Atas do Conselho Disciplinar instaurado de forma mista entre professores e estudantes, que totalizam três (03) livros, sendo um livro com os registros das reuniões de 1950, um segundo das reuniões dos anos de 1952 e 1953 e, por fim, mais um livro para os anos de 1953 e 1954.

4. *Décadas de 1980, 1990 e inícios 2000:*

4.1 – quinhentos e vinte e seis (526) formulários de inscrição para solicitação de benefícios relativos aos períodos de 1985 – 1986, 1987-1988, 1988, 1991, 1992, 1994-1995, 1998-1999, 1999-2000.

Este trabalho está dividido em quatro partes e, dentro delas, encontram-se subtítulos, os quais passo a apresentar.

Na introdução, situei alguns aspectos do contexto em que se passou a investigação, apresentando elementos que compuseram o campo da pesquisa. Ainda abordei o objetivo da investigação, apresentando os aspectos que a justificaram. Delimitei o problema da pesquisa e também o volume de documentos, situando-os cronológica e quantitativamente.

Na continuidade, no capítulo *Etnografia documental: a escrita através de outras escritas*, discuto os fundamentos metodológicos da etnografia documental, particularizando a abordagem a partir dos documentos. Destaca-se, neste item, as relações da pesquisadora com o campo em que se realizou o trabalho. Numa difícil relação de distanciamento e familiaridade, procurei viver os dois movimentos metodológicos típicos da pesquisa antropológica: familiaridade e exotismo. Investiguei a instituição em que atuo como docente e, naquele contexto, voltei meus esforços para compreendê-la através dos seus documentos.

No terceiro capítulo, *“Narrativas históricas sobre o cuidado da infância”*, passo a indicar determinadas questões teóricas que embasaram este estudo, abordando concepções que discutem o Estado e sua relação com as práticas de

assistência promovidas por agentes e instituições estatais. Ao abordar tais questões, seleciono aspectos que dialogaram com os dados observados em campo (documentos), especialmente aquelas que diziam respeito à dimensão histórica das práticas de assistência às crianças dos grupos populares.

No capítulo 4, *“De uma história de intervenções a uma política de inclusão: o internato, os internos e suas transformações”*, apresento os dados de campo a partir de uma etnografia sobre as práticas de intervenção realizadas na instituição investigada em diferentes momentos de sua história. A etnografia pretendeu explorar os diferentes contextos e as percepções que orientaram tais agentes, numa intenção de inscrevê-las numa narrativa de longa duração, buscando apresentar quem foram os alunos internos, o que desejavam, quais resistências promoveram e quais dificuldades e sofrimentos viveram. Busquei apontar que, em cada contexto, diferentes lógicas de intervenção e de percepções familiares agiram, muitas vezes de forma conflitivas.

O capítulo 4 foi subdividido em 5 subcapítulos, objetivando detalhar os documentos a partir de características comuns a cada política educacional/agrícola implementada. O item 4.1 *“Interne-se: Os menores desvalidos, os patronatos e a construção da assistência a partir da década de 1920”*, foi delimitado ao período de vigência dos patronatos agrícolas no Brasil, voltando-se para observar as características e as ressonâncias da vinculação institucional do Ministério da Agricultura. Na sequência, o item 4.2 *“Os aprendizados e as tentativas de uma nova intervenção: novos sujeitos e velhas práticas?”* foi construído com a intenção de apresentar as alterações e também as continuidades observadas após o desmantelamento dos patronatos agrícolas no Brasil e a conseqüente transformação desses em aprendizados agrícolas. Assiste-se, mesmo com as intenções desejadas e transformações previstas em lei, a continuidade dos modos de fazer instaurados pelos patronatos agrícolas. No item 4.3, *“Escola de instrução militar no Visconde da Graça: vestígios dos patronatos em época de aprendizados”*, evidencio, a partir do relatório anual do ano de 1944, o único vestígio que se tem notícia sobre tal organização no Visconde da Graça. Discutirei aspectos que permitiriam compreender os investimentos na militarização das crianças e jovens que estudavam no Aprendizado Agrícola. Na continuidade, ao apresentar o item 4.4, *“Encruzilhada entre direitos e deveres: o internato persiste”*, pretendi discutir sobre os

elementos que compuseram o cenário da década de 1980-1990. O salto cronológico em relação ao item anterior se justifica em razão das lacunas também verificadas nos documentos do acervo. Durante a década de 1960 até a segunda metade da década de 1980 não há registros sobre processos de seleção e ingresso nos benefícios, exceto aqueles que fizeram parte dos dossiês de matrículas arquivados na Coordenadoria de Registros Acadêmicos. A partir de 1985 até o final do ano dos anos 1990, assiste-se a uma alteração significativa nas dinâmicas de seleção, especialmente pela quantidade de registros que foram gerados e que ficaram arquivados. Também é relevante destacar a ampliação e diversificação da assistência, que se apresentou de maneira estruturada para além da oferta de internato. Por fim, no item 4.5, *“Internato hoje: os caminhos da assistência no Visconde da Graça”*, objetivou-se caracterizar o contexto atual, descrevendo as dinâmicas e processos de seleção, bem como o lugar particular do internato no cenário atual.

Salientar alguns aspectos da trajetória institucional de modo articulado com as percepções que compartilhavam as pessoas (tanto os agentes estatais quanto as que nela estudaram) foi o eixo organizador dos capítulos que seguem. Pincei de cada período elementos históricos e também contextuais/locais, procurando estabelecer através da apresentação de casos etnográficos certos aspectos que caracterizaram cada período. Inevitavelmente, não foi objetivo (mesmo que o desejasse) esgotar a caracterização de cada período, contudo, ao longo da construção deste texto, ficaram evidentes as discontinuidades, tanto temporais quanto etnográficas. Tais lacunas indicam o quanto ainda há para ser explorado e investigado neste acervo.

2 – ETNOGRAFIA DOCUMENTAL: A ESCRITA ATRAVÉS DE OUTRAS ESCRITAS



2.1 – Metodologia: abordagem etnográfica de documentos

O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo. Como se a mão, ao fazê-lo, permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho ao tempo e as essas mulheres e homens que vão se revelando. Como se a mão, ao reproduzir à sua maneira o formato de sílabas e de palavras de outrora, conservando a sintaxe daquele século, penetrasse no tempo com mais audácia do que por meio de notas refletidas, em que a inteligência teria sido selecionada previamente o que lhe parecesse indispensável, deixando de lado o excedente do arquivo. Esse gesto de aproximação se impôs a tal ponto em que não se distingue mais do resto do trabalho. O arquivo copiado à mão em uma página em branco é um fragmento de tempo capturado; só mais tarde separam-se os temas, formulam-se interpretações. Isso toma muito tempo e às vezes faz mal ao ombro, provocando estiramento no pescoço; mas ajuda a descobrir o sentido. (FARGE, 2009, p. 23)

É consensual e esperado nas Ciências Humanas que as pesquisas iniciadas tomem rumos não esperados ou que se afastem daquilo que havia sido previamente planejado/projetado. Ao tomar nas mãos os materiais que desejava pesquisar, lentamente indagações novas foram surgindo, o que conduziu a constantes reformulações. Foi no campo da metodologia que mais fortemente adensaram-se perguntas, especialmente no que diz respeito a etnografia documental e, na sua necessária interlocução com a área da história.

A dimensão metodológica deste estudo foi fundamental para a discussão que desejei desenvolver. Aproximando-me da abordagem etnográfica adotada por Adriana Vianna (1999), Sérgio Carrara (1998), Carla Villalta e Eva Muzzopappa (2011) dentre outros, busquei extrapolar a narrativa documental e “redescobrir o cotidiano em que dominam as rotinas administrativas, com seu poder de criação de identidades, grupos, mundos e comunidades sociais.” (VIANNA, 1999, p. 13)

Somando-se a esta dificuldade de ordem prática que dizia respeito a “como” eu deveria ler os documentos e “do que” neles eu deveria selecionar e apresentar, encontrava-se um incômodo referente à dimensão cronológico-temporal. Constantemente me perguntava sobre a extensão do trabalho e sobre a multiplicidade de elementos a serem considerados, caso levasse adiante a empreitada de analisar todo o material que dispunha. Somente ao final do trabalho tive condições de assumir que, mesmo que desejasse, o texto

continuará sendo um recorte descontínuo e limitado cuja lógica seria igualmente de minha responsabilidade, porque as questões que me inquietavam também estavam implicadas na construção do texto etnográfico: “A temporalidade da pesquisa é, portanto, múltipla, pois comporta memórias e incômodos pessoais; contextos diversos, mas processualmente interligados.” (VIANNA, 1999, p. 18)

A etnografia, mais que uma técnica, é uma forma de abordagem da realidade que implica um envolvimento e um engajamento permanente na busca do ponto de vista de um nativo, que não possua contornos definidos. Primeiramente, necessitei construí-lo, torná-lo disponível em um acervo material, para posteriormente conseguir observá-lo.³

Tradicionalmente, o método da pesquisa antropológica culmina com a construção de uma etnografia, cuja intenção é a de apresentar o ponto de vista dos interlocutores do estudo, questão fundante da disciplina de Antropologia ainda no início do século passado. Nessa perspectiva, caberia ao antropólogo compreender culturalmente o universo investigado, para posteriormente, como seu exercício fundamental, tornar compreensível a fala e a vida nativa aos pares de sua própria sociedade. A disciplina se fundou tomando por base a autoridade⁴ do etnógrafo que se estabelecia por conta das assimetrias epistemológicas que, segundo se acreditava, colocavam os antropólogos num lugar superior em relação às sociedades que investigavam.

Tais questões epistemológicas acerca do método seguiram sendo discutidas e novas formas de abordar e escrever sobre alteridade foram propostas e consolidadas entre os antropólogos. Dentre as abordagens estabelecidas, identifiquei-me com a construída pela Antropologia Interpretativa liderada por Clifford Geertz (2012), que define a etnografia como uma “descrição densa”. Para ele, o que chamamos de nossos dados:

(...) são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem. [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências,

³Soma-se a este debate o trabalho de pesquisa realizado por Larissa Nadai realizado junto à Delegacia de defesa da mulher de Campinas, em 2012. A pesquisadora também não dispunha de acervo organizado tendo que conviver, assim como no meu estudo, com contexto adverso: “Era uma espécie de depósito, ouso dizer que era um lugar inóspito para a vida, exceto para as traças e baratas” (NADAI, 2012, p. 35)

⁴O debate sobre a “autoridade etnográfica” é tema central na produção de James Clifford (1998) e James Clifford e George Marcus (2016)

emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2012, p. 7)

A questão principal dessa abordagem é a sua intenção de diálogo e de compreensão de outras lógicas, sem enquadramentos prévios e avaliações antecipadas, de modo que *“Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”* (GEERTZ, 2012). Entendo que, resguardadas as particularidades da pesquisa realizada com pessoas face a face daquela realizada com documentos, a abordagem documental realizada neste estudo buscou também perceber as normalidades, as lógicas dos comportamentos e das relações sociais. Não se trata de viver a experiência como se fosse um nativo:

A meu ver, o etnógrafo não percebe – principalmente não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o “com que”, ou “por meio de que”, ou “através de que” (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. Em país de cegos, que, por sinal, são mais observadores que parecem, quem tem um olho não é rei, é um espectador. (GEERTZ, 2014, p. 63)

A etnografia é, para essa abordagem, uma interpretação organizada pelo próprio pesquisador e realizada por meio de uma descrição densa, resultado de um mergulho profundo no universo cultural do outro. Mesmo com a intenção de interpretar densamente o outro, a antropologia não deixaria de ser uma interpretação dessa alteridade, da qual ela mesma resulta.

Segundo Geertz (2012), *“os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão.”* (p. 11). Ao adotar essa dimensão, a abordagem e a interpretação decorrente da pesquisa se colocam como uma dentre tantas leituras e escritas possíveis dos fatos.

Defendi e busquei praticar este modo de fazer antropologia, numa presença ativa e permanente junto ao acervo. O mergulho cotidiano junto aos documentos foi a estratégia adotada para familiarizar-me com o universo da pesquisa. Aliou-se a este processo de imersão, conforme já citado anteriormente, uma busca paralela em decretos, leis e portarias que permitiram compreender os estranhamentos constantemente vividos conforme a pesquisa documental no acervo avançava. Sem tal aporte, compreender os modos de gestão da infância e relativizar as práticas e narrativas no seu universo particular

teria sido impraticável. Aproximei-me das discussões realizadas por Carla Villalta e Eva Muzzopappa (2011) sobre a investigação etnográfica em arquivos e documentais estatais. Para as antropólogas, a ação do Estado e de suas instituições pode ser analisada através dos documentos, regulamentos e regramentos que a própria dinâmica burocrática produz:

En este sentido, el campo de lo estatal es una construcción analítica que al mismo tiempo nos permite deshomogeneizar la idea de Estado y eludir efecto de desvanecimiento que puede conllevar la ampliación de sus límites. Esto posibilita abordar los documentos producidos por el Estado como el resultado de las relaciones de poder que lo constituyen y atraviesan. (MUZZOPAPPA; VILLALTA, 2011, p. 18)

Destaca-se ainda, que as dinâmicas burocráticas estudadas através dos documentos possuem relação visceral com o surgimento da escrita, tal como discutido por Maria Josefina Martinez (2007). Essa discussão será abordada mais adiante com o objetivo de debater sobre a importância, na pesquisa etnográfica documental, da articulação entre a escrita, os documentos e a burocracia.

O antropólogo brasileiro Sérgio Carrara, em sua pesquisa de mestrado realizada em 1987 intitulada “Crime e loucura Crime e loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século”, realizou o trabalho de campo em um arquivo. Segundo Carrara (1998), afastar-se do campo (dos documentos) foi uma estratégia para garantia da pesquisa etnográfica:

Foram de ordem emocional as razões que me fizeram debruçar preferencialmente sobre dados históricos e não “etnográficos”. Entre mim mesmo e meu objeto empírico imediato, tive que fazer intervir a espessura tranquilizadora da palavra reificada, do registro histórico, mergulhando num mar de textos, leis, processos, ofícios, moções e pareceres. Porém, essa incursão histórica, cujos contornos desenharei adiante, constitui-se a partir de problemas levantados nesse período de observação direta. (CARRARA, 1998, p. 26)

A minha experiência não foi dessa maneira, pois, nos termos da investigação que desenvolvi, a “espessura tranquilizadora da palavra reificada” teve origem nos documentos, imagens e processos analisados e reanalisados continuamente. O mergulho em campo efetivou-se através desta presença ativa e inquietante, foi assim que a familiarização com o campo pode enfim ocorrer (DA MATTA, 1987).

As dificuldades para conduzir uma pesquisa antropológica em documentos não foram totalmente superadas durante o trabalho de campo.

Muitas questões ainda seguem em aberto, destacando-se a extensão e abrangência da pesquisa, bem como o tempo necessário para adquirir familiaridade com o campo. De modo geral, tais problemas estavam relacionados com aquilo que os antropólogos definem por “aldeia”, por espaços circunscritos onde se dão as interações e observações, em suma, com o campo: “Somos unânimes no afirmar que a antropologia não se define por seu objeto, mas por seu método; que não estudamos aldeias ou cidades, mas em aldeias ou cidades” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 171). Discussões acerca da categoria, fiz uso delas para pensá-la no contexto deste trabalho. Não havia aldeia, o espaço foi sendo delimitado conforme o próprio acervo se construía. E, por isso, nesta pesquisa, o método foi e segue sendo uma discussão necessária:

Trabalhar sobre material ou registro histórico com um olhar disciplinado em ver “aldeias” e sedento de uma apreensão globalizante é, antes de mais nada, correr o risco de acumular muito mais papel que o manipulável até se dar conta de que é necessário aprender a conviver com os limites impostos pela ausência de uma totalidade empírica sobre a qual se realizará a investigação. [...] Neste caso, não se estuda simplesmente nas aldeias, mas se tem literalmente que produzir, a partir de fragmentos, as “aldeias” onde se estuda. (CARRARA, 1998, p. 53)

O fazer etnográfico em documentos deixa sempre no ar a pergunta sobre as escolhas daqueles que os elaboraram e organizaram e, especialmente, sobre aquilo que foi omitido. Situações similares concretas são igualmente vivenciadas em contextos de campo originários de situações face a face, especialmente no que diz respeito ao silêncio dos informantes:

As limitações que podem sobressair em cada um dos casos, como a parcialidade do encontro direto com interlocutores em algumas cenas e situações, ou os silêncios evidentes que se destacam nos documentos, desafiam-nos de modo simultaneamente semelhante e distinto. Semelhante porque destacam as lacunas, a sensação contínua de falta, de estarmos submetidos tanto a regimes de fala – conversas, entrevistas, depoimentos – quanto de silêncio. Coisas que não apenas não são ditas, seja por pessoas de carne e osso ou por pessoas de papel, mas que sequer suspeitamos ou sobre as quais podemos nos interrogar, por não termos indícios ou provocações que minimamente nos aticem a curiosidade ou capacidade de ficarmos incomodados. Distintos, porém, porque conferimos propriedades sociais muito diversas à loquacidade-silêncio de cada um desses domínios ou formas. (VIANNA, 2014, p. 45-46)

A percepção parcial da história do documento, sempre indesejada, nunca me abandonou ao longo do trabalho de campo. As partes que faltaram, as pastas vazias, as letras apagadas ou a caligrafia que não consegui

compreender permanecem ocultas no texto. Defendo que não se trata de metáfora a expressão “negociação com documentos”, uma vez que escrever a partir de outras escritas envolveu ainda, plenamente, negociação entre o que desejei evidenciar e o que negligenciei. A escrita da etnografia foi constrangida, ainda mais quando por força da estrutura do texto, os documentos foram usados como testemunhos que almejavam verdades:

Assim, o ato de escrever, qualquer que seja a sua finalidade, implica sempre uma certa solenidade e se desenrola em meio a difíceis negociações. Negociações onde estão presentes medos, inseguranças, compromissos, pretensões, talentos, objetivos ocultos ou explícitos, suposições, estratégias, cálculos de toda natureza e outras tantas microdeterminações nem sempre fáceis de ponderar. (CARRARA, 1998, p. 55)

A interpretação do não dito (não escrito e, portanto, silenciado), me fez pensar sobre as dificuldades da compreensão do código escrito, que diferentemente da oralidade, não responde diretamente às questões que formulamos em roteiros minimamente organizados:

Assim como certos meios físicos têm a capacidade de provocar alterações na direção de feixes luminosos que os atravessam, a massa opaca do passado também tem a capacidade de provocar grandes desvios na investigação. A trajetória inesperada desse tipo de investigação se explica em parte pelo fato de os dados compilados quase nunca responderem dócil e diretamente às questões que os fizeram emergir do esquecimento em que viviam. Mais radicalmente que nas pesquisas antropológicas tradicionais, os “informantes” são refratários às nossas preocupações, e o que falam ou falaram (e que continuam a repetir monotonamente) se dirigiu a outros ouvidos, respostas a questões e incitações que dificilmente são as que gostaríamos de provocar. Pode-se mesmo ficar anos para flagrar um desavisado “informante” disposto a falar do assunto que nos interessa. (CARRARA, 1998, p. 54)

Foi pertinente pensar sobre as questões silenciadas ou sobre aquelas que não compreendi. Tal como, nas observações das dinâmicas e das interações sociais (participantes), a observação dos documentos me exigiu a mesma postura metodológica: estranhar o familiar de modo a perceber as questões que escaparam a minha compreensão, que meu sistema de classificação e entendimento não conseguiu captar.

Atentar para as lacunas, as ausências e os restos existentes nos documentos foi elaborar, a partir do que poderia ter sido e não foi, dos sonhos (ou suas ausências) e das expectativas (ou da falta destas). O trabalho de campo me empurrou permanentemente para estes espaços vazios e, a cada folha solta,

a cada rosto anônimo numa fotografia, a cada registro de matrícula, perguntava-me insistentemente: “quem foi? por que veio? de onde veio? o que buscava? para onde teria ido depois do seu desligamento institucional?”. Pedacos de histórias que marcaram um instante de encontro entre meninos, meninas, famílias e agentes estatais, são pequenos sinais de existências mudas na história da assistência:

Sinais de uma desordem mínima que deixou vestígio, visto que deram lugar a relatórios e interrogatórios, esses fatos íntimos em que quase nada é dito, mas que tantas coisas transpiram, são locais de investigação e de pesquisa. [...] Fragmentos de vida, disputas em retalhos expostas ali desordenadamente, refletindo ao mesmo tempo o desafio e a miséria humana. (FARGE, 2009, p. 79-80)

Consciente, embora inconformada, destes limites que o campo impôs, busquei estabelecer estratégias de pesquisa amparando-me na construção de casos, enfatizando o lugar e o olhar dos meninos e das meninas que pleitearam vagas na instituição.

A questão que se tornou progressivamente presente na investigação versava sobre a necessidade de “estar com” os documentos, da mesma forma como se passava com as realidades e pessoas que observamos numa etnografia clássica. A inspiração para refletir sobre a questão encontrou amparo na proposta de Florence Weber (2009), de que não basta olhar e escutar o que dizem (e no meu caso ler suas escritas), mas é fundamental “estar com” os nativos, no meu caso, com os documentos, uma, duas e tantas quantas necessárias.

A atitude de “estar com” os documentos, tal como sugere Florence Weber (2009) em sua experiência etnográfica, foi uma tarefa inquietante. A disposição para o “estar com” os documentos foi o que me permitiu buscar respostas, ou também fazer novas perguntas, sobretudo mais adequadas e contextualizadas. “Estar com”, segundo a perspectiva etnográfica clássica, supõe refletir sobre a presença do pesquisador por longo tempo, avaliando os impactos de viver com os nativos, de modo que sua presença passe supostamente despercebida. Weber (2009, p. 31) defende que “os nativos constroem progressivamente o lugar do recém chegado.” É por razão óbvia que tal postura não atinge os documentos, até porque eles dizem o que querem dizer,

independente de quem os leia. Nunca fui uma nativa para os documentos que analisei.

“Estar com” os documentos se tornou uma prática, a única forma possível de ouvir e compreender a polifonia que continham, de retraçar um modo dentre tantos possíveis de compreensão das formas de classificação e de julgamento do outro, que neste estudo foi alvo de intervenção e de tutela.

Busquei, por muito tempo nesta pesquisa, meios para que meus dados expressassem de algum modo a riqueza encontrada em campo. Gastei considerável energia pensando estratégias que pudessem traduzir ao leitor o encantamento que sentia e as emoções que iam me despertando a cada descoberta. A insistência em construir uma etnografia em meio a documentos que poderiam ser considerados perdidos e sem valor institucional vem de Irene Rizzini, pesquisadora do campo da assistência à infância pobre no Brasil:

[...] ao refletir sobre as raízes históricas da assistência à infância mais de cem anos depois, eu me dava conta de que não havia um registro sequer das vozes [...] nem deles, nem de suas famílias [...] Na época, entendi que esses registros não haviam ficado no papel porque não lhes era permitido o acesso. [...] Não compreendia tão claramente quanto hoje como me gritava o silêncio de suas vozes (RIZZINI, 2011, p. 15)

Pretendi, mergulhando na abordagem antropológica, abordar a riqueza que o trabalho etnográfico constitui para o campo das ciências humanas e igualmente naquelas relações distantes no tempo, porém cristalizadas na escrita, que é o caso documental. Não abordei os documentos com a intenção de desvendá-los, muito antes, pretendi - nesta postura de “estar com” - escutá-los, deixá-los na sua integridade, mesmo que esfarrapados e rasgados. Usando das palavras de tantos, busquei encará-los em sua verdade e potencial criativo, com a intenção de me arriscar a construir uma escrita etnográfica através de outras escritas:

O sabor do arquivo é visivelmente uma errância por meio das palavras de outro, a procura de uma língua que salve suas pertinências. Talvez seja mesmo uma errância por meio das palavras de hoje, uma convicção pouco razoável de que se escreve a história para não contá-la, para articular um passado morto em uma linguagem e produzir a troca entre vivos. Para penetrar em um discurso inacabável sobre o homem e o esquecimento, a origem e a morte. Sobre as palavras que traduzem a implicação de cada um no debate social. (FARGE, 2009, p. 119)

2.2 – A constituição do acervo e do campo da pesquisa ou sobre como construí minha aldeia-arquivo



16197 T. 24/98
 UNIVERSIDADE FED. DE PELOtas
 CONVENIO ADOTIVO
 Livros Escolas de

664/99
 PELOtas
 ESCOLA DA GRAÇA
 Instituto de Educaçao

N.º de matrícula 028
 Nome BILLO EDUARDO MARTINS
 Data de nascimento 24.8.50
 Pai Joo Dora Martins
 Mãe Maria Teresa de
 Almeida Cabral
 Residência Rua da Paz
 1 de Vila Rica
 Escola de origem E. J. P. P.
 Data de matrícula 10/9
 Observaço

Matrícula Anual
 Matrícula

regime: EXT.
 Fone: 28.12.43

400-01 - Editora e Oficina Universitaria

16197 T. 24/98
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOtas
 CONVENIO ADOTIVO
 Livros Escolas de

664/99
 PELOtas
 ESCOLA DA GRAÇA
 Instituto de Educaçao

N.º de matrícula 028
 Nome BILLO EDUARDO MARTINS
 Data de nascimento 24.8.50
 Pai Joo Dora Martins
 Mãe Maria Teresa de
 Almeida Cabral
 Residência Rua da Paz
 1 de Vila Rica
 Escola de origem E. J. P. P.
 Data de matrícula 10/9
 Observaço

Matrícula Anual
 Matrícula

regime: EXT.
 Fone: 28.12.43

400-01 - Editora e Oficina Universitaria



registro no SDE
 171

Durante muito tempo, a antropologia definiu-se pelo exotismo do seu objeto de estudo e pela distância, concebida como cultural e geográfica, que separava o pesquisador do grupo pesquisado. Cabia a outras ciências sociais, como a sociologia, e mais tarde a ciência política, o estudo da sociedade do próprio cientista social.

Esse quadro não é mais o mesmo. Ao longo do século XX, as distâncias que separavam o etnólogo do seu grupo foram se tornando cada vez menores, com o questionamento inevitável do pronome possessivo (meu/seu): dos Trobriandeses para os Azande, destes para os Bororo, passando pelos Kwakiutl, na década de 1960, a comunidade acadêmica descobriu que era a abordagem, e não o objeto de estudo, que, desacomodada, havia sempre definido o empreendimento antropológico. (PEIRANO, 2006, p. 20)

Levar adiante este trabalho de pesquisa implicou minha subjetividade de duas maneiras principais: a primeira que se relacionou com meu lugar de atuação profissional e a segunda como pesquisadora, que mergulhou no desconhecido mundo dos documentos.

O encantamento e o envolvimento com os objetos e documentos espalhados não cessaram em nenhum momento da pesquisa, de modo a se tornar difícil, inclusive, a própria escrita deste texto sem ter presente as mais variadas experiências que iniciaram quando ingressei no programa de pós-graduação, no ano de 2014.

Em 2010, quando ingressei na carreira pública como docente do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça, fui convidada a participar, como voluntária, de um projeto de extensão sobre memória. Esta participação acabou por influenciar as escolhas que seriam feitas na definição do objeto e do problema de pesquisa que desenvolveria posteriormente. Foi através dessa breve incursão que me aproximei de documentos, fotografias, mobiliários, peças de vestuário e de vários outros objetos que atualmente compõem o acervo institucional do CaVG e que se encontra sob guarda do Grupo de Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC).

O NEPEC foi constituído em 2013, resultado dos projetos de pesquisa e extensão, coordenados por mim e pela assistente social da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) do CaVG. Ao longo dos anos, outros servidores e estudantes foram se somando as iniciativas de salvaguarda e pesquisa no acervo.

Aliado ao fato de ingressar numa instituição com longa história (cuja inauguração ocorreu em 1923) e, recém ingressante na rede federal de

educação profissional⁵, foi um desafio compreender as diferentes dinâmicas que se cruzavam naquele espaço⁶.

Alguns questionamentos eram explicados com naturalidade, sem problematização, tal como o que dizia respeito à forma pela qual os alunos eram chamados por números na instituição. Os nomes próprios dos estudantes constavam apenas nos cadernos de chamada, em todos os outros espaços institucionais eles eram identificados por números.

Outra curiosidade sobre este lugar e que me causou estranhamento foi a nomenclatura ainda persistente de alguns prédios: “Pulga” (bloco de salas de aula por muitos anos utilizado como alojamento masculino); “68” (prédio administrativo onde atualmente funciona a Direção Geral e Departamentos como o de pesquisa e extensão e também o de administração e planejamento); “Mestria” (antigo internato masculino no período entre décadas de 1950 e 1990 e, onde atualmente funciona o Curso Técnico em Vestuário e Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda); “Internato” (local construído na década de 1970 tendo em vista a separação dos alunos internos de acordo com a faixa etária); “Recreativo” (prédio construído com o objetivo de ser utilizado para recreação e interação entre os estudantes, mas que atualmente foi interditado, pois será destinado, após reforma, para abrigar o Curso Técnico em Meio Ambiente e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental); “Inspetoria” (situado na parte central da instituição que abrigava os inspetores, ou seja, aqueles funcionários responsáveis por garantir a disciplina e a ordem entre os menores e que, atualmente, cumprindo a mesma função, deseja ter alterada sua nomeação para Coordenadoria de Gestão Acadêmica).

Estendendo-se por duzentos e um (201) hectares, a instituição tem na entrada um robusto pórtico. A partir dele, segue uma estrada asfaltada ladeada por eucaliptos, dando a sensação de que eles abraçam seus passantes, conduzindo-os à parte central, onde estão localizados os prédios administrativos e grande parte das salas de aula da instituição.

⁵Para verificar a lei que deu origem a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica consultar a lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

⁶O trabalho de pesquisa de mestrado de autoria de Cristiano Lemes da Silva, defendido em 2016 trata de analisar coexistências entre saberes tradicionais frente as mudanças trazidas com a passagem para o novo formato dos institutos federais.

A característica arquitetônica é também marcante no Visconde da Graça, pois todos seus prédios são térreos à exceção do atual internato, que possui dois andares. Os prédios, em sua maioria, foram construídos em alvenaria com telhado em duas águas e, até bem pouco tempo, preservavam duas cores predominantes: branco nas paredes e azul nas portas e janelas (cores principais da bandeira do CAVG). É notável também a conservação de certas características, mesmo em construções recentes, as quais preservaram semelhanças nos formatos e estruturas.



Figura 04 - Prédio da Coordenadoria de Gestão Acadêmica (ainda chamada de "Inspetoria").
Créditos: Homero Queiroga.



Figura 05 - Prédio atual da Direção Geral e do Departamento de Administração e Planejamento.
Créditos Homero Queiroga.

O contexto de constituição da rede federal trouxe muitas mudanças na vida institucional, as quais foram sentidas em nível local de muitos modos. A forçosa expansão da oferta de cursos e, conseqüentemente, do número de servidores (tanto docentes quanto técnicos) conduziu a uma multiplicidade de ações que foram desde a alteração do nome, a estrutura organizacional (com a conseqüente complexidade do seu organograma), a reorganização do espaço físico, a ampliação e a diversificação da oferta de cursos em diferentes níveis (do ensino técnico à pós-graduação) e, sobretudo, a implantação de procedimentos burocráticos estranhos ao que até então se praticava. E foi nesta transição que se deu meu ingresso.

O acervo que tomo como campo neste trabalho tem seus antecedentes em um “arquivo-morto”. A nomeação “arquivo-morto” foi dada pelos servidores da própria instituição e designava o conjunto de documentos, objetos, instrumentos, peças de vestuário, dentre outros, que foram acumulados e mantidos sob guarda da instituição, compondo uma espécie de mosaico histórico e cultural do Visconde da Graça. Somente em um momento posterior, a categoria “acervo” passou a ser adotada como resultado de uma série de reflexões realizadas pelo grupo de pesquisa – NEPEC, a partir das ações de intervenção junto ao arquivo-morto.

O arquivo-morto ocupou diferentes espaços e foi alvo de algumas propostas de organização, que não foram levadas a cabo e nem mesmo formalizadas. Por este motivo, acredito que o conjunto de documentos e objetos apresenta também uma história de mudanças contínuas, tendo sido encontrado junto à casa 09⁷, quando a equipe de pesquisadores do NEPEC o visitou pela primeira vez no dia 05 de maio do ano de 2014.

Outras diferentes experiências de pesquisa e extensão contribuíram para a minha história de aproximação com o acervo, destacando-se a

⁷ Na instituição em que ocorreu a pesquisa foram construídas várias residências, as quais serviram, por muitos anos, para moradia de profissionais que atuavam no CaVG. Tais moradias perderam tal funcionalidade ao longo do tempo, e muitas delas encontram-se desocupadas. Estes espaços residenciais foram numerados segundo uma lógica que segue a sequência na qual foram construídas, distribuindo-se ao longo de uma estrada interna, que serve de ligação entre a parte central da instituição e um campo experimental agrícola. As casas, por estarem atualmente desativadas para uso dos servidores, acabaram servindo para guarda do popularmente chamado “arquivo-morto”. E, é numa dessas casas que o atual “acervo histórico” foi transferido.

coordenação de um projeto de extensão no próprio CaVG, que tinha por objetivo a divulgação de cursos e da assistência estudantil com especial destaque ao internato para estudantes em condição de vulnerabilidade social. O projeto que teve início em 2011 e visou estimular o ingresso de jovens de grupos populares e estudantes de escolas públicas no ensino profissional e superior. Foi a partir desta iniciativa que o contato com a memória da instituição se tornou mais necessário, especialmente na acolhida dos jovens que também manifestavam estranhamento e curiosidade sobre determinados aspectos da instituição.

A aproximação com a assistência estudantil do CaVG resultou na constituição de um grupo de estudos e, na continuidade, do NEPEC (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura).

A sensibilidade para a cultura material existente no CaVG foi provocada com a participação em um projeto de pesquisa intitulado: “INRC – Lidas Campeiras”, coordenado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sob orientação do Departamento de História e Antropologia (Instituto de Ciências Humanas). Um dos desdobramentos deste projeto foi o desenvolvimento de uma investigação no CaVG sobre a ruralidade e o gauchismo na região sul do Rio Grande do Sul. Na ocasião, juntamente com outros dois pesquisadores vinculados aos Cursos de Bacharelado em Ciências Sociais e Antropologia da UFPel, nos dedicamos em investigar como tais dinâmicas foram vivenciadas pelos estudantes. No contexto institucional, alguns elementos como a existência do Centro de Tradições Gaúchas Rancho Grande, a utilização de roupas e indumentárias típicas da lida campeira, a fabricação de objetos artesanais a partir de tentos (pequenas tiras de couro), a simulação do tiro de laço (prova comum em atividades gaúchas para verificar habilidades de domínio do animal) e o ginetear no tonel (treino/competição realizado entre alunos para simular a monta em um cavalo não domado) foram alguns elementos que justificaram a realização da pesquisa no Visconde da Graça como desdobramento da pesquisa maior do INRC. O trabalho de campo se estendeu por dois anos, com início no ano de 2010, finalizando-se em 2012.

Naquele contexto do inventário, através das observações etnográficas, fui experimentando um CaVG através de outro olhar. Passei a buscar proximidade com suas histórias e com suas particularidades. O exercício de campo foi arrebatador e teve seu início com o que era chamado de paiol agrícola.

As imagens apresentadas a seguir foram captadas no momento em que o “paiol” havia perdido sua utilidade na conjuntura da nova proposta de inovação, tecnologia e desenvolvimento que se desenhava. O paiol agrícola foi uma construção destinada ao armazenamento de grãos. A construção do paiol, segundo documentos do acervo, foi proposta na década de 1940, e sua demolição no ano de 2011. As paredes internas, construídas em madeira, guardavam registros escritos dos estudantes ao longo de vários anos. No mês de dezembro de 2011, presenciamos seu desaparecimento. Naquele contexto, havia intenção de (re)construí-lo em outro local. A promessa caiu em esquecimento e no seu lugar nada foi construído.

A sequência de imagens a seguir destaca quatro diferentes momentos do paiol agrícola: o primeiro, já construído e em funcionamento; o segundo e terceiro momento, em demolição e; o quarto momento, na atualidade.



Figura 06 – Paiol agrícola vista fundos. Fonte: Acervo NEPEC (1988)



Figura 07 - Demolição do paiol agrícola vista frontal. Fonte: Acervo pesquisadora. (14/12/2011)

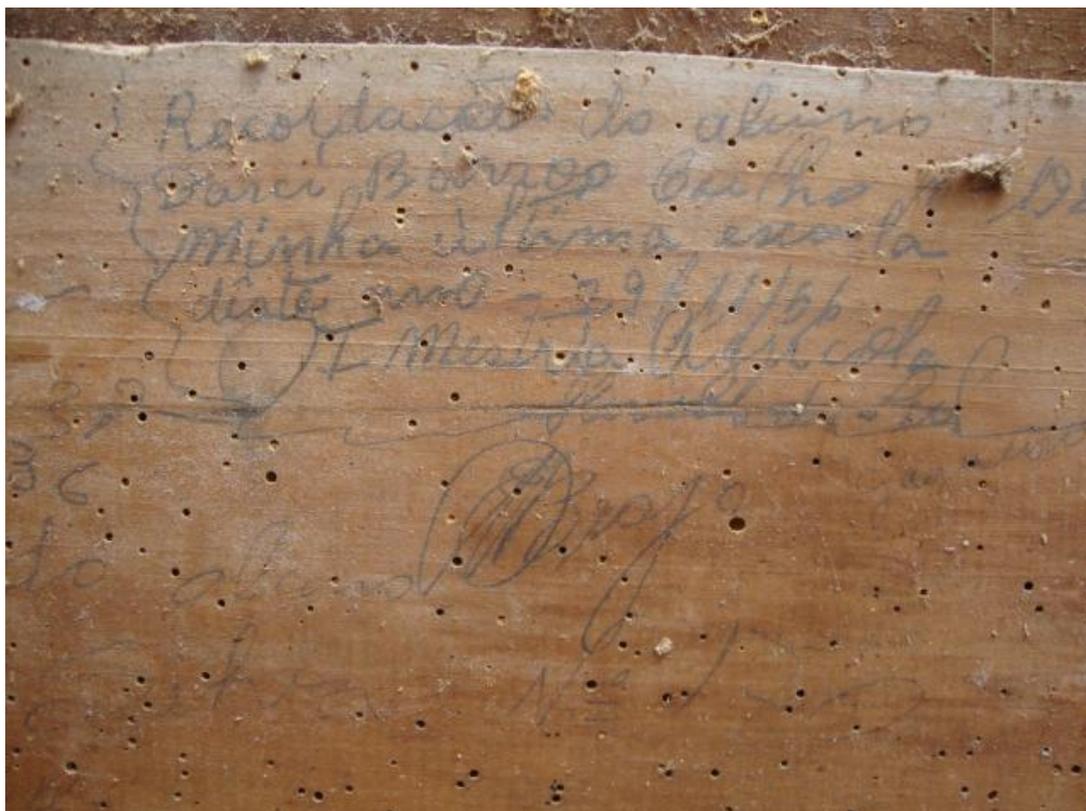


Figura 08 - Inscrição nas paredes internas do paiol agrícola: "Recordação do aluno Darci Barroso Coelho, nº 198. Minha última escala deste ano – 29/11/56. I Mestria Agrícola". Fonte: Acervo pesquisadora (14/12/2011)



Figura 09 – Ruínas do paiol agrícola demolido em 2011 (na imagem à direita pedras de alicerce usadas na construção cobertas de vegetação). Fonte: Acervo pesquisadora (04/06/2018)

A aproximação com o nomeado “arquivo-morto” ainda no ano de 2010, conforme mencionei anteriormente, embora breve, foi inquietante e mobilizadora, porque tomar ciência de seu abandono e não fazer nada para trazê-lo à vida era constrangedor e incompreensível. O encontro com as fotografias, por exemplo, que recobriam amplos e diferentes períodos da vida institucional, foi nesse sentido também inquietante. As vi pela primeira vez em uma mesa junto ao Gabinete da Direção Geral, acondicionadas em caixas de variados tamanhos e sem identificação, e as reencontrei anos mais tarde no Setor de Almoxarifado, em estado ainda mais precário de conservação.

Após a formalização do NEPEC (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura) junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFSul, a intenção de retomar a proposta de intervenção e pesquisa junto ao arquivo-morto se colocou mais fortemente, mas encontrá-lo não foi tarefa fácil, uma vez que objetos e documentos haviam sido novamente realocados. As imagens apresentadas na continuidade sugerem as dificuldades encontradas no início da pesquisa.



Figura 10 – Vista interna arquivo-morto. Fonte: Acervo pesquisadora (09/04/2014)



Figura 11 – Quadro de formandos encontrado no arquivo-morto: “Técnicos em Agricultura de 1968”. Fonte: Acervo pesquisadora (09/04/2014)

Diante da falta de condições de higiene e segurança, bem como das precárias condições de habitabilidade humana para iniciar um trabalho de pesquisa, o grupo de pesquisadores do NEPEC realizou um diagnóstico da situação em que se encontrava o acervo, sugerindo ações a serem tomadas pela Direção Geral do CaVG, sob coordenação do grupo de pesquisa. A ação fundamental seria a transferência de todo material disposto na antiga *casa 06* para outra casa, que se encontrava vazia e sem uso. A partir da autorização para ocupação provisória do local, teve início o processo de transferência documental, e assim foi tornando-se mais visível sua existência como acervo.

A aproximação com as áreas da museologia e da arquivologia foram fundamentais para a definição do que se estava constituindo, sobretudo acerca da nomeação e da definição daquilo que tínhamos em mãos. Tais diálogos permitiram ligações e distanciamentos logo no início do trabalho de campo, especialmente criando fronteiras e delimitando áreas de discussão que foram tornando-se mais claras com o andamento da pesquisa⁸. Embora não pretenda deter-me em tais debates específicos de ambas as áreas, é relevante apontar que a definição de “coleção” proposta por Pomian (1984) contribuiu para dar sentido ao material que se constituiu como fonte do estudo: “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado, preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público.” (POMIAN, 1984, p. 53)

As dificuldades de nomeação foram sendo superadas com a ampliação das ações de salvaguarda documental e material. Assim, passamos a chamar de “acervo” todo o conjunto (documental, imagético e de objetos) disponível para investigação, que a partir daí se encontrava sob guarda do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC).

⁸Com a constituição do acervo, o grupo de pesquisa – NEPEC em diálogo com diferentes universidades estruturou parcerias para a realização de cursos de formação, encontros, rodas de conversas e trocas de experiências. No ano de 2015 foi realizado Curso de Formação em memória e cultura, que contou com a participação da Universidade de Rio Grande (FURG) e da Universidade Federal de Pelotas. Neste ano organizamos também a 1ª Reunião aberta do NEPEC: Caminhos para a preservação da memória do CaVG. No ano de 2017 foi realizado o I Ciclo de conversas abertas do NEPEC: “Menores desvalidos”, um projeto societário. Igualmente neste evento debatemos com historiadores, antropólogos, sociólogos e museólogos de diferentes instituições de Pelotas e região.

A transferência documental e a concomitante higienização e reorganização em um novo espaço tomou aproximadamente oito meses de trabalho, julho de 2014 até fevereiro de 2015. Após a finalização desta empreitada é que tive condições de verificar a dimensão da pesquisa, bem como do volume de documentos a serem investigados. Somente após a construção do acervo, o qual chamei, assim como Sérgio Carrara (1998) e Adriana Vianna (1999), de “aldeia-arquivo”, foi possível constatar que a pesquisa seria viável. Graças à aprovação de projetos de pesquisa junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFSul e à contribuição de alunos bolsistas destes projetos de pesquisa, o trabalho pode ser finalizado em pouco tempo. Após a transferência de todo acervo, as ações de identificação, higienização e acondicionamento seguiram em curso, desde então, em condições mais adequadas para todos.



Figura 12 – Intervenção documentos (higienização preliminar para posterior transferência).
Fonte: acervo pesquisadora (setembro 2014)



Figura 13 – Intervenção objetos (higienização preliminar para posterior transferência). Fonte: Acervo pesquisadora (agosto 2014)

A leitura de textos produzidos por outras pessoas em contextos históricos variados me inquietou, especialmente quando refletia sobre os desafios de se compreender os motivos pelos quais foram escritos.

Ressalto que o acervo em foco se constituiu ao longo dos anos por servidores que, por razões que desconhecemos, ao menos inicialmente, tornaram-se guardiões de objetos e documentos de toda ordem. A avaliação acerca da composição qualitativa e quantitativa desse acervo ainda está em curso, todavia, de modo amplo, podemos afirmar que ele está composto por aproximadamente: 2000 imagens fotográficas; 25 quadros de formandos; 600 *slides*; cartões-ponto de funcionários/safristas referentes ao período de 1956 a 1990; relatórios anuais das décadas de 1920, 1930, 1940, 1960 e 1970; Livros de correspondências expedidas das décadas de 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000; correspondências recebidas das décadas de 1970, 1980 e 1990; diferentes livros pontos de servidores das décadas de 1920-1950 e 1980-1990. Destacam-se, ainda, os registros de convênios e contratos firmados, de modo especial, com o Governo Alemão na década de 1970 para a construção do aviário modelo. Surpreende, pelo volume de dados disponíveis, o

número de diários de classe, que estimamos ser em torno de 3800 unidades, compreendendo diferentes períodos históricos.

No acervo, estão reunidos também livros de controle de entrada e saída de estoque, livros atas (de reuniões e de presenças), processos administrativos para progressão de servidores, processos de concursos públicos (para docentes efetivos e substitutos, e igualmente para técnicos administrativos). Constam também, processos e provas de ingresso de alunos via vestibular. Ainda sobre documentos administrativos, dispomos de registros sobre tomada de preços, arrecadação de ICMS, prestação de contas referente ao Posto de Vendas do CaVG⁹, controles de estoque de diferentes setores como a Agroindústria, o Aviário e a Zootecnia.

No que tange à Assistência Estudantil, dispomos de formulários de inscrição em benefícios de diferentes períodos, portarias emitidas para suspensão e cancelamento de benefícios, incluindo perda do direito de internato. E ainda, sobre a assistência estudantil, dispomos de atas disciplinares da década de 1950, bem como, livros de matrículas dos anos de 1923 até 1944, processos para solicitação de matrícula de alunos dos anos 1940 e livro de registro de distribuição de roupas aos estudantes na década de 1920.

Ainda se encontram em fase de identificação alguns materiais não quantificados, os quais assinalamos como documentos administrativos e de gestão em geral.

Igualmente, no acervo, existem muitos troféus, exemplares do uniforme da banda, flâmulas, bandeiras, objetos oriundos de laboratórios de física e química, relógio para registro da frequência dos servidores, máquinas de escrever, aparelhos mimeógrafos, aparelho televisor, rolos de filme, projetores, discos em vinil e alguns móveis utilizados pelos setores administrativos ao longo dos anos.

⁹Durante muitos anos o Visconde da Graça manteve forte produção agroindustrial, a qual tinha como destino o refeitório da própria instituição (atualmente terceirizado) e o posto de vendas (venda direta à comunidade).



Figura 14 – Imagem atual do acervo do NEPEC. Fonte: Acervo pesquisadora (04/06/2018)



Figura 15 – Imagem atual do acervo do NEPEC. Fonte: Acervo NEPEC (05/10/2017)

Todo acervo tem muitas histórias, a começar pelo conteúdo que abriga: objetos e documentos que, separados do uso corrente, passam a ocupar um lugar nem sempre de destaque. Distante dos circuitos diários extraídos de seus contextos originais, eles evocam memórias, lembranças e podem provocar muitas narrativas.

Desde a constituição do acervo, temos nos confrontado com muitos ex-alunos, que recorrem ao NEPEC em busca de seus quadros de formatura e álbuns de fotografias. A inquietação, que não conseguem esconder, frente aos objetos que alimentam memórias do tempo em que passaram como estudantes no Visconde da Graça também é sentida entre os pesquisadores e nos tem provocado a pensar sobre as muitas histórias que devemos escutar. Resta dizer que, neste estudo, me detive em apenas apontar a presença desses senhores e dessas senhoras que nos procuram, sem me ocupar com uma análise mais profunda sobre sua perturbadora e constante presença. Sem dúvida, esse é um tema que merece ser analisado.



Figura 16 – Visita de ex-internos ao acervo do NEPEC. Fonte: Acervo NEPEC (20/11/2015)



Figura 17 - Visita de ex-internos ao acervo do NEPEC. Fonte: Acervo NEPEC (06/11/2015)



Figura 18 - Visita de ex-internos ao acervo do NEPEC. Fonte: Acervo NEPEC (09/04/2017)

3 - NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE O CUIDADO DA INFÂNCIA

A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil tem repercussões importantes até os dias de hoje. A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. O atendimento institucional sofreu mudanças significativas na história recente, particularmente no período que sucedeu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990). (RIZZINI, 2004, p. 13)



A concepção e a prática estatal formal brasileira, no que se refere aos assuntos da criança e da juventude, é tema amplo e extensamente debatido nos círculos acadêmicos e de militância. Da multiplicidade de questões que a temática enseja, a que refere ao afastamento de meninos e meninas de suas famílias de origem e o conseqüente encaminhamento para instituições é um dos temas que se destaca nesse contexto. A proposta de afastamento da família, conforme prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente na década de 1990, que pretendia a institucionalização como última instância, ainda é uma realidade distante frente aos dados que se apresentam.

Diferentes são os motivos apresentados (tanto por parte do Estado quanto por parte dos pesquisadores da área) com a intenção de justificar tais medidas, os quais não podem prescindir de uma análise historiográfica sobre a questão. O tratamento dispensado às crianças e às famílias de grupos populares, seja no Brasil ou em outros contextos bem distintos, aponta que a condição de pobreza tem sido interpretada e tratada como elemento irradiador de comportamentos agressivos e perigosos e considerada como justificativa válida para intervenções. O afastamento de crianças e jovens de seus lugares de origem familiar é prática oficial largamente adotada e defendida como instância reguladora das relações e conflitos familiares, sendo alvo preferencial as que se encontram em situação de pobreza.

O trabalho clássico de Jacques Donzelot (2001), “A polícia das famílias”, aborda as articulações e as lógicas que foram sendo tecidas na passagem de “um governo das famílias para um governo através da família” (DONZELOT, 2001, p.86). Nesse estudo, o autor aponta as transformações nos modos de gestão mobilizados sobre as famílias pobres na França, na passagem para a modernidade. O argumento para as sucessivas práticas de intervenções tem em si um conteúdo peculiar: a retórica da proteção/intervenção estatal frente à incapacidade familiar no cuidado de suas crianças e dos integrantes mais fragilizados. Assim: “(...) a tutela permite uma intervenção estatal corretiva e salvadora, mas às custas de uma despossessão quase total dos direitos privados.” (DONZELOT, 2001, p. 87). Em suma, as crianças passam a ser objeto das ações estatais de modo coordenado, articulado e amparado em um complexo de tutelarização, tomando os diferentes âmbitos da vida familiar como

alvo de ações organizadas: já que as famílias não fazem, que o Estado e suas instituições o façam.

Diferentes estudos das áreas da Antropologia e da História, ao relativizarem e historicizarem as práticas de intervenções estatais efetuadas, sobretudo em grupos populares em seus contextos de sociabilidade, problematizam as lógicas de tais intervenções e expõem o conteúdo etnocêntrico de suas concepções universalistas, as quais desconsideram os contextos locais e suas particularidades.

A fim de exemplificar brevemente, cito as pesquisas realizadas por Adriana Vianna (1999), Cláudia Fonseca (1995, 2000), Irene Rizzini (2011a), Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), Irene Rizzini e Francisco Pilloti (2011b) e Patrice Shuch (2005). Grosso modo, vislumbram-se nesses estudos que a avaliação dos agentes do Estado está orientada por um modelo familiar nuclear/tradicional. Em trabalhos anteriores (Pereira, 2005; Pereira, 2008) também me dispus a relativizar ações de intervenção realizadas em duas vilas de grupos populares, apontando que, embora fossem permeadas por relações assimétricas, as redes de assistência organizadas em torno de tais famílias eram também de proximidade, permitindo negociações e reciprocidades e não apenas submissões e subalternidade junto aos agentes estatais.

A vida dos pobres tem se construído, então, como interesse do Estado, sendo-lhe facultado arbitrar em assuntos da esfera familiar, quando lhe convier. A autoridade para intervir e arbitrar questões que digam respeito à esfera privada, além de ser antiga no Brasil, tem uma característica importante: a capilaridade. Diferentes instituições se especializaram no atendimento, no acompanhamento e no aconselhamento, nem sempre articulado, de certos grupos, munidas de um arsenal de técnicas e profissionais capacitados para a prática da intervenção social e atuando como facilitadores do acesso à cidadania.

É sobre os encontros dos menores e suas famílias com a instituição, destas narrativas geradas e organizadas a partir de encontros localizados em espaços institucionais que pretendo falar, sobre os diálogos, sobre os registros, sobre as vozes, sobre as escritas que grifaram as (in)verdades de muitos sujeitos que, como estratégia de vida, buscaram instituições de assistência. Compreendo que a voz da assistência não é e não foi unívoca, mesmo que os registros de

campo e as teorias sobre o tema falem insistentemente das interpretações e das vontades pretendidas pelos agentes estatais. Neste estudo, as contribuições do teórico russo Mikhail Bakhtin, especialmente sobre os conceitos de enunciação, polifonia e dialogismo, perpassaram toda escrita (BAKHTIN, 2011; 2015a; 2015b; 2016). Admito que trazê-lo aqui teria sido inconsequente diante da robustez de sua obra.

Em minha experiência etnográfica, a busca pela alteridade, fruto do encontro que foi sendo realizado em campo, teve como lastro a relativização. A intenção que perpassa toda escrita de pesquisa se inspirou no movimento de construção, que é próprio do trabalho antropológico: o permanente diálogo entre campo e teoria. Ao olhar relativizando, tanto a teoria, quanto o campo, o empreendimento etnográfico supõe aceitar limites e questões críticas, tal como apontado por James Clifford e George Marcus (2016). Destaco, como grande desafio deste estudo, o risco de anacronismo, colocado no encontro da Antropologia com a História.

Há risco de incorrer em anacronismo quando nos propomos refletir sobre temáticas que são fronteiriças entre campos disciplinares próximos. Há ainda que se redobrar a atenção às transposições teóricas diretas e às suas aplicações a contextos particulares. Encontro apoio em Bourdieu (2014), em sua discussão “Sobre o Estado”, quando após densa abordagem sobre a realização de sua proposta metodológica de construção de uma gênese do Estado, aponta uma questão, um erro fundamental nas análises sobre o tema:

Um dos erros latentes, quando se deixa a filosofia da história do Estado no estado implícito, é o anacronismo. Paradoxalmente, os historiadores são, de todos os eruditos, os mais propensos ao anacronismo, em grande parte porque são vítimas da ilusão da constância do nominal, ilusão segundo a qual uma instituição que guardou hoje o mesmo nome da Idade Média é a mesma. Os historiadores nos alertam, mas o fato é que uma parte de suas construções de objetos é a coleção de interesses ligados a problemas presentes sobre o passado. [...] Nunca se pode supor que a mesma coisa nominalmente é a mesma coisa realmente, mas sempre se deve traçar a hipótese de que a identidade nominal esconde a diferença real. (BOURDIEU, 2014, p. 144)

A permanência da nomeação “Visconde da Graça” faz crer em sua perenidade e, quem sabe, atemporalidade, imune às circunstâncias políticas, econômicas, sociais, culturais etc. Admito que as questões que colocamos ao passado das instituições se originam no presente, também histórico, contextual.

A consciência desse fato contribui para a manutenção da vigilância (BOURDIEU, 2004) diante das armadilhas (nominais) que se apresentam em campo: há nomes que perduram e há nomes que são esquecidos. Lembrar e esquecer numa instituição com mais de noventa anos de existência se constitui como necessidade, contudo defendo que, além de uma escolha deliberada, contextual e localizada, há elementos que perduram e “se han cristalizado a partir de elementos existentes en nuestra sociedade” (VILLALTA, 2012, p. 2).

A aparente naturalização dos processos que analisarei, ou seja, do “sempre foi assim”, oculta algo muito importante sobre as dinâmicas e disputas sociais, a saber, que todas as ações estatais são resultado de “uma relação politicamente construída, como são as categorias de percepção que a tornam possível.” (BOURDIEU, 1996, p. 119).

A burocracia, de modo geral, conforme afirmava Max Weber (2016), se instala como mecanismo generalizado nas práticas estatais, sendo instrumento legitimado e exaltado pelo caráter impessoal que mobiliza: “É evidente que, tecnicamente, o grande Estado moderno é dependente de maneira absoluta de uma base burocrática. Quanto maior é o Estado e principalmente quanto mais é, ou tende a ser, uma grande potência, tanto mais incondicionalmente isso ocorre.” (WEBER, 2016, p. 148).

Ao tratar de instituições, de modo particular as que foram criadas por ordenamento estatal (como a que apresentamos neste estudo), é significativo o peso da narrativa histórica de aparência linear. A análise, sob outro ponto de vista, realçando aspectos ainda não suficientemente questionados, não se coloca como empreendimento a ser realizado facilmente, uma vez que é elemento central na constituição das identidades dos diferentes sujeitos que a ela se filiam. Relativizar, portanto, foi um dos maiores desafios, porque implicou questionar certezas históricas consolidadas sobre a instituição de “ensino”¹⁰ ocupada com a educação de meninos pobres, realizada por uma elite intelectual ocupada em fazer o bem.

¹⁰O termo foi usado entre aspas justamente para colocar em suspenso a ideia de que o “Visconde da Graça” foi somente uma instituição de ensino. Antes disso foi usado aspas numa tentativa de evidenciar o próprio movimento vivido em campo, quando se verificou que, sob o uso corrente “CAVG” outros sentidos estavam ocultos, embora subentendidos e implícitos no seu nome histórico.

A pretensão de universalidade, racionalidade, gestão impessoal e burocrática, tão desejadas no Estado que se pretendia moderno, encontra na assistência – como campo organizado da gestão do social – um contraponto essencial em relação às práticas de caridade conduzidas pela cristandade: um campo de saber técnico especializado no conhecimento estatal da pobreza. O saber técnico se constitui apoiado em dados “objetivos”, tendo o ramo da Estatística como aliado na consolidação do campo profissional particular nos assuntos do “social”. A quantificação, adotada como estratégia objetiva, foi um dos elementos que introduziu a racionalidade laica e modernizante em um universo dominado por práticas religiosas (CASTEL, 1998).

No caso particular do meu campo realizado nos arquivos de uma instituição de ensino, persistiram atuando diferentes lógicas sobre a assistência, as quais tenho a intenção de demonstrar na continuidade deste trabalho. E nessa direção, não poderia deixar de evidenciar a complexidade da assistência, mesmo ainda incipiente e não nomeada como tal. Retomo aqui o que nomeei por assistência nas páginas iniciais deste estudo, procurando, com isso, evitar transposições teóricas e anacronismos.

As interferências estatais na vida das famílias, sobretudo protagonizando medidas de afastamento de crianças e jovens, torna as instituições e os agentes estatais um campo fundamental na análise da assistência, especialmente pela característica histórica brasileira desta aliança. É o que pretendo abordar a seguir.

3.1 – Instituições e burocracia: a regulação estatal como consenso

Lá na minha Conservatória costumamos usar o fio de Ariadne, nunca falha, Também houve uma época em que nos servimos dele, mas durou pouco tempo, o fio apareceu-nos cortado em várias ocasiões e nunca se veio a saber quem tinha sido o autor da tropelia nem a razão por que a cometeu. (SARAMAGO, 1997, p. 223)

De maneira semelhante ao protagonista da história de Saramago, apresentada na obra “Todos os nomes” (SARAMAGO, 1997) que buscou sem cansar um nome desconhecido em meio a tantos que compunham a Conservatória do Registro Geral, embrenhei-me numa busca dos muitos nomes que foram selecionados e também excluídos do Visconde da Graça. Os

informantes deste estudo foram todos os nomes que compuseram os registros do arquivo-morto da instituição. Através desses nomes, desses muitos “quem” até então anônimos, tentei compreender a centralidade do internato no contexto investigado, discutindo assim a lógica da intervenção social sobre as famílias pobres pautada pelo afastamento das crianças e do seu deslocamento para instituições.

Ao seguir a direção de um nome, descortinei outros tantos nomes que foram sendo conhecidos através dos arquivos que guardavam os muitos formulários (de inscrição, seleção, matrícula, desligamentos, entregas e etc.). Na medida em que iam sendo descobertos, os nomes passaram a ser ouvidos, a terem voz e, conseqüentemente, permitiram-me contar algumas de suas histórias.

Ao tomar este caminho de busca dos nomes, dos contornos e das vozes, talvez estivesse caindo numa armadilha apontada alguns parágrafos atrás por Pierre Bourdieu quando tratei brevemente da “ilusão da constância nominal”. E, mais ainda por tomar o internato (e, conseqüentemente, a permanência do seu nome) como central na análise, arrisquei deliberadamente cair naquilo que desejava combater: o anacronismo.

Dediquei esforços para analisar uma determinada forma de organização estatal cujo nome se cristalizou na instituição: o internato. E, ao se cristalizar, levou a supor sua perenidade, sua constância, tratando-se de ser acionado e interpretado como mecanismo pleno da assistência e, portanto, uma forma de inclusão dos sujeitos que recorreram ao Visconde da Graça desde sua fundação. Por tais razões, passo a discutir e relativizar o internato a partir de agora.

Partindo do internato, pretenderei apontar que, além de ter sido forjada a partir de um ordenamento maior, esta mesma organização – o internato – foi promovendo transformações naquele mesmo espaço que o permitiu surgir, transfigurando muitas vezes os sentidos de sua existência/permanência.

Falar do internato é falar de maneira real e metafórica sobre a existência de uma linha invisível que nos permite compreender um pouco mais sobre a história de intervenções sobre crianças e famílias pobres. É também falar de um projeto político, estatal, educativo, moralizador, construtor da Nação. Tentarei evidenciar, para além dessa intenção totalizadora, as rupturas, os fios que se

partiram ou que foram partidos e, as supostas emendas com que me deparei e/ou tive condições de assim perceber.

Partindo destas delimitações, acredito que este estudo traz em seu bojo duas preocupações centrais. A primeira questão diz respeito à abordagem metodológica, que se voltou para a dinâmica de construção do problema de pesquisa e todos aspectos que envolveram a forma de narrar os achados da pesquisa. Ou, em outras palavras, de identificar “quais foram as vozes escutadas em campo?” e “como falar sobre estas vozes?” Em suma, tratou-se mais de apontar o processo de escuta transformada em escrita “polifônica”, do que, como mais frequentemente ocorre em pesquisas documentais, de “dar voz aos informantes”. A dimensão metodológica esteve, portanto, mais voltada a pensar o processo de escuta, porque se manteve mais vivamente comprometida com a busca do “quem” no texto etnográfico.

A segunda questão central está assentada no movimento teórico que permitiu construir metodologicamente este estudo. A etnografia, feita dos encontros da empiria com a teoria, levou necessariamente ao debate sobre as práticas estatais no contexto de intervenções sobre as populações. No entanto, ao abordar as práticas estatais de seleção, classificação e, portanto, de exclusão, busquei trazer para a discussão elementos que possibilitassem refletir sobre tais práticas no contexto brasileiro, evitando assim importações teóricas sem a necessária contextualização. Busquei defender que a assistência, além de vir acompanhada de um processo de racionalização estatal, foi e ainda é fruto desta mesma racionalização. Assim, ela própria foi construindo a racionalidade de que tanto necessitava para a construção de um espaço específico de atuação, de existência e de um corpo técnico-profissional.

Retomo, na tentativa de compreensão das dinâmicas em seus respectivos contextos, alguns aspectos sobre a história da assistência à infância, em especial suas conexões com a assistência que passou a ser capitaneada pelo Estado brasileiro de modo singular, a partir da instauração da República no Brasil. Tal discussão é relevante porque aponta os elementos motivadores para a instauração do internato no Visconde da Graça. Além de contribuir para a compreensão do universo simbólico em que as elites navegavam, na execução desta ação estatal.

Paralelamente, situei o debate sobre a minoridade, trazendo as contribuições de alguns autores para pensar os atravessamentos de classe e raça que tiveram também significativa contribuição na construção da lógica de internamento no Brasil. Cabe ressaltar que as conexões entre público-privado no atendimento às demandas da assistência serão também enfatizadas para pensar as mediações efetuadas pelo Estado quando ele mesmo estava a se constituir.

Resta ainda dizer que, o trabalho apontará o que se constituiu como prática da assistência em momentos históricos descontínuos, propondo-se pensar as negociações e estratégias articuladas por dentro daquilo que chamamos instituições do Estado. Em diferentes temporalidades, ajustamos o foco em alguns aspectos recorrentes, identificando-os como marcadores das alteridades em contato. Enfatizei o universo dos processos de seleção, destes pinçando elementos recorrentes, tais como as cartas das mães, as visitas familiares e as questões disciplinares. Tais elementos, pretendo apontar, revelaram as vozes, o “quem” ocultado nos documentos, porque construídos através de intenções outras, que classificaram, ordenaram e construíram um modo de ser alheio ao universo cultural do qual eram oriundas.

Realizada breve introdução sobre o tema da pesquisa, iniciarei a descrição da abordagem teórica, situando-me no campo da antropologia, especificamente nos debates sobre as práticas estatais e burocráticas de gestão da infância. A discussão enfatizará os modos/formas como o Estado, suas instituições e os diferentes agentes que nele atuam (e o constroem) compreendem e implementam ações de intervenção nas famílias, o que torna possível perceber a concepção de infância que os orienta. Tal ênfase tratará de apontar as múltiplas faces que o Estado assume na gestão da vida das populações mais pobres, tornando-a, portanto, objeto de intervenção.

Partindo da intenção de relativizar o Estado como um ente abstrato, afastado de suas instituições e agentes, apresentei brevemente algumas questões iniciais sobre o assunto, inserindo o debate no campo das ciências sociais (relação indivíduo-sociedade) e da história (legado do individualismo e seu impacto na constituição do Estado moderno). Particular atenção foi dada ao debate sobre as ações estatais e a burocracia, pensando o lugar dos sujeitos (neste estudo os menores e suas famílias) em suas relações e negociações com

as forças do ordenamento estatal (instituições e agentes estatais). Lidar com os códigos estatais e com seus procedimentos requer de muitos sujeitos saberes e aptidões que são forjadas nestas mesmas interações.

A aprendizagem das dinâmicas burocráticas por parte dos sujeitos, as quais ficaram inscritas e evidenciadas nos documentos, conduziu a um debate necessário sobre as formas pelas quais os sujeitos interagem com os mecanismos do ordenamento estatal.

O clássico paradoxo indivíduo-sociedade, a partir do enfoque das instituições, adquire um contorno específico (não necessariamente central) tendo em vista o lugar em que se realizou a pesquisa de campo. O campo – uma instituição de ensino histórica e culturalmente situada – foi construído a partir dos documentos deixados pelos sujeitos que dela fizeram parte: os alunos, as famílias e os responsáveis pela condução institucional (fossem professores, militares, instrutores, inspetores etc.).

O debate, ao situar-se neste difícil equilíbrio entre indivíduo e sociedade, dedica-se a compreender teoricamente a convivência entre objetivos institucionais (que refletiram diferentes projetos estatais) e os arranjos locais - resultado das interpretações, valores e intenções muitas vezes particulares (locais).

A escola poderá, portanto, ser entendida aqui como espaço múltiplo, diverso e também objeto das ações de Estado. Os sujeitos que dela fazem parte estão submetidos a uma organização do espaço e das relações que são previamente estabelecidas e permeadas por relações de poder assimétricas.

O trabalho da antropóloga Mary Douglas intitulado “Como pensam as instituições?” é uma referência importante no debate sobre as instituições e das relações de sentido estabelecidas com os sujeitos que dela participam. A autora, explorando a vertente durkheiminiana, posiciona-se contrária a perspectiva defendida pelos teóricos da escolha racional.

As instituições, segundo a autora, não podem prescindir da presença humana, bem como da solidariedade e de engajamentos coletivos. Esta afirmação conduziu ao debate sobre a importância do laço social e das relações de confiança que são estabelecidas entre os sujeitos. A existência de instituições pressupõe que regras e normas existam, sejam conhecidas e reafirmadas pela

coletividade, caso contrário, as relações de confiança findam-se e a instituição desaparece.

A adesão pessoal e a predisposição para tomar parte ou não de determinadas relações sociais foi um dos destaques apresentados pela antropóloga Mary Douglas (1986). Segundo a autora, “a verdadeira solidariedade é apenas possível se os indivíduos partilharem as categorias do pensamento.” (DOUGLAS, 1986, p. 22).

A existência de laços de solidariedade e, portanto, de pensamentos comuns, não possuem relação, para Mary Douglas, com o tamanho da sociedade na qual o sujeito faz parte. Ela defende que a questão da “escala” não dá conta da totalidade dos argumentos que até então eram utilizados para pensar sociedades simples (primitivas) e complexas (modernas), os quais argumentavam que, em razão de seu tamanho, as sociedades primitivas organizavam-se com base em relações de pessoalidade, e as complexas, em razão de sua interdependência e divisão do trabalho. Se assim o fosse, os sujeitos das sociedades complexas jamais abririam mão de interesses particulares para se sacrificarem em nome do grupo. Neste sentido, um pequeno grupo, como uma escola, poderia compartilhar e preservar os laços de confiança, que permitiriam sua reprodução e engajamentos coletivos.

Para Douglas, há mais limites que deveriam ser explorados antes de encerrar a discussão e, dentre esses argumentos, encontra-se a categoria “grupos latentes” desenvolvida por Olson. Tais grupos fazem parte das mesmas instituições, mas atuam estrategicamente em determinados momentos:

De acordo com Olson, os problemas da acção colectiva, tal como declarados na teoria da escolha racional, podem apenas ser resolvidos através da coerção, ou através da atividade, isto é um subproduto de custo baixo de acções empresariais dirigidas aos benefícios selectivos individuais, ou através da mistura de ambos. Uma comunidade que não tenha qualquer um destes estímulos é atormentada pela indecisão e dissensão. Qualquer individuo racional que decida ser um membro, sabendo que nenhuma sanções podem ser aplicadas contra si e que não existem quaisquer recompensas especiais, vai ponderar se se sairia melhor por conta própria. Quando se trata deste caso para todos os membros, o grupo deve permanecer latente. Sendo assim, pode reunir um esforço combinado para uma atividade de curta duração – angariar ou protestar – mas não muito mais. (DOUGLAS, 1986, p. 40)

A autora afirma que os grupos latentes são estratégicos porque neles se concentram “os problemas da acção coletiva” (DOUGLAS, 1986, p. 62), as

discordâncias, as diferenças oriundas das relações sociais estabelecidas coletivamente. Em outras palavras, os sujeitos participam, portanto, não apenas individualmente, realizando as escolhas que mais lhes convém (conforme defendido pela teoria da escolha racional). A autora defende que os laços e compromissos sociais assumidos coletivamente são formados quando “os indivíduos colocam nas suas mentes um modelo de ordem social” (DOUGLAS, 1986, p. 67). Tal processo é cognitivo e também social, uma vez que “o processo cognitivo mais elementar dos indivíduos depende das instituições sociais.” (DOUGLAS, 1986, p. 68).

Embora a crítica à teoria da escolha racional, sua perspectiva considera que o pensamento dependerá das instituições e, por isso, os indivíduos agem de acordo com modelos definidos socialmente. Sem abandonar o sujeito, a autora ajuda a compreender a potência e a força de reprodução de certas organizações, dentre as quais pode-se enfatizar, no contexto deste estudo, a instituição do internato.

Nesta linha de argumentação, Norbert Elias (1939) desenvolve interessante abordagem para tratar das interações / relações entre os indivíduos e a sociedade. No esteio da modernidade e na intenção de responder a necessidade de diferenciação social promovida por esta mesma modernidade, o debate clássico indivíduo-sociedade é, para o autor, uma invenção recente fruto do absolutismo e do renascimento (ELIAS, 1993, 2v.).

Ao lançar-se nos caminhos da história para rastrear a origem dos conceitos, Norbert Elias aponta que este par (indivíduo - sociedade) possui história recente e encontra-se atrelado ao seu uso linguístico (ELIAS, 1994, p. 129). O autor adota, para fins analíticos, duas categorias, ambas associadas à identidade, o “eu” e o “nós”, ou melhor, a identidade-eu e a identidade-nós.

Na sua obra “A sociedade dos indivíduos”, uma análise interessante ocorre em torno da construção do individualismo, particularmente o que fez emergir a noção de indivíduo apartado do grupo, diferentemente de outras concepções preexistentes:

A maneira acrítica como o termo “indivíduo é usado na conversação nas sociedades mais desenvolvidas de nossa época para expressar a primazia da identidade-eu pode levar-nos a presumir, equivocadamente, que essa ênfase seja a mesma nas sociedades em todos os estágios de desenvolvimento e que tenham existido conceitos

equivalentes em todas as épocas e línguas. Não é esse o caso. (ELIAS, 1994, p. 130)

A proposta de Elias se desdobra em argumentos que ajudam a compreender a individualização a partir do novo lugar que passou a ocupar no contexto de variadas transformações: concepções de si, da autoconsciência e do sistemático controle sobre o comportamento. Desde então, estabeleceu-se uma separação nítida e consciente entre os mundos exterior e o interior, no contexto da Europa, entre os séculos XV, XVI e XVII. Para o autor, o processo de individualização:

(...) estabeleceu um paralelo com a transição de uma consciência mais “externa”, dependente das autoridades, para uma consciência mais autônoma e “individual”. Em retrospectiva, podemos ver com maior clareza quão estreitamente essa nova forma de autoconsciência esteve ligada à comercialização crescente e à formação dos Estados, à ascensão de ricas classes aristocráticas e urbanas e, não menos importante, ao poder visivelmente crescente dos seres humanos sobre os fenômenos não-humanos. [...] Em suma, ascenderam a um novo nível de autoconsciência. As duas mudanças – na imagem do universo não-humano e em sua auto-imagem – estiveram intimamente ligadas. (ELIAS, 1994, p. 85)

Elias se concentra no argumento de que o que sustenta nossa compreensão e entendimento de mundo é um “padrão social de pensamento e discurso” (ELIAS, 1994, p. 79), que estará organizado dependendo do contexto de relações sociais, econômicas e políticas no qual se está inserido. A garantia de sua reprodução institui, para o autor, um “padrão social de controle sobre a área de vida em questão”, sendo esse determinante e instrumental, inclusive para o universo de questões que julgamos pensar livremente.

A parábola das estátuas pensantes ilustra a defesa empenhada por Elias. Imóveis, encerradas em si mesmas, ousam apenas imaginar a realidade alheia a partir de suposições que são estabelecidas a partir de sua própria experiência de imobilidade. O entendimento é formado por associação com suas próprias opiniões, nada além disso. A imagem das estátuas que pensam foi usada para exemplificar os motivos que passaram a ser dados por determinados grupos, para justificar a solidão e o isolamento vivido em relação ao mundo externo. (ELIAS, 1994, p. 94)

A ideia de insulamento resultado desta separação entre o mundo exterior e o interior foi construída, segundo o historiador, como a forma pela qual as

peças passaram a perceber a si mesmas frente aos múltiplos controles que iam incorporados na transição para a modernidade: “E o que era, a princípio, um ditame social acaba por se tornar, principalmente por intermédio dos pais e professores, uma segunda natureza no indivíduo, conforme suas experiências particulares.” (ELIAS, 1994, p. 98)

A indivisibilidade do eu em contraponto com a diversidade do nós ganha contornos importantes, sobretudo, impulsionada pela dinâmica das sociedades que passam a se chamar de modernas. A discussão sobre holismo – individualismo não será aqui apresentada, já o fiz em outro momento (PEREIRA, 2008), mas cabe asseverar que o individualismo é datado historicamente e não se instalou uniformemente. No entanto, é fato que essa oposição se cristalizou também nas interpretações, sendo tratada como dado natural.

De maneira ampla, o conceito de sociedade referia-se “às sociedades organizadas como Estados, ou talvez tribos” (ELIAS, 1994, p. 134). No entanto, na maior parte das análises, sociedade e Estado foram tratados como entes somente quando funcionavam de acordo com dinâmicas similares às estatais.

A desconsideração de outros formatos que fugiam da padronização estatal, nos termos de Elias, levou-me a refletir sobre o que se considera Estado. Aproximei-me, por isso, da abordagem apresentada por Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que discutiu o tema no contexto de suas construções teóricas sobre o conhecimento praxiológico, as noções de campo e habitus.

Ao tratar da gênese dos conceitos, diferentemente de Foucault que trata da genealogia, o pesquisador francês enfoca a trajetória e os usos que o termo “Estado” foi assumindo até conquistar o lugar central que assumiu na atualidade:

Para mim, o originário é o lugar em que se constitui um certo número de coisas que, uma vez constituídas, passam despercebidas. O originário é o lugar do essencial, o lugar em que se veem melhor as lutas, pois as resistências à constituição do Estado são muito importantes. [...] Se os inícios são interessantes, não é na sua qualidade de lugar do elementar, mas na qualidade de lugar em que se vê a ambiguidade fundamental do Estado, que é o fato de que aqueles que teorizam sobre o bem público são também os que dele se aproveitam. Vê-se muito melhor o lado biface do Estado nos seus primórdios porque o Estado existe em nossos pensamentos e estamos constantemente aplicando um pensamento de Estado ao Estado. Sendo nosso pensamento, em grande parte, o produto de seu objeto, ele não percebe mais o essencial, em especial essa relação de pertencimento do sujeito ao objeto. (BOURDIEU, 2014, p. 134)

Bourdieu pretendia apresentar como o conhecimento se impregnava nas dinâmicas sociais e nas realidades individuais, em outras palavras, na estrutura e nas consciências. Tal é sua convicção que o autor afirma:

O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos – diplomas escolares, títulos profissionais ou calendário. De regressão em regressão, chegamos a um lugar que é fundador de tudo isso. Essa realidade misteriosa existe por seus efeitos e pela crença coletiva em sua existência, que é o princípio desses efeitos. [...] (BOURDIEU, 2014, p. 38)

A fim de escapar de uma concepção que tem fundamento em uma crença “de uma entidade que existe pela crença” (BOURDIEU, 2014, p. 39), o autor sugere a substituição de Estado pela noção “atos de Estado – pondo ‘Estado’ entre aspas -, isto é, atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social”. Mais adiante, Bourdieu retoma atos de Estado como sendo: “(...) atos autorizativos, dotados de uma autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último [...] Têm em comum ser ações feitas por agentes dotados de uma autoridade simbólica, e seguidas de efeitos.” (p. 40)

Os efeitos da ação de Estado, para se tornarem efetivos, necessitam de consentimento de uma comunidade. O termo comunidade foi empregado pelo autor como sinônimo de nação ou Estado “no sentido de conjunto de pessoas reconhecendo os mesmos princípios universais.” (p. 41). Assim, para Bourdieu, o consenso e a atribuição de valores universais compartilhados pelos sujeitos é o que tornam válidas as ações ditas de Estado. E é em sua manifestação pública, oficial e universal que tais atos se consolidam e reproduzem.

As manifestações fazem crer na naturalidade do Estado e em sua estabilidade. E, justamente tal aura que Pierre Bourdieu deseja afastar analisando como tal aparência foi construída nas estruturas e nas subjetividades, o que o levou a alterar a fórmula clássica apresentada por Max Weber.

Partindo do sociólogo alemão, a concepção de Estado defendida por Bourdieu coloca em suspensão a ideia de Estado como “comunidade humana” e, em seu lugar, coloca “X” como o elemento a ser determinado. Tal elemento indeterminado reivindica o uso da força não apenas sobre determinado território, mas agora sobre o conjunto de determinada população. Em outras palavras, são

incluídas as disputas pelo exercício do poder. E, para atingir este objetivo, o autor propõe que seja adotada metodologia específica, a gênese (como já mencionado): “gostaria de propor um modelo de emergência do Estado, visando dar conta, de modo sistemático, da lógica propriamente histórica dos processos ao termo dos quais se instituiu isso que chamamos Estado” (BOURDIEU, 1996, p. 98).

Na continuidade, o autor defende que o Estado, tal como o conhecemos, é resultado da acumulação de diferentes tipos de capital que, juntos, configuraram um

capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital [...] Segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do campo do poder, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar). (BOURDIEU, 1996, p. 100)

Tal capital simbólico é reconhecido pelos agentes sociais e também entendido como um valor porque identificado com as visões de mundo destes mesmos agentes. O Estado seria, portanto, lugar de reprodução por excelência deste poder de inculcação de valores, porque é nele que residem “os meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas” (BOURDIEU, 1996, p.107-108). Este poder circunscrito ao Estado é “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica [...] quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Ao manifestar a potência estatal como fruto de disputas pela hegemonia do poder de classificar, Bourdieu assenta também neste sentido sua eficácia, na medida em que nos faz acreditar em sua raiz transcendental, superior e mais elevada que as vontades individuais. Cria os sentidos de uma origem histórica comum, decretando “quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação.” (BOURDIEU, 1996, p. 116).

É através do habitus¹¹, das disposições incorporadas, que nos submetemos e acreditamos na ordem social instaurada pelo Estado. Não se trata de uma obediência cega, mas dotada de sentido lógico, que nos conduz a acreditar em sua imanência e poder de instituição:

A submissão à ordem estabelecida é produto do acordo entre as estruturas cognitivas que a história coletiva (filogênese) e individual (ontogênese) inscreveram nos corpos e nas estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam: a evidência das injunções do Estado só se impõe de maneira tão poderosa porque ele impôs as estruturas cognitivas as quais é percebido”. (BOURDIEU, 1996, p. 117-118)

Retomando a abordagem clássica indivíduo-sociedade, Bourdieu pretendia superar a dicotomia encontrando uma solução de mediação. Fornecendo-nos elementos para compreender a gênese das ações de Estado, possibilitou a visualização do Estado como resultado de um campo¹² de disputas, de intenções que foram sendo cristalizadas e tomadas como absolutas e normalizadas: “A gênese do Estado é a gênese de um lugar de gestão do universal, e ao mesmo tempo de um monopólio do universal, e de um conjunto de agentes que participam do monopólio de fato dessa coisa que, por definição, é o universal.” (BOURDIEU, 2014, p. 149).

Contudo, embora tenha como intenção superar a dicotomia clássica, Bourdieu acentua o peso da relação de dominação e das assimetrias de poder daí resultantes. Para o sociólogo francês, o maior objetivo de sua análise sobre a gênese do Estado é revelar que este conjunto de juízos e entendimentos que

¹¹ A obra de Pierre Bourdieu é vasta e multifacetada, com abordagem metodológica específica e diferentes campos de pesquisa. Há muitos modos de abordar as contribuições teóricas do autor, mas sem dúvida as noções de habitus e campo são indispensáveis. Como não é intenção neste estudo abordar em profundidade, resta mencionar que o conceito de habitus refere-se a um: “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizada e um maestro.” (ORTIZ, 1983, p. 15).

¹² A categoria “campo” é outro conceito central da perspectiva adotada por Pierre Bourdieu. O sociólogo brasileiro Renato Ortiz, na introdução da obra “Pierre Bourdieu: Sociologia”, define o campo como “esse espaço onde as posições dos agentes encontram-se a priori fixadas. O campo define-se como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. [...] Dentro desta perspectiva, resolve-se o problema da adequação entre ação subjetiva e objetividade da sociedade, uma vez que todo ator age no interior de um campo socialmente determinado.” (ORTIZ, 1983, p. 19) É, nesse sentido que, Bourdieu trata de sua teoria da ação, numa interlocução dialética entre “uma situação dialética e um habitus” objetivando as práticas tidas como individuais/subjetivas.

conferem ao Estado tamanha importância é “o ponto de vista dos que dominam dominando o Estado, dos que, talvez sem se propor isso como fim, contribuíram para fazer o Estado a fim de poder dominar” (BOURDIEU, 2014, p. 238).

Há ainda mais um aspecto da obra do autor que eu gostaria de destacar, que diz respeito à ênfase na dimensão burocrática e a sua autonomização como campo. Compreendendo a burocracia como um campo dotado de uma lógica particular “no interior do qual funciona uma razão de Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 261), pois atribui um lugar importante dentro da edificação do próprio Estado.

A razão de Estado, construída em grande medida pela contribuição dos juristas, é resultado de um longo processo de autonomização em relação à razão da casa, construindo algo totalmente novo: “A razão do Estado é essa espécie de razão que vai além da razão moral – e é este todo o problema -, isto é, além da razão doméstica” (BOURDIEU, 2014, p. 340).

A lógica particular de atuação que vai conformando-se a partir dessa razão de Estado faz-se por ruptura e invenção em um longo processo de transição observado em diferentes contextos. Aquilo que hoje supomos conhecer modernamente por Estado só se efetivou na sequência de um longo processo centralizador e concentrador de diferentes tipos de capitais, seguido de um processo de descentralização e redistribuição. Tal dinâmica gerou a despersonalização do poder, que foi redirecionada do rei para outros sujeitos/instituições na transição para a modernidade:

O rei continua a ser a ‘fonte de honras, de ofícios e de privilégios’[...] continua a ser a fonte de tudo o que daí advém. Dito isso, o próprio exercício desse poder só é possível ao apreço de uma espécie de enfraquecimento, em certo sentido, do poder absoluto: e esse enfraquecimento é, justamente, o nascimento do Estado, do público. (BOURDIEU, 2014, p. 397)

Em “La invención de la burocracia” de Françoise Dreyfus (2012), vemos nitidamente o fortalecimento da relação entre o ordenamento jurídico (através da construção do argumento legal e da formulação de regramentos constitucionais escritos) e a autonomização do campo burocrático. Embora tal forma de organização estivesse presente em outros momentos, foi a partir do século XX que tal estrutura se consolidou, especialmente na figura “del funcionario, servidor del Estado, y en consecuencia se construyeron sistemas de función pública de tipo burocrático”. (DREYFUS, 2012, p. 15). O autor recorre ao tipo ideal de

Estado defendido por Max Weber para afirmar que se trata apenas de um modelo cuja validade reside em sua racionalidade e eficácia, em sua capacidade de cumprir uma função essencial tanto para governantes, quanto para os demais sujeitos de uma dada sociedade:

La administración burocrática [...] se caracteriza por “suprecisión, su permanência, su disciplina, su rigorismo, la confianza que inspira, en consecuencia, por su carácter de previsibilidad tanto para quien está en el poder como para los interesados, es decir, los funcionarios mismos” (DREYFUS, 2012, p. 15)

Não poderia deixar de mencionar, embora de maneira breve, a compreensão dada por Michel Foucault. Além de divergir de Pierre Bourdieu a respeito do método utilizado, Foucault aborda a “governamentalidade” como elemento central para entender a constituição do Estado moderno. Nas palavras do autor:

Afinal de contas, o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita. O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas o que chamaria de governamentalização do Estado (FOUCAULT, 2014, p. 430)

Foucault aproxima-se de uma vasta bibliografia que se opõe à ideia de governo do príncipe, presente na obra “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel, com a intenção de evidenciar o significado da governamentalização. Na perspectiva defendida por Maquiavel, os conselhos dados ao príncipe estavam todos voltados para a garantia e manutenção do poder, objetivando sua manutenção pelo governante, uma relação que não faz parte dele, que lhe é exterior:

(...) os laços que o unem ao principado são de violência, de tradição, estabelecidos por tratado com a cumplicidade ou aliança de outros príncipes, laços puramente sintéticos, sem ligação fundamental, essencial, natural e jurídica [...] (FOUCAULT, 2014, p. 410)

Foucault substitui este sistema de pensamento, no qual o governante estaria centralizado em si mesmo e na manutenção do seu mando, por uma lógica igualmente produzida por intelectuais da época que, afastando-se desse ponto de vista, defende a “arte de governar” como o caminho para o bom governo. Afastando-se da fragilidade dos vínculos presente na concepção de Maquiavel, Foucault analisa autores que estabeleceram outras interpretações

para se compreender os significados de “governar”, focando nas implicações que tais análises permitiram, dentre estas, a verificação de que o governo do Estado é apenas uma das muitas formas que o governo pode assumir dentro do próprio Estado ou da sociedade. Trata-se, segundo o autor, de perceber qual a “forma particular que se aplica a todo o Estado” (FOUCAULT, 2014, p. 412), a qual foi definida em três esferas: governo de si mesmo (moral), governo da família (economia) e o governo do Estado (economia política).

Há, para Foucault, uma relação de continuidade na “arte de governar” que não está presente na doutrina do príncipe, uma vez que existe uma descontinuidade entre o poder do príncipe e outras formas de poder. Independente do modelo que se adote, Foucault aponta que:

A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo. [...] Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família. (FOUCAULT, 2014, p. 413)

Cabe observar que o autor realiza algumas ressalvas em torno da concepção de economia, alinhando-a com aquilo que se constituía a essência do governo. Tal sentido passa a ser percebido a partir do século XVI¹³ até atingir o significado que possui na atualidade.

Há outros elementos que são interessantes para se pensar as transformações nos sentidos, dentre eles, destaca-se a concepção do Estado tomando por objetivo os indivíduos que o compõem ou as famílias que o integram, ao invés de pensá-lo somente como território. Em resumo, há nesta concepção ênfase no governo das coisas/riquezas a partir da relação que esse possui com as pessoas. Então, conseqüentemente, as relações que os homens estabelecem entre si com a natureza, com os bens e com outros tantos eventos, como mortes, nascimentos, etc. Expõe-se, assim, uma nova finalidade ao governo: “O governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum [...] mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar.” (FOUCAULT, 2014, p. 417). O Estado, desse modo,

¹³ “A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para a nossa história”. (FOUCAULT, 2014, p. 414)

está fundado em uma razão de Estado calcado em regras racionais, diferentemente do governo do príncipe e seus fundamentos de ordem dividida.

Tal racionalidade (razão de Estado) tornou-se um entrave para a arte do governo, tendo em vista os impedimentos que perduraram até o século XVIII. E uma das razões foi que, ao fundar-se num modelo de soberania baseada no modelo família, a concepção de economia estava restrita ao âmbito de ação familiar, contribuindo assim para a existência de um paradoxo: “Com o Estado e o soberano de um lado, com o pai de família e sua casa de outro, a arte de governo não podia encontrar dimensão própria.” (FOUCAULT, 2014, p. 423). Assim, num lugar ainda incerto, o Estado não poderia firmar-se em toda sua extensão e potência, tendo em vista sua impenetrabilidade na esfera doméstica, ainda ocupada pela centralidade da casa.

Somente quando este entrave foi rompido é que a arte de governar atingiu sua plenitude, e foi assim que emergiu o “problema da população”: domínio da ciência do Estado, a estatística. E mais ainda, do deslocamento da economia do ambiente familiar para a esfera pública. Assim, isolou-se um nível de realidade, transformando-o num domínio de governo de Estado. A quantificação e caracterização de certos fenômenos torna possível prever e caracterizar a população como algo em si, apartando indivíduos de sua unidade familiar, tratando-os como dado estatístico previsível e alvo de intervenções e ações de Estado. Tal alteração no modo de perceber a vida em sociedade desloca a centralidade até então ocupada pela família, ou seja:

A família como modelo de governo vai desaparecer. Em compensação, o que se constitui nesse momento é a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental. [...] E segmento privilegiado, à medida que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo etc. – é pela família que se deverá passar. (FOUCAULT, 2014, p. 424-425)

O governo das populações, concretizado a partir do deslocamento da família como modelo, é apontado por Michel Foucault como dimensão fundamental para liberar a arte de governo de suas amarras, permitindo sua passagem para uma ciência política, tecnicamente capacitada nos assuntos e problemas da população, apta a intervir e a definir ações em larga escala, com imensa capacidade de controle. Além disso, a abrangência deste estado de coisas tornou viável a “constituição de um saber de governo”, que ao dar conta

em extensão de uma variedade de dinâmicas populacionais, tornou possível a constituição de uma economia política. Estabelecida a partir de uma densa articulação entre “população, território e riqueza, dentre outros, a economia política possibilitou amplas formas de intervenção, especialmente das populações.

O apoio da estatística permitiu verificar a regularidade de comportamentos, possibilitando a identificação de problemas mais amplos, os quais passaram a ser objeto de ação por parte do Estado. De acordo com Foucault, desintegra-se o tecido social alicerçado sobre a família, separando seus membros, identificando patologias. Propondo sistemas de avaliação e controle, o Estado tem penetrado no universo familiar, no universo da casa e também nos corpos.

O governo das populações tornou-se a alavanca que permitiu ao Estado moderno constituir-se como tal:

Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc., portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido com base nas táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2014, p. 430)

A governamentalização do Estado é apontada pelo autor como um fenômeno que lhe permitiu sobreviver, marcante e fundante à história de constituição do próprio Ocidente.

Nesta apresentação sobre os modos através dos quais poderíamos compreender as relações das pessoas (como sujeitos) com as instituições e os agentes estatais, inúmeros outros autores e referenciais teóricos poderiam ter sido contemplados. Realizei essas escolhas, ciente dessas limitações.

Partindo de Mary Douglas, objetivei apresentar as relações de engajamento coletivo que tornam as instituições mais que espaços de reprodução: espaços de escolha, adesão, engajamento, constituição e consolidação de laços assumidos coletivamente.

Na continuidade, Norbert Elias contribuiu para situar o contexto das discussões sobre indivíduo e sociedade, este par que tanto instiga as discussões nas ciências sociais. O autor indica a modernidade como o *locus* propulsor da

diferenciação e individualização dos sujeitos, o que teria conduzido a um modelo de vida organizado a partir da divisão entre o mundo exterior e o mundo interior.

A complexidade trazida pelas contribuições de Pierre Bourdieu e Michel Foucault dimensiona a extensão assumida por este Estado, construído e em construção.

De Pierre Bourdieu e sua intenção de mediação entre os sujeitos e as estruturas, retemos que as articulações entre diferentes tipos de capital é que tornaram possível esta “ilusão bem fundamentada” (BOURDIEU, 2014, p. 38) que chamamos Estado. Resultado de construção lenta e gradual, o Estado reproduz-se e alimenta-se continuamente do desejo de dominação e de monopólio, que encontra nos sujeitos a sua forma mais elementar de ação (uma ação de Estado através de seus agentes).

Destaco de Foucault a capilaridade do poder do Estado e das estratégias de controle adotadas para sua reprodução. As estratégias de governo através das famílias e as formas de controle instituídas e consolidadas ao longo dos anos fazem-nos crer, cada vez mais, na eficácia desse mecanismo de ação de governo.

Sem filiar-me a uma perspectiva exclusiva em detrimento de outras, parto delas e dos mecanismos da ação estatal cristalizados nas ações burocráticas realizadas por diferentes agentes e instituições. Seguindo a reflexão sobre a assistência às crianças no Brasil, tomo de empréstimo alguns aspectos que foram até aqui apontados. É relevante estudar as intervenções estatais sobre a infância no Brasil, especialmente porque são tais que alteram a dinâmica e os modos de vida de grupos inteiros. As ações com intenção de universalidade, impostas aos sujeitos em posição desigual, ordenam e estabelecem classificações que, típicas do Estado, decretam hegemonicamente relações de poder (tanto materiais, quanto simbólicas¹⁴).

Por fim, no intento de compreender as relações entre estes diferentes sujeitos sobre o espaço institucional, o meio de interlocução com meus informantes foram os papéis do acervo. Nesse universo, acabei aproximando-

¹⁴ A importância do poder simbólico na constituição do Estado é uma das contribuições mais marcantes de Bourdieu. Através do autor podemos identificar as bases sobre as quais são construídas as relações de confiança que se generalizam no conjunto das sociedades.

me da perspectiva defendida por Martinez (2007) quando aborda a importância da escrita para as instituições modernas:

El expediente y la actividad continuada por el funcionario hacen que la oficina se ala medula de toda forma moderna en la actividad de las asociaciones. Una de las características principales del expediente en tanto objeto, esa que le imprime precisamente un sello distintivo, es el hecho de estar construído a partir de una técnica fundamental: la escritura. (MARTINEZ, 2007, 11)

Na modernidade, a escritura ganha importância central, especialmente nos processos de formação do próprio Estado e da constituição do aparato burocrático: “los progresos de la escritura en la mayoría de las civilizaciones fueron exatamente contemporáneos al desarrollo primitivo del estado (GGODY, 1990, p. 119 – 120). Em suma, é inevitável discutir o Estado sem compreender a relação visceral com as práticas de registro e escrita que nele se reproduzem e ficam evidenciadas nas suas relações burocráticas.

Motivada pela questão da gestão da infância, busquei em alguns autores questões gerais que pudessem contribuir com reflexões mais amplas que o tema coloca. Na continuidade, pretendo discutir mais detidamente sobre a assistência à infância por dentro das práticas estatais, analisando como as políticas que orientaram ações mais abrangentes foram concebidas e qual noção de infância/criança e de família que foram utilizadas como referencial. Partindo das ações estatais voltadas às camadas pobres (famílias e crianças), apresentarei alguns elementos históricos a partir do contexto da Primeira República no Brasil.

3.2 – Assistência às crianças através do Estado: Internamento como prática de repressão e política de prevenção na passagem para a República no Brasil

A busca pelo refinamento das ações estatais dirigidas para as famílias e para as crianças tornou a assistência de hoje um campo de ação particular, com profissionais habilitados tecnicamente e com formação superior, munidos de instrumentos para classificação e ordenação das necessidades das pessoas e grupos sociais específicos.

Em torno das práticas estatais da assistência são estabelecidos regramentos e modos de ação particulares, que exigem tanto da parte de quem

o acessa quanto de quem o executa um domínio lógico-prático nem sempre de fácil acesso.

A impessoalidade e a definição de critérios objetivos para gerir a assistência sobre as famílias contribuíram consideravelmente para a consolidação de uma razão de Estado (nos termos de Bourdieu), muitas vezes conflitiva e bloqueada pelas dinâmicas familiares (nos termos de Foucault).

A criação de indicadores matemático-quantitativos, rankings e planilhas parte de intervenções pessoais, realizadas face a face, geralmente em contextos de entrevistas previamente organizadas e via a leitura de documentos institucionais denominados “editais”. Não é à toa que:

(...) uma das funções mais gerais do Estado é a produção e a canonização das classificações sociais. Não por acaso há um vínculo entre Estado e as estatísticas. Os historiadores dizem que o Estado começa com o aparecimento dos recenseamentos, das pesquisas sobre os bens, na lógica do imposto, pois para fazer a tributação é preciso saber o que as pessoas possuem. (BOURDIEU, 2014, p. 38)

Partindo dos mesmos princípios metodológicos de classificação e ordenamento, as instituições de Estado adentraram o universo do privado, criando zonas de conflito (e também de convivência/aceitação) que estabeleceram uma aparência naturalizada das relações. O governo das populações encontrou terreno fértil na medida em que passou a se inserir nas dinâmicas familiares, adentrando a intimidade dos lares através de seus agentes. O exercício do governo através das famílias é promovido por um batalhão de agentes estatais imbuídos da missão de classificação, ajuste e normalização.

Relativizar se faz necessário, especialmente quando estudamos em contextos institucionais. As dinâmicas internas permitem matizar as cores de um universo de relações estabelecidas. No entanto, boa parte da bibliografia encontrada tem apontado para relações hierarquizadas, desiguais e assimétricas quando se trata das ações conduzidas por diferentes instituições no que se refere ao tratamento das crianças e suas famílias.

A literatura sobre as ações estatais em torno da assistência às crianças no Brasil aponta que a prática de internamento, mesmo condenada veementemente, acabou sendo o modelo mais amplamente adotado para tratar da questão. Seja no passado ou atualmente, as políticas (das mais elementares

as mais elaboradas) sempre situam o afastamento da família como uma possibilidade no rol das intervenções.

Independente das causas, observa-se na literatura sobre o tema que, tanto em contextos de pobreza quanto no de práticas infracionais (vocabulário recente), a solução mais comumente adotada foi a internação/afastamento da família. Tal indistinção viria a ser tratada com mais atenção apenas a partir da década de 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com Rizzini e Pilotti, encontramos que

Apesar das críticas às instituições de internamento até então existentes de que não promoviam a educação da criança e sua preparação para o futuro, a fórmula dos 'asilos e recolhimentos', como tal, não era condenada". (2011, p. 232).

O duplo caráter da utilização da internação como prática de governo das populações se ampara numa série de argumentos que tanto no passado como no presente, possuem muito forte a concepção higienista como pano de fundo. Argumentos modernos, como a incapacidade moral e financeira para cuidar da prole, relegam geralmente às famílias de grupos populares um lugar de subalternidade. Seu ponto de vista, muitas vezes, sequer é considerado, sendo, portanto, desqualificado frente aos agentes e as ações de intervenção. A destituição do outro, desconsiderando a condição de igualdade, é muitas vezes adotada em nome de pareceres e relatórios que as (des)qualificam e classificam em cadeias de significados em geral estranhos às famílias que são objeto de intervenção.

O ordenamento burocrático estatal tem sido pensado para retroalimentar a si mesmo. Em nome da impessoalidade e da formalidade das técnicas e dos técnicos, os registros das pessoas são mais importantes que as próprias pessoas que se tem diante dos olhos.

Na história contada sobre intervenção, as classificações estão permeadas por uma lógica de classe, carregada de argumentos que situam o outro, na maioria das vezes, como desprovido: de família, de comida, de respeito, de moral, de sonhos. Transformadas em objetos a quem se aplica uma ação, ou melhor, uma intervenção, às crianças pobres do Brasil são reservados os piores espaços da hierarquia social: ensino público precário, saúde sucateada e assistência em abandono.

É antiga a busca de soluções para o “problema da infância”. Diferentes fórmulas foram adotadas, mas a proposta de encaminhamento para o trabalho tem sido, na sociedade brasileira, um elemento consensual: prevenção ao crime e evitação da vadiagem.

O ideal de atendimento defendido tinha e ainda tem para os filhos dos grupos populares o trabalho como elemento central, apostando em sua função e utilidade como elemento integrador na sociedade:

O modelo de atendimento almejado, cuja formulação datava do século XIX, estava calcado na razão científica, a qual pressupunha objetivos, um método de trabalho e resultados palpáveis, que juntos, constituíam o ‘maquinismo da assistência’. O método preconizava uma organização do atendimento institucional nos seus diversos aspectos, como a distribuição da clientela, segundo uma classificação baseada em inúmeros e cada vez mais complexos critérios, entre eles, o motivo da internação, a inteligência, as aptidões e o caráter do menor, a ocupação criteriosa do espaço e do tempo dos internos, conforme descrição do juiz de menores [...] O trabalho era, neste sentido, o único instrumento capaz de tornar o menor desvalido, um indivíduo válido para a sociedade. O resultado que se esperava desse atendimento era, portanto, a produção de ‘homens úteis e válidos’, capazes de contribuir para a ‘prosperidade da nação’.” (RIZZINI, PILOTTI, 2011, p. 232)

Encontramos as origens deste discurso no Brasil a partir da Primeira República como tentativa de superar os efeitos da escravidão e, portanto, de construir uma Nação moderna e civilizada, nos moldes dos países desenvolvidos. Desejava-se afastar a sombra da escravidão, uma vez que ela significava o que existia de mais atrasado e irracional. Na esteira destas transformações, o lugar da criança passa a ser objeto de preocupações, sobretudo nas regiões urbanas, diante dos incômodos que constituía e das formas com as quais se apresentava. A criança passou a simbolizar o futuro desta Nação que se desejava construir. Tal conjunto de questões situa-se no contexto de “grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental” (RIZZINI, 2011, p. 23). Numa clara adesão às transformações mundiais, que evidenciavam também um novo lugar para a infância, práticas higienistas com intenção de sanear e civilizar foram o caminho encontrado pelas elites para colocar o país no rumo da modernidade.

As crianças simbolizavam e, talvez ainda simbolizem, a aposta em um futuro que está sempre por chegar. A elas ficou reservado um presente com

diferentes práticas de correção, de ajuste e também de expectativas que talvez nunca sejam concretizadas. As expectativas e as práticas que foram efetivamente realizadas apontam, de acordo com Rizzini, para “o compromisso entre a tradicional estrutura agrária de poder e a ascensão de novos grupos embalados pelos ideais republicanos de construção nacional e pelo modelo civilizatório europeu”. (RIZZINI, 2011, p. 27). Traduzindo assim, arranjo que marcou nossa história de intervenções sobre a infância, o qual, por apenas breves períodos, foi rompido.

Neste período de constituição da República é que se situa a transformação daquilo que até então se esperava da infância e é aqui que duas concepções de assistência se polarizam: repressiva e preventiva. Contudo, nossa história demonstra que ambas tratavam a infância pobre da mesma forma. Trataremos desse tema mais adiante, na discussão dos dados de campo. Retemos, porém, que o período histórico analisado é de extrema importância por ser “nesta fase a gestação das ideias e das práticas que se processaram no país até os dias de hoje [...] dado o processo de aceleradas transformações, nacionais e internacionais, cujas consequências afetaram profundamente as relações nos planos econômico, político e social”. (RIZZINI, 2011, p. 30). A urbanidade e sua articulação com os mais altos ideais civilizatórios que eram desejados fizeram também nascer um sentimento de medo e insegurança, o crescimento acelerado e os perigos nascidos dos encontros e da efervescência cultural, criaram um clima de incertezas sobre a vida que daí resultava, exigindo ações estatais de regulação e organização do espaço público.

Seguindo na direção proposta por Irene Rizzini (2011) sobre as representações da pobreza urbana, duas foram as que mais influenciaram as concepções e práticas estatais que passaram a ser adotadas no país e que, por esse motivo, circulavam entre as elites que as defendiam: pobre virtuoso e pobre vicioso. Neste período de virada do século XIX para o XX temos uma concepção de infância que necessitava ser protegida dos vícios e da exposição a que estaria sujeita, sobretudo daqueles expostos à negligência familiar. As crianças deveriam ser afastadas de suas famílias viciosas, corrigidas e orientadas, contribuindo assim para o engrandecimento da Nação através do trabalho.

A pobreza virtuosa, enaltecida e também objeto de atenção permanente para evitar seu desvio para comportamentos viciosos, era formada por aqueles

que, além de trabalhar “(...) ao mesmo tempo com poucos recursos, mantinham a família unida, os filhos na escola e/ou trabalho e observavam costumes religiosos” (RIZZINI, 2011, p. 59)

A questão de fundo que permeava tais classificações e previa práticas de intervenção salvacionista-civilizatória tinha a intenção de construir, aliado ao surgimento da Nação, as bases que substituiriam o modelo escravista pelo assalariado. Segundo Rizzini (2011), foi neste período que as elites, preocupadas com a “vadiagem” e o “ócio” como elementos perturbadores da ordem, buscaram imprimir um sentido positivo ao trabalho que, até então centrado na escravidão, não permitia ao país atingir níveis de desenvolvimento tal como os países europeus:

A mudança de mentalidade deveria se dar em todos os segmentos, pois se para o pobre, que livre, era coagido a trabalhar para se manter, para as demais classes, trabalhar era igualmente degradante e algo associado à escravidão e à pobreza. (RIZZINI, 2011, p. 65)

Alia-se, assim, a ação assistencial junto às famílias e o questionamento do argumento sobre a inviolabilidade do poder familiar. Ao se verificar, de acordo com o discurso da época, que o dever de zelar e vigiar não estava sendo plenamente realizado pelos pais, entra em cena o argumento do “abandono moral”, mote que permitiu justificar e inserir a intervenção estatal sobre as famílias viciosas. Tal argumento serviu para sustentar ainda mais a ação estatal, justificando a perda do pátrio poder por parte das famílias de grupos populares, o que ainda vem ocorrendo em larga escala na sociedade brasileira.

Seguindo a classificação familiar, as crianças também foram objeto de classificação, a qual deu origem a diferentes formas de intervenção, sobretudo em relação àquelas crianças identificadas como abandonadas, que passaram a ser responsabilidade do Estado:

Para essa criança [...] institui-se um complexo aparato jurídico-assistencial, encarregado de educá-la e contê-la. Tornou-se ela objeto de minucioso escrutínio e ampla manipulação. Examinada sob todos os ângulos, classificada de acordo com o seu estado de abandono e grau de periculosidade, diagnosticada e finalmente submetida ao tratamento que a remediasse, essa criança, invariavelmente filha da pobreza, será transformada em menor. (RIZZINI, 2011, p. 89)

É para a assistência aos classificados pelas instituições estatais como menores que este estudo se voltou. Nos documentos analisados esta foi a referência mais comumente encontrada para se referir ao público que deveria

atingir. Inclui-se neste rol, também, a legislação que orientava a organização dos patronatos no Brasil, que adotou a categoria “menores desvalidos” para se referir aqueles que se constituíram como seu objeto de atenção e intervenção. Nos documentos institucionais, outras denominações apareceram, tais como: educandos e escolandos, mas destaca-se que, em sua maior parte, foi utilizado o termo “menores”.

Há uma literatura muito grande dedicada ao assunto, contudo destaco neste debate o trabalho de Adriana Vianna (1999) intitulado “O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920”. Neste estudo, a autora teve como objetivo principal discutir “o processo através do qual uma determinada identidade social era construída” (VIANNA, 1999, p. 35), nesse caso, a menoridade. Partindo do contexto da primeira República, a autora explicita as formas através das quais as categorias operadas pela polícia foram transpostas e incorporadas pelo Direito. No mesmo contexto apontado por Irene Rizzini (2011), a autora menciona as questões que circulavam no imaginário social, as quais se voltavam para a construção da Nação a partir da instauração do trabalho livre no Brasil. Nas palavras da autora:

A análise do primeiro instrumento jurídico a cristalizar o menor como um tema de regulamentação específico, e não mais como uma variante a ser considerada em outros corpos de leis, o Código de Menores de 1927, contraposto ao cotidiano policial percebido através dos registros, permitiu-me inferir que, ao contrário do que se poderia pensar, não é o código o responsável pela generalização do termo ou dos significados nele implicados. Em vez disso, é possível tomar o código como a formalização de uma lógica eminentemente policial, em voga pelo menos uma década antes de sua promulgação. [...] Com a definição de suas funções, a polícia tornava-se a parte mais especializada da organização estatal para lidar cotidianamente com o controle das populações urbanas. (VIANNA, 1999, p. 39-40)

Um complexo sistema de distribuição de menores em instituições foi desenvolvido previamente pela polícia. Os menores foram antes de tudo o objeto de atenção e atuação da força policial. Cabia a polícia classificar crianças e jovens de acordo com seu nível de periculosidade e, a partir daí, definir para onde seriam encaminhados, sendo os patronatos agrícolas uma das escolhas disponíveis.

A categoria menor, portanto, não se referia apenas ao critério etário. O esforço empreendido por Vianna, mais do que apresentar as formas de intervenção que foram se cristalizando a partir da lógica policial, nos aponta para

a construção da lógica da menoridade, que está relacionada com a constituição de identidades desiguais/hierárquicas, sua respectiva adequação e possível identificação. Nesta categoria incluem-se todos os sujeitos considerados incapazes de regularem a si mesmos, cabendo esta responsabilidade ao Estado e as suas instituições. A Nação em construção, ao construir o “povo”, o fazia incorporando estratificadamente, assimilando “diferenças profundas [...] porque as disporia segundo graus e conceberia o exercício sobre elas de um mecanismo específico de poder: a tutela” (VIANNA, 1999, p. 188).

De modo que, de acordo com Vianna, foi se arregimentando a unidade nacional, através da incorporação desigual, segregando os que seriam considerados “participantes plenos e participantes restritos de uma mesma unidade política e simbólica” (VIANNA, 1999, p. 187).

De categoria (menor) à relação (menoridade), a autora apontou as diferentes articulações que permitem compreender os variados modos de intervenção que foram construídos ao redor das populações consideradas perigosas ou em risco de se tornar. Assim, sugere pistas para que se compreenda mais fielmente os motivos que tem permitido a perpetuação das lógicas de intervenção sobre as populações que vem sendo adotadas e ressignificadas ao longo de nossa história. Voltarei a este tema mais adiante, quando na apresentação da etnografia.

Frente a tais considerações sobre o contexto histórico que atravessava o país, bem como as mudanças que afetaram seriamente o lugar ocupado pelas crianças e as intervenções que passaram a ser adotadas frente as expectativas de construir uma nação moderna e desenvolvida, as práticas de assistência também sofreram impactos.

As práticas de assistência passaram a ser objeto de atenção estatal durante a República, porque a infância passou a sê-lo. Não cabia mais no modelo de outrora. Muitas críticas foram realizadas a um modelo estatal que carecia de metodologias modernas e racionais, tendo a Europa como modelo a ser seguido. A influência das reflexões produzidas no Velho mundo se fazia sentir no Novo, de modo a criar modelos que se ajustassem aos discursos.

A ruptura com a cultura assistencial da caridade fez com que até a Primeira República, o Brasil contasse com uma precária articulação das ações de assistência. As iniciativas deste período, quando haviam, eram coordenadas

por instituições religiosas e a ausência de ações articuladas eram apontadas por críticos.

Irene Rizzini (2011) aponta que, a ruptura com a caridade praticada pelas instituições religiosas se dá frente às necessidades de resposta à nova ordem social, política e econômica que se instaurava. A resposta veio com o estabelecimento de uma ação organizada segundo moldes ditos racionais que se alinhavam com as tendências de uma tecnificação do social. Assim,

(...) a racionalização da assistência ou a 'ciência da caridade' era um imperativo da época. A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna, uma espécie de ajuste entre liberdade e ordem; mercado livre e trabalho (RIZZINI, 2011, p. 94).

As concepções salvacionistas que alimentavam os discursos no Brasil, oriundos da Europa e da América do Norte, acabaram por contribuir para a responsabilização do Estado com as ações de assistência às crianças, ficando, portanto, a ele reservada a responsabilidade pela proteção da infância, rivalizado, assim, com a filantropia já praticada por determinadas instituições.

A fim de dar uma pausa para, na sequência, discutir com os dados de campo, cabe ainda mencionar que as ações estatais ganharam reforço e se consolidaram pela influência do Direito, do discurso legal sobre as moralidades que cercavam os pobres e a necessidade de regular e normalizar que estava implícita em seus discursos.

A participação desta área foi fundamental para a criação do Juízo de Menores e também do Código de Menores em 1927, consolidando uma aliança entre Justiça e Assistência que marcaria para sempre a história da assistência e dos direitos às crianças.

Das ações que foram sendo adotadas como estratégias de intervenção sobre as famílias, fossem estas oriundas de instituições estatais ou filantrópicas, cabe ressaltar que, passaram a ser perseguidas segundo esta nova lógica de intervenção, as ações que se desviassem do rigor desejado pelos métodos de gestão modernos.

Contudo, as práticas de internamento sobreviveram a tais críticas, remodelando-se e a elas se adaptando, compondo novas instituições com renovados objetivos: salvar a infância, construir a Nação.

Assim, nasceu nos anos 1920 a instituição que investiguei. Ela será apresentada a partir de dois vieses: histórico e etnográfico. Não encontrei outra forma de dizer sobre o campo. Não consegui afastar-me da perspectiva histórica porque me debrucei sobre decretos, legislações, relatórios anuais e atas, material este que considero de grande importância para a memória deste lugar e, também, da assistência e da educação profissional no Brasil. E, quanto ao viés etnográfico, não havia outra forma de registro que não o da escrita (polifônica), aparentemente de domínio exclusivamente institucional. A riqueza do material que fui encontrando permitiu-me contar, com o eco de muitas vozes, as quais estavam presentes nos muitos formulários de inscrição, livros de matrículas, cartas (de juízes, mães, diretores, políticos, amigos entre outros tantos), solicitações de matrículas. É sobre esse encontro que a etnografia falará.

4 – DE UMA HISTÓRIA DE INTERVENÇÕES A UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO: O INTERNATO, OS INTERNOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES



Como já disse, deve-se sempre começar do começo, por mais óbvio que pareça o que se observa – ou talvez possa se dizer que, quanto mais óbvio parecer o que se vê e ouve, mais se deve desconfiar e buscar desatar as tramas. Porque não há imagem produzida sobre a criança e a infância, ou pela criança, que não seja, de algum modo, produto de um contexto sociocultural e histórico específico, do qual o antropólogo deve dar conta. (COHN, 2005, p. 50)

A imagem de apresentação deste capítulo é uma fotografia datada da década de 1920, tirada nas dependências do internato do Patronato Agrícola Visconde da Graça. Enfileirados e dispostos aos pés de suas camas arrumadas seguindo o mesmo padrão, os meninos da foto, abraçados aos seus chapéus, estão a olhar para o fotógrafo. O cômodo que se vê tem muitas janelas e, também, muita luz, a ponto de ofuscar aqueles meninos que se encontravam mais ao fundo. No centro da imagem, visualizamos uma grande abertura à direita, um portão cuja estrutura sugere ser de ferro, com altas e finas ponteiras em pontiagudo formato. Se mantivermos nossa atenção na mesma linha do portão, porém deslocando nosso olhar para a parte mais central da cena, encontramos uma cadeira elevada, ainda vazia, como todas as camas.

A discussão bibliográfica realizada até aqui abarcou alguns elementos referentes ao tratamento das crianças brasileiras sobre as quais incidia rígido controle do aparato burocrático estatal e/ou caritativo-filantrópico. Em suma, eram crianças que em sua grande maioria orbitavam ao redor das cidades. Há um silenciamento sobre as crianças oriundas de outros espaços, como o espaço rural. Não havia discursos e apontamento de problemas sobre questões específicas que preocupassem os juristas, os filantropos e os políticos: suas atenções estavam relacionadas com a vida urbana, a vida nos aglomerados populacionais que foram se formando ao redor das cidades.

O rural, quando mencionado, estava sempre relacionado com ações educativas de caráter moralizante, orientado para a construção de hábitos e rotinas de trabalho, atitudes desejadas para aqueles que deveriam se constituir no povo da nova sociedade brasileira. Exemplos desse uso podem ser verificados em diferentes estudos sobre o tema, dentre eles, dois já mencionados anteriormente destacam-se: o de Adriana Vianna (1999) sobre a construção, durante a República, da menoridade como categoria jurídica a partir das classificações policiais, em que a autora aponta os Patronatos Agrícolas como instituições para onde seguiram muitos menores capturados pela Polícia. Outro trabalho, é o de Mary Del Priori (2013) que, no artigo “Criança e menoridade no início do século XX”, informa que no “Instituto Disciplinar”, local para onde foram também levados menores considerados “criminosos” e também “pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados, maiores de 9 de menores de 14

anos”(PRIORI, 2013, p. 224) o trabalho agrícola foi, da mesma forma, amplamente utilizado como forma de regeneração social.

O trabalho agrícola foi objeto de atenção e reprodução junto aos menores, mas não apenas para os oriundos do meio rural, foi aplicado indistintamente como modelo de intervenção. Conjuntamente com a internação, o trabalho agrícola foi estratégia utilizada para a prevenção e a repressão de comportamentos desviantes. Tais estratégias, neste período de virada de século, não dependiam do contexto social de origem, talvez porque se desejasse combater o que era visível nas ruas das capitais e centros urbanos maiores, o que sem dúvida incomodava as elites políticas e econômicas.

Tal estado de coisas será alterado com o passar das décadas, sendo fortemente influenciado pelas políticas estatais oriundas de diferentes ministérios, dentre eles, destaque para o da Agricultura.

A questão das crianças foi tratada por diferentes grupos de interesse, seguindo, portanto, caminhos diversos daqueles que supostamente se poderia esperar da educação ou da assistência. Se pensarmos no internamento, informados com a visão que temos hoje, como situação limite das práticas de intervenção, ficaremos espantados que o internato do Patronato Agrícola tenha permanecido em Pelotas e sobrevivido inclusive a discursos modernizantes. O internato segue, inclusive, com o nome. Os internos também.

Nesse ponto, se cruzam dois elementos importantes desta análise: o tratamento dispensado para as crianças pobres e a lógica particular de intervenção levada adiante pelos agentes/instituições estatais, o que nem sempre estava em consonância.

As práticas burocráticas realizadas localmente no Visconde da Graça serão relativizadas neste estudo e, por este motivo, não poderão ser analisadas como reflexo das intenções estatais ao longo dos anos. A partir dos documentos, busquei encontrar as categorias “perdurables” ou de “larga duración” (VILLALTA, 2012) que tem constituído um campo de saber sobre a assistência e intervenção sobre os assistidos. Não é sobre uma história linear e progressiva que desejo falar, é justamente por não dar conta disso através dos documentos que me coloco a pensar a partir deles, verificando suas continuidades e descontinuidades, identificando marcadores que possibilitem compreender as

intervenções estatais e as formas como se refletem/refletiram e replicam/replicaram nas práticas cotidianas de diferentes agentes.

Etnograficamente, foi possível perceber a presença e permanência de determinadas regularidades, independentes do período histórico que se analisava. Afastando-me de uma perspectiva linear, de eventos que se sucederam, optei pela apresentação destes marcadores e, partindo deles, tomei aspectos do contexto institucional de cada período a fim de analisar em profundidade e de modo particular o que se apresentava.

Ao seguir tal estratégia, além de perceber as regularidades que envolveram a ação estatal e a intenção de uniformização e padronização pretendidas com a adoção dessas, foi possível igualmente analisar, na prática cotidiana, o que estava em disputa nestes projetos e, ao mesmo tempo, como sua materialidade foi e ainda continua sendo vivida diariamente.

Os sentidos atribuídos às normas e leis quando aplicadas são reveladores das muitas interpretações que os agentes e instituições (Estado, famílias, etc.) empregam nas suas ações, situando a infância como um campo tenso de disputas e objeto de intervenção pública. Perceber alguns marcadores lança luz sobre as preocupações dos governos sobre as populações e, ao mesmo tempo, sobre as estratégias familiares usadas para resistir. As famílias de grupos populares, ao compreenderem as lógicas de intervenção estatal, construíram ao longo dos anos estratégias de sobrevivência cultural que as situam ainda como um universo social a ser investigado.

Persegui, ao longo dos três anos de pesquisa, documentos que trouxessem algo sobre os estudantes que passaram em algum momento de suas vidas pelo Visconde da Graça. Em diferentes períodos históricos, busquei conhecê-los e, neste percurso, em alguns momentos me deparei com meninos órfãos de pai, de mãe ou de ambos, sob responsabilidade de tutores ou da Justiça. Em outros, com mães e pais que solicitavam, por meio de cartas, a matrícula de seus filhos e, em tantos outros, os próprios alunos protagonizando seus dramas como a falta de dinheiro, a saudade da família e as dificuldades na realização do grande sonho da vida: formar-se.

É sobre eles que este trabalho se debruça. Perseguir traços e fragmentos de histórias foi um exercício gradual, uma busca profunda realizada

aos poucos, um percurso de idas e vindas, de retomadas, de silêncios, de vazios e de lacunas que ainda permanecem.

A partir da análise documental, tenho identificado uma regularidade no estabelecimento de exigências ao longo dos anos por parte da instituição. Por longos períodos, os estudantes necessitaram trabalhar em oficinas e lavouras, efetuar reparos nas instalações e estruturas, auxiliar no refeitório, limpar banheiros, encarregar-se de plantões, etc. Além disso, caso seu comportamento não fosse condizente com as normas, muitos deles sofriam sanções, que iam desde advertências, suspensões a expulsões (cancelamento de matrículas).

O trabalho de campo tem encontrado elementos que indicam a continuidade de dinâmicas institucionais muito semelhantes ao longo dos anos, seja no passado, analisando o papel realizado pelos juizes de órfãos, seja no presente, na observação das políticas modernizadoras impregnadas da retórica dos direitos.

O apoio à historiografia é, certamente, vital para a compreensão do contexto social, econômico, político, cultural, etc. do período que investigo. Nela me apoiarei em diferentes momentos deste trabalho.

Ao abordar documentos, pretendi enfatizar aspectos mais gerais que se colocaram com a instalação de tais instituições, sobretudo, desejei apresentar aspectos particulares que cercaram tal iniciativa em Pelotas, situando a análise das lógicas e dinâmicas particulares, as quais têm permitido à antropologia tornar-se uma “arma contra a massificação” nas análises acadêmicas. (FONSECA, 1999, p. 66)

4.1 – “Interne-se”: os menores desvalidos, os patronatos e a construção da assistência a partir da década de 1920

Apesar de toda a pretensão de universalidade evidente na organização dos patronatos, a análise dos entendimentos locais, dos arranjos que possibilitaram sua instalação, das poucas marcas deixadas pelas famílias nos documentos pode contribuir para evidenciar a diversidade, a criatividade e a heterogeneidade que cercaram as práticas estatais em torno da infância e das diversas tentativas de conformação das famílias de grupos populares.

Além disso, a análise etnográfica, ao fazer-se a partir de um deslocamento específico, do particular para supor generalizações, confirma que o conhecimento antropológico é, por isso, sempre situado: “É o dado particular que abre caminho para interpretações abrangentes.” (FONSECA, 1999, p. 60).

O internato, como a materialização deste lugar de intervenção e de assistência, será objeto de análise a partir dos documentos. Os sentidos compartilhados ou não entre quem procurava, quem selecionava e quem era selecionado não teria sido possível sem a observação dos documentos.

No presente, o internato ainda nos chama, porque ainda persiste. E, se persiste há quase 100 anos, requer de nós um olhar atento, o que pretendo mostrar ao longo da etnografia. A compreensão da lógica atual não poderia dar-se alheia aos formatos levados a cabo por agentes estatais-institucionais do passado, uma vez que ainda ecoam entre nós resquícios de outras concepções, outras lógicas de intervenção e outros olhares sobre as crianças e jovens “desvalidos”.

Contudo, ao olhar as práticas e as narrativas que foram feitas sobre os “desvalidos da sorte”, defendo, ainda mais intensamente, que o presente não se dá alheio ao passado e não é necessariamente sua continuidade no sentido de ser progressivo. Ao escolher os documentos, encontrei algumas lógicas e práticas que tiveram as crianças como objeto de atenção, certamente não todas as que foram adotadas. O que trago aqui é uma dentre as muitas possibilidades segundo as quais poderia ter sido analisado a infância, a assistência e o Visconde da Graça.

“Comunico-vos que após processo verbal, resolvi autorizar a matricular-se n’este Patronato Agrícola, de que sois digno Diretor, o menor Luiz Rodrigues Noronha Filho, natural de Pelotas, filho de Luiz Rodrigues Noronha e Dna. Conceição Lopes Noronha, ambos falecidos, com 11 anos de idade.

Saúde e Fraternidade

Interne-se. 06/06/1927”

O menor Luiz Rodrigues Noronha Filho foi encaminhado ao Patronato Agrícola Visconde da Graça no dia seis de junho do ano de mil novecentos e vinte e sete. A solicitação de ingresso foi realizada pelo Sr. Dr. Juiz Districtal Alexandre Machado Mendonça que, nos livros de matrícula e outros documentos institucionais do Visconde da Graça, era mencionado também como Juiz de Órfãos da cidade de Pelotas.

O menor Luiz, a partir de seu ingresso, passou a se chamar simplesmente “26”. Nomes e sobrenomes de registro civil foram por anos substituídos por números, no Visconde da Graça. Como uma denominação substituta, todos os alunos passavam a ser chamados por números. Um novo nome adotava, deixando para trás seus nomes de família. Os números constituíam uma espécie de código compartilhado. Ao concluírem os cursos, os números eram herdados por novos alunos ingressantes. Assim, houve vários alunos que tiveram, por exemplo, o “número 26” como seu nome institucional. Na ficha de Luiz consta a seguinte observação: “Foi internado em substituição a Manoel Ignácio Santos, de acordo com officio do Sr. Dr. Juiz de Órfãos, da cidade de Pelotas, no dia 6 de junho de 1927.” Nos processos de matrícula dos primeiros anos de funcionamento do Patronato (1923 – 1934), o caso do aluno nº 26 é recorrente, se não o reflexo de uma esmagadora realidade: meninos que eram internados por serem órfãos e pobres.

Ao ingressarem no Patronato Agrícola Visconde da Graça (PAVG), os meninos eram submetidos a exames físicos, cujas informações ficavam registradas em formulários específicos chamados de “indicador”, os quais eram encaminhados ao Ministério da Agricultura e cujas cópias ficaram arquivadas junto aos processos de matrícula na instituição.

Segundo o registro, o aluno 26, matriculado em 1927, sabia ler e escrever, mas não havia aprendido qualquer ofício até o momento de sua matrícula. Sua cor era branca, seus olhos castanhos, tendo boca e orelhas regulares e nariz aquilino. Pesava 30 quilos e media um metro e quarenta centímetros, não tendo sinais particulares que o diferenciasses.

No mês de outubro do ano de 1930, três anos após seu internamento, o Juiz Districtal, o mesmo que havia solicitado seu internamento, determina seu desligamento:

“Solicito de V.S. sirva-se em determinar as providências necessárias no sentido de ser excluído da matrícula desse Estabelecimento o aluno de nome LUIZ RODRIGUES NORONHA FILHO, visto como foi assim requerido e por este Juízo deferido.

Saúde e Fraternidade

Juiz Districtal”

Os motivos para solicitar o desligamento da matrícula não são explicados pelo Juiz e isto se repete em praticamente todos os alunos matriculados. De modo geral, não havia motivos para internar e retirar estes menores, a decisão cabia única e exclusivamente ao Juiz.

O despacho emitido pelo Diretor do Patronato, registrado no verso da carta de solicitação do Juiz, já dobrada ao meio, seguindo rotina burocrática de encaminhamento para o médico do Patronato, trouxe o seguinte relato:

“À Secretaria para desligar o educando n. 26, após o exame médico regulamentar a que deve ser submetido – Recomendar ao médico que além do exame regulamentar, dele deverá tirar todos os demais dados antropométricos, peso, altura, etc.

[...] o que se conferiu em função dos anos, com a devida alimentação e a recomendada vida ao ar livre, a visível melhora e a satisfatória robustez que hoje apresenta o educando 26.

Em, 1 de outubro de 1930.

Álvaro Simões Lopes – Diretor.”

Antes da matrícula e após seu desligamento há um silêncio. Não há registro sobre os motivos que teriam levado a um e a outro, o que se tem são

comunicações formais emitidas pelo Juiz e atendidas pelo Diretor do Visconde da Graça.

Há alguns poucos casos em que são explicitados motivos para a retirada do interno por parte da família. Em todos os casos analisados, pode-se concluir que, as famílias sempre se dirigiam ao Juiz e nunca diretamente ao Diretor do Patronato Agrícola Visconde da Graça. Não resta dúvida que, assim fazendo, as famílias perdiam sua autonomia no que dizia respeito ao poder familiar. Era o Juiz quem detinha a autoridade legal sobre estes meninos, a ponto de as famílias a ele também se dirigirem para requerer o retorno de suas crianças para casa.

Neste sentido, são recorrentes os mapas de desligamento de matrículas existentes nos relatórios anuais apontarem o destino tomado por estes meninos quando desligados do Visconde da Graça. Em todos os desligamentos, por vários anos seguidos, os menores foram entregues a parentes, não sendo identificado o grau: pais, mães, tios, avós ou qualquer outro. Apenas quando analisados os processos de matrícula é que se pode verificar com mais detalhes o destino que seguiam. Alguns foram solicitados por tutores, outros por tios, e também por avós.

Afirmo, portanto que o Juiz de Órfãos em Pelotas administrava e definia os rumos da vida dos meninos que estudaram no Patronato, ampliando consideravelmente as atribuições iniciais pelas quais sua função passou a ser adotada no Brasil. Assim, se o Juiz se encarregava de “matricular” e “desligar” meninos do registro de internos da instituição, pergunto-me sobre as origens familiares destes alunos. Teriam suas famílias se dirigido voluntariamente ao Juiz e solicitado a matrícula de seus filhos? Teriam sido estes meninos retirados da convivência de suas famílias contrários ou alheios à sua vontade? Teriam sido abandonados e por isso encaminhados ao Patronato? Suas famílias ainda mantinham sobre eles a responsabilidade legal, uma vez que para os retirarem do Patronato necessitavam da autorização judicial? Passo a problematizar “algumas” destas questões a partir da apresentação de alguns dados.

O caso a seguir retrata o contexto familiar de dois irmãos, os números 20 e 21, desligados em 17 de setembro de 1925, de acordo com o ofício emitido pelo Juiz de Órfãos do mesmo dia:

“Tendo Izabel Ribeiro requerido a este Juizo para retirar deste Patronato Agrícola, de que sois digno Director, seus sobrinhos que [...] que ahí se acham recolhidos, o primeiro sob número 20 e o último sob número 21, solicito-vos ordenar o desligamento dos mesmos, entregando-os a sua referida tia.”

Outro caso, que serve de exemplo é o do aluno número 10, chamado Salvador de Sousa Leite, que ingressou quando tinha 10 anos de idade, no dia 11 de outubro de 1923. Sua matrícula, como se pode verificar através dos documentos encontrados em seu processo, foi solicitada por sua mãe Deolinda Leite da Silva, e o nome de seu pai não consta nos seus dados de identificação. O aluno número 10 era de cor branca, media 1,29 metros, seu peso ao ingressar era de 35 quilogramas, tinha olhos claros, nariz achatado, orelhas regulares, boca pequena. Foi vacinado no Patronato no ano de 1924. No dia 15 de junho de 1925, seu avô, João de Souza Leite, dirige-se ao Juiz de Órfãos solicitando o desligamento do seu neto. A carta foi protocolada na folha 10, sob o número 155 no Patronato, sendo a ordem executada a 29 de junho de 1925:

“Estado do Rio Grande do Sul

Juizo Districtal de Pelotas, 15 de junho de 1925

Ilmo Snr. Diretor do Patronato Agrícola Visconde da Graça

Tendo João de Souza Leite requerido a esta Juizo, para retirar desse Patronato Agrícola, de que sois digno Director, seu neto Salvador de Souza Leite que aí se acha recolhido sob o nº 10, solicito-vos ordenar o seu desligamento, entregando-o a seu referido avô.

Saúde e Fraternidade”

Repara-se que não há motivo explicitado para o desligamento e tampouco é apresentada uma justificativa por parte do Juiz. A justificativa do Juiz para requerer o desligamento do estudante se faz com base no pedido do avô. E assim fez o Diretor do Visconde da Graça, desligando o aluno duas semanas após seu requerimento.

Os alunos 20 e 21 eram irmãos e tinham 09 e 13 anos, respectivamente. Consta em seus registros que um deles era branco e outro pardo, nascidos em Pelotas. Eles foram matriculados no mesmo dia, na véspera da inauguração do Patronato. Não liam e também não escreviam. No registro, espaço destinado para identificar os nomes dos pais, o que deveria ser preenchido com o nome da mãe estava em branco, constando apenas o do pai.

A trajetória vivida pelo aluno nº 23 é também curiosa. Nascido em Pelotas, de cor parda e com 13 anos de idade foi também matriculado na data de inauguração do Visconde da Graça. No seu formulário de ingresso – “indicador” – há duas lacunas: os nomes do pai e da mãe não estão preenchidos.

Na carteira de saúde do aluno 23 consta uma observação datada de outubro de 1924, relacionando a fragilidade de sua saúde com a sua origem familiar - “precedentes tuberculosos”. Seu desligamento é solicitado pelo Juiz de Órfãos no dia 19 de maio de 1925 com a seguinte justificativa:

“Comunico a V.S. que em vista do atestado médico que acompanha, autorizei o desligamento do menor [...] nº 23 neste Patronato e, como não tem pai, nem mãe, nem parentes podereis entrega-lo ao Dr. Ottoni Xavier, nesta data nomeado tutor.”

O atestado médico apontado pelo Juiz é assinado por outro médico de mesmo sobrenome daquele que fora nomeado para tutor do aluno. No atestado, consta a informação de que o aluno já tinha predisposição à tuberculose, embora estivesse acometido de outra moléstia. O documento estava assinado e com data de 19 de maio de 1925. Tanto o documento expedido pelo Juiz quanto o atestado enviado pelo médico foram feitos no mesmo dia.

Os motivos que levaram ao encaminhamento de correspondências por parte do Juiz ao Diretor do Patronato, informando e solicitando o desligamento de muitos menores, foram explicitados em alguns casos.

O menino de nº 28 foi um desses casos. Era branco e tinha 13 anos de idade quando foi recolhido ao Patronato Agrícola. No dia 30 de outubro daquele mesmo ano de 1923, ano da fundação da instituição, o menino oriundo do estado de São Paulo ingressou como interno, não tendo foto anexada ao seu processo

de matrícula, apenas alguns poucos documentos. Dentre esses documentos, encontramos um boletim com as notas das sabatinas realizadas entre os meses de maio a dezembro de 1924, o indicador com seus dados e assinalamentos pessoais, uma carteira de saúde com poucas informações anotadas e uma carta do Juiz encaminhada ao Diretor do Patronato solicitando o desligamento do menino, pouco mais de um ano após sua internação. O motivo que teria justificado o desligamento partiu de um tio do menor, conforme está transcrito abaixo:

“Pelotas, 23 de fevereiro de 1925

Ilmo Sr. Diretor do Patronato Agrícola Visconde da Graça

Tendo o Sr. João Marba, tio do menor Eugenio Marba, que se encontra recolhido a esse Patronato Agrícola, sob o nº 28, requerido a este Juízo para retirá-lo d’ahi afim de cuidar do mesmo como seu filho, solicito-vos ordenar o seu desligamento, entregando-o ao referido seu tio.

Saúde e fraternidade”

A carta enviada pelo Juiz chegou ao Patronato no mesmo dia de sua emissão. Foi recebida pelo porteiro contínuo que a protocolou e encaminhou para o Diretor. O despacho assinado nesta mesma data continha o seguinte conteúdo:

“Desligue-se, de acordo com a autorização do Sr. Diretor, em telegrama de 30 de janeiro do corrente ano.

Álvaro Simões Lopes – Diretor”

E nada mais se sabe de Eugênio, o de nº 28. Nem antes de seu ingresso, nem depois, o que se sabe é apenas referente ao seu período de permanência no Patronato, ali, naquele período e naquele local, sua existência ficou registrada.

Solicitações que não tramitavam pelo judiciário foram mais raras e escassas no conjunto dos documentos analisados. De todos os processos de matrícula a que tive acesso, o do aluno nº 2 foi bastante curioso, por não seguir os padrões dos demais. O aluno 2 foi matriculado em 11 de outubro de 1923, era pardo, tinha 6 anos de idade e, nos documentos, consta apenas o nome de sua mãe. Permaneceu matriculado por 7 anos, sendo desligado em 1930 por ordem da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, diferentemente dos demais, que foram por ordem do Juiz de Órfãos. O aluno 2 seguiu para outro Patronato, situado no estado de Minas Gerais, chamado Patronato Agrícola Campos Salles. Além disso, o caso diferencia-se também por conter no processo de matrícula a carta de solicitação realizada pela mãe, a carteira de saúde do menor, o indicador com dados e assinalamentos pessoais, os boletins com as notas das sabatinas referentes aos anos de 1927 e 1928 e também o boletim com as notas do exame de habilitação e outros documentos como certidão de nascimento, atestado de pobreza, atestado médico e atestado de antecedentes.

A mãe do aluno nº 2 não sabia ler e escrever. Em razão disso, a solicitação para ingresso foi endossada pelo médico Dr. Ottoni Xavier. É também este médico quem emite o atestado de saúde e de vacinação do menor. Na carta, a mãe menciona sua condição de pobreza e de compreensão da lógica de funcionamento destas instituições, uma vez que solicita seu ingresso “em um dos Patronatos Agrícolas”, deixando evidente a possibilidade de circulação nas diferentes instituições vinculadas ao Ministério da Agricultura. Na solicitação, temos o seguinte texto:

“Maria Affonso, serviçal doméstica, residente nesta cidade, no lugar denominado Guabiroba, não tendo os recursos necessários para educar o menor [...], como procura provar com o atestado junto, vem solicitar que vos digneis mandar interna-lo em um dos Patronatos Agrícolas, a cargo dessa Diretoria, juntando para esse fim, os documentos exigidos pelas disposições regulamentares em vigor.”

O caso do aluno nº 2 evidencia as estratégias familiares acionadas pelas famílias, apropriando-se do discurso estatal, utilizando a linguagem padrão e

trilhando os caminhos burocráticos inseriam-se nas redes de assistência, de modo a garantir a inclusão nos poucos recursos de assistência disponíveis às famílias pobres durante a Primeira República. Supõe-se que tais pessoas circulassem em redes mais restritas, talvez fossem serviçais na casa do médico que assinou os documentos, talvez fossem orientadas por algum familiar. O fato é que tais pessoas se diferenciavam da maioria da população, utilizando-se da influência destes circuitos e destas pessoas para serem indicadas, lembradas e/ou recomendadas.

A solicitação para ingresso provavelmente obedecia a um roteiro estruturado, pois casos semelhantes serão encontrados na década de 1940, quando os pedidos para matrícula eram encaminhados diretamente ao Diretor do então Aprendizado Agrícola. Tais casos serão apresentados no continuidade.

Observa-se que nestas duas solicitações não realizadas pelo Juiz de Órfãos, mas sim pelo Diretor do Serviço de Povoamento, referem-se aos menores que mais tempo permaneceram vinculados ao internato e que, conseqüentemente, mais tardiamente se desligaram do Patronato. O aluno de nº 2 permaneceu até 1930 (completando 7 anos de internamento) e os irmãos de nº 15 e de nº 16 desligaram-se no ano de 1931 (ficando então 8 anos internados). Em ambos os casos, os estudantes, conforme consta no relatório anual de 1924, receberam visitas de seus familiares, fato que pode nos ajudar a refletir sobre a manutenção dos vínculos, uma vez que, mesmo os alunos que permaneceram longo período internados (como os recentemente citados) receberam visitas durante seu período de permanência. Dito de outra maneira, as famílias poderiam utilizar o Patronato como estratégia diante de dificuldades financeiras, por exemplo, sem, contudo, romper em definitivo as relações com suas crianças.

Para terem seus filhos internados, as famílias deveriam cumprir as exigências impostas pela instituição, as quais se encontravam previamente definidas pelo Decreto 13.706 de 25 de julho de 1919, que dava “Nova Organização aos Patronatos Agrícolas”. Contudo, como apontado nos 3 casos anteriormente mencionados, havia outras formas de acessar a instituição que não aquela adotada com mais frequência, através do Juiz de Órfãos.

Algumas solicitações foram encaminhadas diretamente ao Diretor do Patronato. Junto aos ofícios expedidos, documentação existente no acervo do NEPEC, verificou-se que, dependendo da origem ou do circuito de relações do solicitante, a resposta não seria a mesma. Tal foi o caso da resposta abaixo, dirigida a uma solicitação de uma família da cidade de Santa Rosa, município do Rio Grande do Sul, que teve negada a internação de seus dois filhos.

“Pelotas, 1º de novembro de 1923
Ilmo Sr. João Marimons
Santa Rosa

Acuso o recebimento de sua atenta carta de 29 de outubro p. pas. e sinto profundamente cumprir-me comunicar-lhe que sendo todos os serviços dos Patronatos Agrícolas absolutamente gratuitos, nela o seu regulamento a inscrição de menores cujos pais [não] estejam em condições de sustentá-los.

Agradeço a confiança com que se dignou de honrar a Diretoria desta benemérita instituição manifestando o desejo de entregar-lhe a educação de dois dos seus [estremecidos] filhos, aproveito mais este ensejo para reiterar-lhe os protestos de minha mais cordial estima e mais distinta consideração.”

A mesma resposta, porém, não foi dada a uma solicitação realizada por Pedro Luís Osório, nome de prestígio não apenas na cidade de Pelotas, mas figura reconhecida nacionalmente. A carta, respondida de maneira rápida, demonstrou também a influência de Pedro Osório se comparada ao caso anterior, evidenciando igualmente a relevância das relações de personalidade na seleção dos menores. Segue abaixo o trecho:

“Pelotas, 08 de outubro de 1923
Snr. Dr. Pedro Luis Osório
N.C.

Estimado Snr. Devendo inaugurar-se a 12 do corrente este Patronato, solicito a remessa do menor, que me pediu para interna-lo. Sem mais aguardando suas apreciadas ordens,
Sou De Vmcê

Amigo”

Talvez não consigamos determinar os percursos realizados pelas famílias para acessarem a instituição e também ao Juiz, mas não restam dúvidas sobre sua influência na vida dos primeiros alunos internos. As tramas de relações de pessoalidade foram, portanto, acionadas para o ingresso de menores e não discuto aqui se tais alunos foram matriculados de acordo com os critérios estipulados. Pontuo apenas que as relações de pessoalidade, da mesma forma que se fizeram presentes na autorização e construção do Patronato em Pelotas, continuaram fazendo parte da gestão no Visconde da Graça.

Partindo da observação do mapa das matrículas, documento que se encontra disponível junto aos relatórios anuais e que sintetiza alguns dados relativos ao universo dos estudantes matriculados no período de um ano, especificamente o campo “condição civil”, expõe mais uma dimensão relevante da vida familiar dos primeiros meninos matriculados no Visconde da Graça. O predomínio de alunos órfãos de pai expõe a dificuldade das mães destes estudantes ou de seus familiares na manutenção familiar. Suponho, portanto, que as mulheres acionavam a instituição através do Juiz de órfãos e, na medida em que conseguiam obter relativa estabilidade, voltavam ao órgão para solicitar novamente o retorno de seus filhos.

O mapa de desligamentos, outro documento que integra os relatórios anuais, apresenta em números o quantitativo de menores desligados ao longo de um ano. Este mapa apontou, por vários anos, que todos os alunos desligados foram “entregues a parentes”. Esta era uma, dentre várias opções de “destinos” previstos aos alunos que se desvinculavam do Visconde da Graça. Dentre esses, estão: núcleos coloniais, fazendas particulares, estabelecimentos federais, estabelecimentos estaduais, entregues a parentes, entregues a protetores, institutos profissionais e falecidos.

Muitos meninos que ingressaram no Visconde da Graça não deixaram rastro ou sinal. O conhecimento de sua existência tornou-se possível devido ao contato com as diferentes fontes a que tive acesso, dentre elas, o livro de registro das matrículas. Embora estejam, boa parte, em estado perfeito para consulta, nem todos os processos de matrícula foram encontrados nas caixas da Coordenadoria de Registros Acadêmicos. Há lacunas e desaparecidos, apenas constam nomes, sem pais e sem mães, sem idades, sem indicadores, sem

carteiras de saúde ou qualquer registro institucional. Alguns deles viveram, inclusive, seus últimos dias no Patronato Agrícola, como o caso que será apresentado a seguir.

O aluno nº 4, com idade presumível de 10 anos, foi matriculado em outubro de 1923 e não sabia ler nem escrever. Nunca foi visitado e seus pais eram falecidos. O 4, ficou internado por 4 anos, sendo informado seu desligamento por carta a Delegacia Regional do Serviço de Povoamento do 10º Distrito do Rio Grande do Sul, no dia 14 de setembro de 1927. O aluno foi internado no isolamento municipal devido à meningite e foi a óbito às 6 horas da manhã, no dia 13 de setembro de 1927. No processo de matrícula do aluno nº 4 consta seu atestado de óbito, não há referência a qualquer contato que tenha sido feito com familiar, tutor, etc. O nº 4 faleceu com 14 anos de idade, estudou na Escola do Patronato nas turmas Primário e Elementar, tendo registro de problemas de saúde no lugar de suas notas das sabatinas.

A articulação dos poderes institucionalizados como o político e o jurídico pode ser percebida como parte da estratégia local usada na decisão dos destinos de meninos pobres e suas famílias.

Juízes de órfãos, versados nos assuntos da infância e da juventude ou nos termos encontrados na pesquisa, dos menores desvalidos, analisavam e decidiam sobre a situação de vida de muitas famílias. A circulação de crianças, categorizadas como vadiagem, mendicância e abandono necessitavam ser combatidas no início da República, portanto, menores cujas mães e pais, ou ambos, fossem falecidos eram sujeitos-alvo das ações estatais – mãos e braços a serem ensinados nos ofícios da agricultura. As famílias pobres detinham pouca margem de manobra, suas dinâmicas de vida incomodavam e a escola ainda não obrigatória era lugar para poucos, escolhidos minuciosamente, em sua grande maioria por critérios jurídicos centrados na avaliação do nível de pobreza, no ajustamento moral e na obediência à arquitetura documental (que envolvia a comprovação mediante selos e registros cartoriais).

Os documentos analisados permitiram entrever que a articulação com o poder judiciário se colocava como prática adotada, em todo território brasileiro, uma vez que eram oriundas de diretrizes a serem seguidas em todas as instituições – patronatos seria uma dessas instituições.

Outras instituições, no entanto, foram organizadas em todo território nacional para, também, tratar da questão da infância desvalida e/ou problemática no período republicano (DEL PRIORE, p. 212 – 213, 2013). Dentre estas, a colônia correccional e o instituto disciplinar, em São Paulo. Em ambas instituições, a ação do Juiz era, também, classificadora e operava na definição do ingresso ou não dos menores:

O ingresso de jovens no Instituto Disciplinar dava-se sempre por sentença do juiz de Direito, que determinava o tempo de permanência dos sentenciados. Na sua entrada o menor era registrado em um livro de matrícula e depois sujeito a longo interrogatório, feito na maioria das vezes pelo próprio diretor. Em seguida passava por um rigoroso exame médico, extraindo-se suas medidas antropométricas e tirando-lhe fotografia (DEL PRIORE, p. 224, 2013)

Dos livros de matrículas e das informações ali contidas, deduz-se que os alunos eram, frequentemente, examinados e submetidos a intervenções médicas como vacinações coletivas e exames de aptidão física, bem como aplicação de vermífugos. Tratamentos dentários, embora mais esporádicos, eram também realizados junto aos alunos.

A concepção que orientou a criação dos patronatos agrícolas deixava claro sua opção pelos menores desvalidos - “exclusivamente destinados às classes pobres” -, objetivando sua “educação moral, cívica, física e emocional”. Talvez, por isso, todos os menores que passaram pelo Visconde da Graça, de lá saíam sem qualquer título que os habilitasse ao exercício profissional. Não havia estipulado em lei um período mínimo para a permanência, tanto que alguns eram mantidos por um ou dois anos, enquanto outros ficavam internados por até os sete anos.

Junto aos processos de matrícula, encontram-se, também, as notas das sabatinas dos alunos, avaliações periódicas realizadas aos estudantes, nas quais eram atribuídas notas de acordo com o desempenho. Não havia nesses registros descrição dos conteúdos trabalhados pelos professores, apenas constavam as notas. Destaca-se que, por conta das diferentes idades dos menores e dos objetivos dos patronatos, nem todos os estudantes eram alfabetizados, por isso a alfabetização e o ensino das operações matemáticas eram considerados prioritários na instituição.

Os internos do Patronato eram desligados sem preocupação de qualquer natureza com o destino a ser tomado pelos meninos. Deles não se falava mais nada. Os desligamentos ocorriam ao longo de todo o ano, não havendo período específico para sua ocorrência.

Nos relatórios anuais, livros organizados pela instituição para informar das atividades realizadas ao longo do ano, eram detalhadas as atividades realizadas junto aos alunos. Aliadas as aulas teóricas de Português, Matemática e História, os menores eram encaminhados às oficinas. No Visconde da Graça, eram oferecidas três oficinas: marcenaria, carpintaria e selaria.

A influência do Juiz de Órfãos, como se pode apontar, é preponderante na gestão das inclusões e exclusões dos educandos. Contudo, o mesmo não se pode dizer acerca das dinâmicas internas de funcionamento do Patronato. As comunicações frequentes estabelecidas entre o Diretor e o Diretor de Serviço de Povoamento e, em casos mais raros, com o Ministro da Agricultura, são indícios frequentes que os relatórios anuais apresentam.

A intenção de que o Patronato em Pelotas fosse um exemplo de gestão a ser adotado em outras unidades, em particular, na utilização da mão de obra dos alunos nos diferentes setores administrativos da instituição, se faz sentir antes mesmo do ingresso dos estudantes. Em uma correspondência enviada ao Diretor do Serviço de Povoamento, há a descrição minuciosa de uma metodologia de organização do trabalho diário, tendo os educandos do Patronato (inicialmente em número reduzido de 10 alunos) como pequenos aprendizes, os quais reapplicariam as tarefas aos demais colegas conforme estes fossem ingressando no Patronato. A julgar pelo número de matrículas de seu primeiro dia de funcionamento, acredito que o planejamento não tenha surtido os efeitos desejados. No entanto, a mão de obra dos estudantes era usada de maneira frequente, o que apresentarei na continuidade.

A proposta dos Patronatos, de uma educação pautada na pedagogia do trabalho, já foi amplamente apresentada neste estudo. No entanto, os relatórios anuais não tratam, especificamente, de acentuar ou enfatizar tal utilização, o que só pode ser notado a partir de um olhar mais atento sobre os “balanços financeiros” da instituição.

A dinâmica administrativa regida por regras específicas de uso dos recursos públicos é notável também nos relatórios, em que constam registros acerca do quantitativo de recursos empenhados, bem como os dos recursos efetivamente utilizados. Assim, há, em linhas gerais, um demonstrativo em níveis de execução financeira especificando duas naturezas distintas de despesas: pessoal e material.

No relatório de 1925, chama atenção o pagamento de trabalhos realizados por educandos e, naquele documento, esta foi a única menção sobre a execução de tais tarefas pelos estudantes. Inclui-se ainda que a descrição das atividades e seus respectivos valores são feitas sempre em relação ao trabalho dos operários adultos contratados. Ao verificar tais valores, destaca-se que o trabalho efetuado por um aluno era sub-remunerado ao ser comparado com o dos adultos. Consta, no relatório, uma descrição a partir de cada cultura agrícola cultivada na área do Patronato. Apresento o caso da cultura do milho, cujo cultivo fora descrito da seguinte forma:

<u>GONTAS CULTURAES.</u>	
Milho, associado com feijão "Tupy". (cultura de 1924, colhida neste anno) - Superfície - 50.000 m2..	
Preparo do sólo - lavrar e gradação, 2 empregados a 4\$833 e 2 educandos a 1\$500 em 25 dias de serviço.....	316\$650
Adubo e adubações- farinha de ossos 1.460 kilos a ... \$150 o kilo.....	219\$000
Semente e semeadura-60 kilos de milho por 33\$000.....	33\$000
123 " " feijão Tupy a 1\$500 o kilo.....	184\$500
Amanhos e cuidados culturaes - capinas com 10 educandos em 20 dias de serviço (1\$500 cada educando).....	300\$000
Colheita, preparação e conservação dos productos.	
	1:053\$150
(CONTINUA)	

Figura 21 – “Contas culturaes”. Fonte: Relatório anual Patronato Agrícola Visconde da Graça 1925 (Acervo NEPEC)

O pagamento dos trabalhos realizados pelos alunos estava previsto no artigo 65, 66 e 67 do decreto que “Dá nova organização aos patronatos”. Num dos artigos consta que tais pagamentos estariam sujeitos a existência de recursos para serem efetuados, o que, portanto, não os tornavam obrigatórios.

Ressalto ainda que, por terem os patronatos associado o ensino ao trabalho agrícola, é possível que tais pagamentos não tenham sido feitos regularmente. O trabalho dos estudantes poderia, como consta no relatório de 1925, ter ficado oculto e constar, portanto, registrado como ensino prático:

As aulas práticas no campo são de grande utilidade e dado o desenvolvimento agrícola por que tem passado as diferentes secções por mim iniciadas, hoje o Patronato, é um vasto campo de ensino prático, com campos experimentais de culturas methodisadas, de todas as espécies que se possam ensaiar na região em que operamos. Na parte do “viveiro” que pelas photographias inclusas, justificam a sua organização pelo resultado animador e rápido que apresenta, podeis Snr. Director, bem imaginar, o quanto os educandos poderão praticar: a poda annual, a enxertia, adubações, capinas, transplante, tratamento de moléstias chryptogamicas e outros tantos trabalhos diários que os mesmos são obrigados a fazer e que pela sua índole vão naturalmente incentivando o espírito do menor que progressivamente vae se familiarizando com os diferentes misteres da agricultura moderna.

De maneira similar, o ensino profissional, organizado a partir de oficinas de carpintaria, selaria e ferraria, contava com a colaboração dos educandos e visava constituir-se num complemento às atividades práticas. Cada oficina era coordenada por um especialista e os trabalhos realizados nelas tinham uma intenção utilitária voltada para o trabalho agrícola, uma vez que em tais espaços eram construídos objetos e instrumentos de trabalho para uso no campo.

Todas as atividades desenvolvidas no Visconde da Graça reforçavam a importância do trabalho, da obediência e da disciplina. Neste sentido, a instrução física ali ministrada voltava-se também para reafirmar este ideário. Há dois aspectos marcantes que revelam a importância de um bom desempenho físico. O primeiro realizava-se no ingresso do educando, quando eram exigidos comprovantes de saúde (não possuir doença contagiosa e estar em condições para a realização de trabalho físico) e atestado de vacinação¹⁵. E, num outro

¹⁵ Em alguns documentos pode-se supor que os alunos, além de apresentarem a documentação exigida, deviam submeter-se ainda a exames médicos realizados pelo médico do estabelecimento, que podia concordar ou não com os atestados emitidos por outros profissionais de saúde.

momento, quando já matriculado, exigiam-se práticas regulares de escotismo, exercícios militares e ginástica. No relatório anual de 1924 e 1925, as longas descrições das atividades desenvolvidas mês a mês supõem a importância que a prática regular das atividades tinha no conjunto das ações da instituição:

(...) temos o prazer de informar-vos que o escotismo, exercícios militares e gymnastica, foram realizados com toda regularidade apresentando os menores progressos bem apreciáveis. Em várias passeiadas que fizemos pela cidade, principalmente no dia 19 de novembro, dia do juramento da bandeira, destacaram-se os nossos escoteiros pela sua disciplina e pela entuação em coro de grande número de canções patrióticas. A gymnastica sueca e agora os exercícios de paralela que mandei fazer, muito tem contribuído para o desenvolvimento dos menores. [...] O foot-baal, é o jogo preferido pelos menores o que consinto sempre em horas apropriadas em local adequado, recomendando aos guardas-vigilantes, evitem o excesso sempre prejudicial a saúde.

As descrições seguidas, no referido relatório, sobre as práticas de exercícios militares não deixam dúvidas dos elementos que fizeram parte da ideologia defendida para a conformação daqueles meninos.

Posições de sentido, descansar, olhar a direita, olhar a esquerda e à frente, pequena marcha sem cadência a 1 km, movimentos à pé firme, direita volver, esquerda e meia volver, foram algumas das atividades desenvolvidas pelos alunos do Patronato em Pelotas, sob coordenação de tenentes e sargentos vinculados ao corpo do Exército da cidade. (RELATÓRIO ANUAL 1924)

Em 1924, ano seguinte à fundação do Patronato Agrícola, é possível verificar no relatório anual o registro da realização de visitas de familiares a vários alunos internos. Naquele ano, comparecem familiares de 44 alunos internos, um número razoável se considerarmos que tais meninos, ao menos legalmente, eram considerados “desvalidos da sorte”¹⁶, estando, portanto, numa situação de “abandono moral ou material”. Ainda sobre a questão, vale a pena

¹⁶ A categoria “desvalido da sorte” congrega uma série de adjetivos que a complementam, o que contribuía para que diferentes situações sociais fossem nela enquadradas. Tal abrangência permitia sua utilização de modo também amplo por parte daqueles que estavam responsáveis pelo ingresso dos menores nos patronatos. No caso do Patronato Agrícola em Pelotas “desvalido da sorte” era usado, na prática como sinônimo para órfãos.

mencionar que até o mês de agosto de 1924 havia 75 alunos matriculados, o que torna a avaliação sobre a procura das famílias ainda mais relevante.

De um universo de 20 alunos, constatou-se que dezoito deles haviam sido visitados por seus familiares no ano de 1924, sendo solicitados seus desligamentos no ano seguinte, em 1925. O dado que aqui se apresenta contribui para refletir tanto sobre os vínculos que ainda se mantinham entre "desvalidos" e suas famílias quanto sobre a configuração temporária do internamento, já que muitos desligamentos foram solicitados por seus familiares, antes mesmo de finalizar o período previsto para permanência no Patronato.

Interessa, neste contexto de debate sobre a manutenção dos vínculos familiares, pontuar ainda que neste universo de 20 alunos, verificou-se a existência de parentesco entre os estudantes: 10 deles eram irmãos. Tais foram os casos dos alunos de números 05 e 06, desligados em 1929. Também os alunos de números 11, 12, 13 e 14, todos desligados em 1925, bem como os de números 15 e 16 e, por fim, os alunos 20 e 21.

Os livros de matrícula apresentam também a existência de vínculos de irmãos entre os alunos 31 e 32; 34 e 35; 38 e 39; 43 e 44; 51 e 52 e 86 e 87.

Todos estes casos ocorreram no Patronato Agrícola Visconde da Graça (PAVG), em Pelotas. Com sua inauguração em 1923, o Patronato inseriu a cidade na lógica das ações de intervenção federal sobre a população pobre, especialmente sobre as crianças e suas famílias.

Retomo aqui os elementos diversos que contribuíram para a consolidação do patronato especialmente no contexto de transição entre o Império e a República, período fortemente marcado pela ressonância da abolição da escravidão e a inserção do trabalho livre no Brasil. Neste cenário, a constituição de uma mão de obra livre e disciplinada se fazia urgente e, para tal empreitada de uma só vez aproveitou-se de uma suposta oferta de braços que se colocava como problema social para a sociedade brasileira, os menores desvalidos.

A cidade de Pelotas, amplamente conhecida pela opulência de um passado vinculado à economia do charque, teve nos escravos sua principal (se não exclusiva) fonte de mão de obra. É fundamental, portanto, que sejam

consideradas as questões com as quais se deparavam as elites pelotenses com a abolição da escravidão, bem como as formas que se utilizaram para tentar equacionar os “problemas” daí advindos (VICENTE, 2000; ANTUNEZ, 1996)

É preciso considerar as ressonâncias vividas pela cidade, os impactos e conflitos gerados e, sobretudo, as formas encontradas para acomodar os diferentes grupos que não mais podiam esconder a face desumana que fez a cidade crescer em luxo e riqueza, enriquecendo poucos, explorando muitos. A imagem abaixo, retirada do Almanaque do Bicentenário de Pelotas, publicado em 1900, apresenta um instante do cotidiano de uma cidade que convivia em um cenário de extrema desigualdade em princípios do século XX:



Figura 22 – Pátio interno Mercado Público Pelotense. Fonte: Almanaque do Bicentenário de Pelotas.

A legenda da imagem foi retirada também do referido Almanaque e dimensiona as contradições:

Pátio interno do antigo edifício do Mercado Público Pelotense. Fotografia emblemática do contraste social ainda vivenciado no período pós-abolição da escravatura. À esquerda meninos bem trajados brincam; ao centro, negros, prováveis descendentes de escravos, procuram restos de comida no chão, e não sobre as bancas.

No canto inferior direito, a silhueta do fotógrafo e sua máquina, e de curiosos que lhe fazem companhia. Mulheres com seus vestidos longos e os homens todos com seus chapéus.

Data aproximada da foto: década de 1900. Fotógrafo desconhecido. Acervo: Eduardo Arriada

O ano de 1888 estabeleceu uma ruptura formal do estado escravocrata. Diferentes trabalhos, especialmente da área da História, têm abordado o engajamento dos próprios escravos em busca de sua autonomia e liberdade. As estratégias e ações em torno de clubes negros, por exemplo, dão uma ideia do quanto na cidade de Pelotas, a escravidão e sua abolição não ocorreram num clima de mansidão e ausência de conflitos:

O pós-abolição é encarado não apenas como uma temporalidade posterior ao 13 de maio de 1888, mas como um campo de novos conflitos e agências de grupos buscando superar a escravidão. E se observando os novos desafios impostos ainda pela nova ordem que logo se impôs pela República, é um campo fértil no sentido de observar os negros em movimento. A escravidão sucumbiu perante diferentes fatores, dentre os quais se destacou a agência negra que tencionou o sistema, e que buscou mostrar novas formas de organização possíveis, consolidando-se como variável importante na dinâmica e dialética que move a história. (AL ALAM, ÁVILA, SILVA, 2014, p. 61)

De “corpos cativos e almas libertas” (AL ALAM, ÁVILA, SILVA, 2014, p. 58) homens e mulheres enfrentaram o jugo da escravidão, ultrapassando as barreiras de um corpo limitado a uma relação de produção degradante e humilhante. A crença na instauração de um novo regime de relações sociais, afirmam os autores, teve seu princípio antes da assinatura da Lei Áurea, a agência destes sujeitos se fez sentir em diferentes aspectos da sociedade pelotense.

A gestação dos Patronatos ocorreu de forma lenta e gradual, e como já mencionado, dividindo opiniões (entre patronatos e aprendizados). Os debates estabelecidos antes mesmo da criação do MAIC (1906) apontam um consenso acerca da utilização das crianças na construção do trabalhador livre no Brasil. E, por razões óbvias, tais crianças eram negras e originárias de setores pobres da população. Naquele contexto os “ingênuos”, como assim foram chamados os filhos livres nascidos de escravos (Lei do Ventre Livre data de 1871) eram lembrados como formando um grupo privilegiado. Tal postura é destacada numa

das atas dos Congressos Agrícolas realizadas no Brasil nos anos finais do século XIX:

Para tanto, os congressistas reunidos em Pernambuco defendiam que a educação dos ingênuos fosse a melhor estratégia para atender à carência de trabalhadores no campo, pensando no desenvolvimento futuro da lavoura, inculcando nas crianças o gosto pelos trabalhos agrícolas. (NERY, 2010, p. 36)

Os patronatos têm origem no contexto de início do século XX, tendo o mundo rural como ênfase da intervenção social e moral sobre populações pobres. O Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919, define o que seriam e quais as finalidades da criação dos patronatos agrícolas:

Artigo 1º Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n.12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, physica e profissional de menores desvalidos, e daquelles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, a disposição do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio.

Artigo 2º Os patronatos agrícolas constituem, em seu conjunto, um instituto de assistência, protecção e tutela moral dos menores compreendidos no art. 1º do presente regulamento, recorrendo para esse effeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua acção educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporá-los ao meio rural.

A criação dos patronatos foi autorizada através do Decreto 12.893 de 28 de fevereiro de 1918. Estas organizações nasceram vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e, mesmo após a criação do Ministério da Educação, na década de 1930, continuaram associadas ao MAIC.

A preocupação com a formação de mão-de-obra e, igualmente, em manter ocupados e fornecer instrução aos “desvalidos da sorte” foi o argumento impulsionador para a criação dos patronatos agrícolas. O decreto 12.893 apresenta objetivamente que essas instituições têm por função a “educação de menores desvalidos”, numa clara tentativa de ocupar e moralizar essa população através de uma “pedagogia do trabalho” (DEL PRIORI, 2013, p. 220). Tal modelo de instituição tinha como missão “ministrar, além da instrução primária e cívica, noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos”. A bibliografia registra que esta aproximação com a formação do “homem rural” está diretamente relacionada com a representação idealizada do mundo rural

corrente na época, especialmente entre os juristas, tendo o “trabalho agrícola” como método de disciplinamento e regramento moral. Assim o trabalho agrícola:

[...] além de ser mais higiênico, porque é ao ar livre, e desenvolver pelo exercício as forças físicas, é o que mais absorve, sem fustigar, a atenção do menor. Enquanto cultiva a terra, enquanto contempla a natureza que o cerca e encanta, o seu espírito paira mui longe das ideias do mal, para concentrar-se naquelas outras, que elevam e nobilitam o homem.” (DEL PRIORI, 2013, p. 225)

Além de tais questões, cabe problematizar o contexto de discussões em que se estão inseridos os patronatos agrícolas no Brasil. Há que se levar em conta diferentes elementos dentre eles as políticas de imigração e colonização conduzidas pelo Serviço de Povoamento do Solo Nacional (SPOV), “agência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que foi responsável, desde a sua fundação em 1907, até a década de 1930, pela implementação em nível federal das políticas de imigração e colonização.” (RAMOS, apud LIMA, 2002, p. 51)

É neste órgão do MAIC que ficaram vinculados todos os patronatos agrícolas. O SPOV se situa estrategicamente como tentativa de resposta a dois problemas vividos no Brasil de fins de século XIX e princípios de XX: a necessidade de braços, especialmente para as lavouras de café no estado de São Paulo sobretudo após a proibição do tráfico de escravos; e a ocupação de vastas regiões ainda não habitadas do território, especialmente no sul do Brasil (RAMOS, apud LIMA, 2002, p. 51). Assim, entende-se que a construção de instituições de ensino, fosse fundamental para a formação do trabalhador rural, uma vez que se tinha também por preocupação a modernização da agricultura (RAMOS, apud LIMA, 2002, p. 53).

Na confluência com o argumento apresentado, destaco que a preocupação com a formação de trabalhadores para o meio rural encontra resposta na “criação dos Imperiais Institutos de Agricultura, que, somados aos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e Recife, ganharam novos contornos a partir da criação da Sociedade Nacional de Agricultura” (NERY, 2010, p. 7). Tais articulações resultaram na criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906, e na aprovação da Primeira (1ª) Lei do Ensino Agrícola em 1910 (NERY, 2010, p.7).

Na lei de 1910, estrutura-se o ensino agrícola em diferentes níveis, sendo o ensino primário (o que nos interessa neste contexto) previsto com a

organização dos Aprendizados Agrícolas, cuja preocupação estava em garantir aos filhos de produtores agrícolas condições mínimas de formação para a qualificação do trabalho no campo e, conseqüentemente, desejava incentivar sua permanência no meio rural.

As pressões exercidas pelas elites agrárias, somadas as expectativas de um grupo profissional que se buscava afirmar-se legitimamente (agrônomos), juntamente com a necessidade de mão de obra livre, e o povoamento do solo nacional – faz do MAIC um articulador de diferentes questões que pautavam o cenário brasileiro do período.

No entanto, a instituição dos patronatos, embora não prevista no ordenamento legal de 1910, figurou como a principal instituição de ensino primário. Naquele contexto, a organização dos patronatos poderia supor algo ainda mais inusitado: num cenário de necessidade iminente de mão de obra, a utilização das crianças pobres, de pais recém-libertos, figuraria como uma questão central para a constituição dos patronatos.

Amplios debates foram travados nos congressos agrícolas, os quais acabaram articulando, nesta instituição, diferentes problemáticas, pelas quais o país necessitava responder:

(...) após a criação dos Patronatos Agrícolas os Aprendizados ficaram secundarizados no que diz respeito aos ensino agrícola primário, configurando-se num período de “infertilidade” destas instituições, que viveram uma fase de estagnação até o ano de 1934. Como dito, além dos Patronatos Agrícolas, outra instituição assumiu, a partir da segunda década do século XX, a responsabilidade pela formação profissional agrícola em nível primário, os Patronatos Agrícolas. Contudo, diferentemente do que se deu com os Aprendizados, a motivação para a criação destes estabelecimentos adveio, principalmente, das discussões em torno do problema do menor abandonado e com problemas de ajustamento social, presente desde os oitocentos. (NERY, 2010, p. 179)

A missão assumida pelo MAIC, a partir da instituição dos patronatos, revela um campo de disputas. Um projeto que se tornou hegemônico como resultado de debates e jogos de força intra e interinstitucional, consequência do engajamento de diferentes agentes sociais.

O Decreto 13.706, de 25 de julho de 1919 aprova o regulamento dos Patronatos Agrícolas no Brasil e estabelece linhas gerais e padronizadoras de tais instituições em todo o território nacional. Nele se reafirma a ênfase no trabalho agrícola conforme previsto em seu artigo 2º: “[...] recorrendo para esse

efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua acção educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporá-los no meio rural”.

No decreto de 1919, foram apresentadas as condições mínimas para a instalação de um patronato, dentre elas a preocupação com o preenchimento mínimo de 100 vagas e da área disponível não ser inferior a 200 hectares. A criação formal do PAVG ocorreu através do Decreto 15.102 de 09 de novembro de 1921.

O regime escolar de internamento, em que os alunos recebiam, além do ensino, “alimentação, vestuário, calçado, objetos de uso comum, assistência médica, farmacêutica e dentaria gratuitos”, era igualmente previsto na organização dos patronatos. A dinâmica do ensino nos patronatos se orientava por questões práticas *“limitado à condição do pequeno cultivador ou trabalhador rural, compreendendo noções rudimentares de agricultura em seus diferentes ramos, mecânica agrícola, criação, higiene, tratamento, alimentação dos animais domésticos e indústrias rurais”*. Para tanto, o programa se desdobrava em primário e profissional. Sendo o primário dividido em três cursos distintos: “elementar, médio e complementar”.

O ingresso no Patronato não exigia que do candidato que fosse alfabetizado. Caso não fosse, o letramento seria ofertado na própria instituição, a partir dos programas dos primeiros cursos (elementar e médio). Aliado ao ensino, o trabalho é destacado no artigo 18 do decreto 13.706 de 1919: *“Os menores trabalharão simultaneamente nos campos de cultivo, jardins, oficinas e instalações do estabelecimento (...)”* e, na sequência no artigo 19, que mencionava a obrigatoriedade da existência de relação de todos os conteúdos com a agricultura.

A idade prevista em lei, para ingresso de estudantes, se dava em duas classes de idades: dos 10 aos 13 e dos 13 aos 16 anos. Destaca-se que nem sempre, ao menos no PAVG, a orientação etária foi observada, o que ficará evidente ao longo da exposição e na apresentação de alguns casos.

A observação dos relatórios anuais e das correspondências enviadas pelo PAVG foi importante para perceber as alianças e os embates travados entre a gestão em nível local e o MAIC. Especialmente nos primeiros anos, período em que ocorria a construção dos prédios na instituição, é que se verificou

explicitamente a existência formalizada de cobranças por parte do Ministério e da mesma forma por parte do Patronato.

A análise dos referidos documentos colocou em cena vários atores que participavam da correlação de forças e também do complexo sistema de gestão que envolvia os patronatos. Há, por exemplo, Inspetor dos patronatos, Diretor do Serviço de Povoamento, Inspetor da Alfândega, Chefe do Tribunal de contas do Estado, Diretor do Patronato e variadas empresas que prestavam serviços.

A formação educacional defendida na constituição de uma rede de patronatos agrícolas, já no âmbito do MAIC, consolida a adoção dos patronatos, promovendo a formação do trabalhador rural e apostando nas gerações mais jovens como estratégia para afirmar o ideário que se desejava. E, neste contexto, estaria o MAIC engajado em atingir dois objetivos de uma só vez, posto que os “desvalidos da sorte” passavam a figurar no cenário nacional como figuras incômodas a necessitar de ajuste e disciplinamento, especialmente a partir das legislações que conduziam (forçavam) o Brasil a abolir o regime escravista:

(...) o ministro da Agricultura enfatizava ao lado do objetivo de regeneração, o de formação técnica agrícola de braços trabalhadores que serviriam para impulsionar a economia do país; e para tanto seria necessária a criação de uma rede de Patronatos Agrícolas nos diversos estados brasileiros, com o intuito de formar os futuros lavradores, que deveriam ter um melhor conhecimento técnico de forma a aproveitar a terra de maneira mais racional. (NERY, 2010, p. 181)

A par da lógica que predominou entre os defensores dos Patronatos e situando o contexto em que tais debates foram realizados (XIX e XX), discorro brevemente sobre o lugar das crianças (geralmente as filhas de ventre livre) nas relações de trabalho, enfatizando as condições a que foram expostas, e o tratamento que receberam por parte de diferentes instituições estatais, dentre elas, as jurídicas.

O Brasil não dispunha de ações ordenadas para atenção destas crianças e jovens filhos de ventre livre, o que levou rapidamente a uma (re) acomodação das elites (senhores de escravos) em absorver (e, portanto continuar usufruindo) a mão de obra destes ingênuos, a ponto de constar na legislação a continuidade do regime de exploração da mão de obra dos ingênuos. Vários estudos (ZERO, 2003; CARDOZO, 2015; BASTOS, JUNIOR, 2009) apontam, assim, a utilização

do instrumento legal da “tutela” destas crianças como estratégia dos senhores de escravos para a “legalização” do trabalho infantil no Brasil, no contexto pré-abolição: “A tutela era o expediente mais fácil de ser acionado pelos adultos para a obtenção da guarda legal de uma criança, adolescente ou jovem” (CARDOZO, 2015, p. 308).

A categoria do abandono e orfandade foi nesse período absurdamente apropriada pelas elites a fim de justificar os pedidos de tutela, que em sua maioria se davam a revelia das autorizações das famílias dos ingênuos. Naquele contexto o papel do juiz de órfãos, se apresentou como fundamental para a “legalização” e normatização de tais práticas, uma vez que passava por ele os julgamentos destes pedidos, que em sua maioria, foram uma forma de “criadagem disfarçada” (CARDOZO, 2015, p. 269).

A função “Juiz de Órfãos” chegou ao Brasil como herança da colonização portuguesa. Em sua origem, ocupava-se em zelar pelos bens e recursos de herança de crianças órfãs, restringindo-se a servir determinado grupo social:

Se, num primeiro momento, as ações dessa instituição estavam relacionadas a assuntos financeiros, ao longo do tempo, passaram a ser direcionadas para temas sociais. Talvez, por ser o juiz o que mais se aproximasse dos assuntos de cunho privado/familiar, o Estado percebeu as potencialidades que este possuía como representante das localidades, principalmente, na regulação dessas famílias. (CARDOZO, 2015, p. 90)

Em consequência disso suas ações ampliaram-se e adquiriram importância central no que se refere ao exercício de regulação das famílias pobres (BASTOS, JUNIOR, 2009). Sendo assim

(...) o instrumento da tutela, criado no início para atender as crianças órfãs das elites quanto aos seus bens, foi se “modelando”, principalmente a partir da Lei do “Ventre Livre”, para atender crianças desvalidas e os “ingênuos”. A tutela dos filhos das escravas foi uma das estratégias empregadas por muitos adultos para continuarem a usufruir dos serviços dos menores de idade. (CARDOZO, 2015, p. 125)

Até 1927, o Brasil não contava com uma legislação específica para tratar da infância. Assim, afirmar a relevância do Juiz de Órfãos nesse contexto não seria exagerado. Na continuidade, abordarei algumas questões que colocam tal

figura em relevo, por ora, basta perceber sua importância na regulação das famílias e das crianças.

As lógicas de intervenção conduzidas pelo Juiz de Órfãos se baseavam na adoção de uma política tutelar sobre as famílias pobres e seus membros. Tratava-se, no entanto de uma ação controladora, que, ao ser assumida pelas instituições jurídico-estatais, tinha como estratégia básica o afastamento das crianças dos seus contextos de origem.

Recorrendo à historiografia, destaca-se, também, nesse período, amplos e acalorados debates sobre os menores no Brasil, vindos de duas áreas em particular, o Direito e a Medicina. Suas contribuições foram significativas para as intervenções realizadas posteriormente, entre fins do século XIX e início do XX e, nesse interim, o discurso higienista fora pano de fundo e bandeira, especialmente, do discurso médico-sanitarista:

O movimento higienista direcionado à infância, o 'higienismo infantil', foi abraçado por médicos brasileiros no final do século XIX. A ideia era aquela mesma, já aventada por Lopes Trovão e outros, de investir na 'célula' da infância, e através dela, atuar sobre a família, ensinando-lhe as noções básicas de higiene e saúde – em sentido físico e moral. Foi através desse processo e da institucionalização desse tipo de intervenção que as elites tiveram acesso ao universo da pobreza. (RIZZINI, 2011, p. 108)

Já no início do século XX, o Direito passa a rivalizar com a Medicina, disputando argumentos e formas de intervenção:

(...) os juristas entrarão em cena anunciando perigos inimagináveis para o futuro, onde hordas de criminosos dominariam sobretudo as cidades, a por em risco qualquer proposta de salvar o país. Estatísticas alarmantes anunciam a escalada da criminalidade em todos os países, com destaque para o fenômeno da delinquência infantil e juvenil, que estaria crescendo em proporção superior à criminalidade adulta, mesmo nos países ricos. Os juristas logo ganham terreno, mostrando mais desenvoltura que os médicos para defender publicamente suas ideias através da imprensa, sem deixar de respaldá-las na experiência adquirida pelos 'países cultos' (RIZZINI, 2011, p. 116)

O argumento dessa proposta de análise e intervenção, construído a partir do Direito, punha em evidência a “encruzilhada civilizatória” vivida no Brasil, que desejava atribuir um novo significado ao trabalho, impondo novas moralidades e hábitos, com vistas à consolidação de um projeto de nação:

Como conceber uma nação com aquele povo que ali estava – com sua conhecida indolência, debilidade física e moral, ignorância e promiscuidade? Na cidade mais importante do país, o Rio de Janeiro, capital federal, parte da população era retratada como constituindo verdadeiras hordas de desocupados e desclassificados a ameaçarem a paz social. Muitos dos chamados “populares” eram menores acusados de se instruírem nos descaminhos da ociosidade e do crime. Era preciso pôr o povo a trabalhar “livremente”, ou seja, em troca de um salário. Tornar o indivíduo propenso e habituado ao trabalho desde a infância. (RIZZINI, 2011, p. 123)

Certamente que os sujeitos que deveriam trabalhar livremente não pertenciam aos filhos das elites. A construção de uma lógica que tinha no trabalho e na disciplina seu eixo principal, não tardou a se constituir num binômio até hoje muito forte no imaginário social brasileiro, que opõe trabalho e vadiagem. Assim tornar irregular tal condição foi uma estratégia importante na construção da pobreza como problema social e, conseqüentemente, de sua criminalização. Aos filhos dos grupos populares, diferentes nomeações foram adotadas para sugerir e agravar o quadro de suposto abandono, negligência e desprezo por parte de suas famílias, não tardando portanto a viabilização de propostas estatais de intervenção: “Através do lema “salvar as crianças”, toda uma rede de autoridades passou a ser discutida e viabilizada, no corpo dos aparatos jurídico-estatais, para atenção e controle à infância” (SCHUCH, 2005, p. 54).

Assim, se de um lado havia “Juízes de Órfãos”, de outro, conseqüentemente, havia os “órfãos”. A categoria de órfão, dependendo do contexto em que fora utilizada, pode conter diferentes sentidos. Apoio-me, aqui, no entendimento de Bastos e Júnior (2009, p. 49-50) que as categorias usadas, atualmente (infância, adolescência e juventude), não servem para compreender a transição entre os séculos XIX e XX, tendo em vista que mais usualmente eram adotados “pupilos, menores e órfãos”. Os autores afirmam, para o seu contexto de pesquisa, que essas categorias expressavam mais valorações de ordem econômico-social que propriamente de abandono:

(...) pertenciam a famílias de baixo extrato social, ou seja, desvalidas; alguns eram filhos de ex-escravos e, em muitos casos, considerados órfãos, ainda que tivessem mãe ou mesmo pai, o que pode significar que, no âmbito judicial, para definir sua condição de orfandade, bastava que a criança pertencesse a uma família sem recursos.”

E nesse contexto a categoria “menor” figura como síntese dessa condição: *“A categoria “menor abandonado” só emergirá no Brasil no bojo da discussão sobre a reforma das prisões e após a Lei do Ventre Livre e não, como se poderia supor a princípio, pelo viés da caridade.”* (ARANTES, 2008, p.2) Antes desse período, a categoria “menor”, embora empregada, não possuía um sentido enquanto problema social, porque se referia somente aos filhos de escravos. Estes, tanto no período colonial quanto boa parte do Império, não se constituíam em preocupações de ordem pública em termos de assistência, já que somente a partir da Lei do Ventre Livre (1871) e, posteriormente, com a Abolição (1888), que tais sujeitos *“adquirem a condição de livres e, portanto, de “filhos” e “pais de família”; sem, contudo, adquirirem as condições materiais para o exercício pleno da cidadania”* (ARANTES, 2008, p. 2). E foi a partir daí que isso se constituiu enquanto problema social.

Assim, e em nome de sua proteção, é constituído um duplo sentimento de infância: criança e menor / em perigo e perigosa (ARANTES, 2008; RIZZINI, 2004; SHUCH, 2005). De acordo com Rizzini (2011, p. 29)

Salientava-se que a criança deveria ser educada visando-se o futuro da nação; no entanto, tais palavras, transformadas em ação, revelavam que, em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta moldá-la para a submissão [...] Tal opção implicou a dicotomização da infância: de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais (...)

Da mesma forma Villalta (2013, p. 247) usa tal dicotomia para refletir sobre as “modalidades de intervención estatal sobre la infancia” pobre na Argentina. Segundo a autora:

la categoria “niño” designaba a quienes se ajustaban a las conductas esperadas y esperables asociadas a la infancia, la categoría “menor” se revelaba como una noción estigmatizante y cosificadora utilizada históricamente para designar y clasificar a todos aquellos niños y niñas que no encajaban en las pautas de socialización familiar, educación, ocio, sexualidade, consideradas aceptables para los sectores más jóvenes de la población. (VILLALTA, 2013, p. 247)

O sentimento em torno da infância, como universo particular distinto do adulto, tem suas raízes nos debates franceses apresentados por Phillipe Ariès (1981). O autor se empenha em demonstrar as origens de um sentimento

particular acerca da infância e da forma como foram construídas as diferenciações e distanciamentos em relação ao mundo adulto:

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÈS, 1981, p. 65)

As críticas realizadas ao autor, amplamente conhecidas (COSSIE et al 2011, p.11), não deixam de reconhecer, portanto, a importância que tal status diferencial tem proporcionado, no sentido de relativizar um sentido universal de infância:

De tal manera, distintos y numerosos trabajos, a partir de reconocer el carácter sócio-histórico de la noción de infancia y la variabilidad de experiencias de vida de aquellos que son englobados en esta categoría, han destacado la importancia de analizar a niños y niñas como actores sociales activos y competentes [...] (VILLALTA, 2010, p. 9)

Assim, se de um lado há um forte apelo de criminalização da experiência de vida das famílias pobres e seus filhos, o que teria e ainda tem justificado propostas de intervenção jurídico-estatal; de outro, temos atualmente condições de estabelecer novas leituras que privilegiem novos olhares sobre tais intervenções, capazes de apontar resistências, enfrentamento e persistência de um modo de vida considerado arriscado, ilegal e perigoso. E foi neste mosaico, agregador de questões tão distintas e amplas sobre o contexto brasileiro (relações raciais, processos migratórios, colonização e constituição do Estado, desigualdades sociais, menores desvalidos etc.) que surgiram os patronatos. Sua criação insere-se na lógica de intervenção e disciplinamento corrente no período. Adotou procedimentos padronizados da mesma forma que os demais estabelecidos em todo território nacional.

Necessito aclarar que o regime de internamento adotado nos patronatos não era considerado estranho no período, o que não se pode dizer da atualidade, uma vez que seu formato é alvo de constante questionamento por parte da Promotoria da Infância e Juventude para adequação a legislação vigente.

As transformações na legislação sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, colocam a internação como recurso final de uma série de outras medidas aplicáveis ao adolescente a quem se atribuiu a autoria de ato infracional (SCHUCH, 2004). Devo, neste sentido, esclarecer que o internato do Visconde da Graça não se classifica nos termos do que está referido no ECA, se trata antes de uma política de assistência ao aluno, que, comprovada com a existência de vulnerabilidade, poderá usufruí-lo como condição para acesso, permanência e êxito acadêmico. Situando-se, portanto, como uma política de governo voltada para a superação das desigualdades sociais na educação.

Contudo, em sua criação, no ano de 1923, não era essa a intenção. O Brasil ainda não possuía legislação específica para tratar de forma particular da infância e juventude o que veio a ocorrer apenas em 1927, com a criação do primeiro Código de Menores (ARANTES, 2008; RIZZINI, 2004, SHUCH 2005).

A adoção de asilamento institucional é prática histórica da assistência em nosso país:

O Brasil possui uma larga tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares. [...] A ampla categoria jurídica dos menores de idade (provenientes de classes pauperizadas) assume, a partir da segunda metade do século XIX, um caráter eminentemente social e político. Os menores passam a ser alvo específico da intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas. O recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no país. (RIZZINI, 2004, p. 22)

Ao utilizar a estratégia de asilamento institucional nos patronatos agrícolas, estaria o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) somando-se ao coro de vozes que compreendia a pobreza de certos grupos da população, como alvo de intervenção e disciplinamento necessários ao progresso da Nação brasileira. E sob o argumento da pobreza material e moral dos “menores desvalidos” o MAIC entra também na disputa por uma fatia no “cuidado” de meninos pobres. Ressalta-se ainda que o encaminhamento involuntário de meninos para as escolas da Marinha e do Exército foi prática amplamente utilizada por parte do Império brasileiro (CARDOZO, 2015; NERY, 2010; RIZZINI, 2004).

A conformação institucional em diferentes níveis pode sugerir a existência de uma homogeneização das práticas, no sentido de corroborar com as intenções emanadas das políticas estatais. No entanto, avistamos diferentes registros que assinalam constantes reivindicações e mesmo reclamações por parte dos servidores, no sentido de garantir as mínimas condições de saúde, higiene, alimentação, instalações e trabalho, as quais nem sempre eram supridas pelo órgão estatal ao qual se vinculava o Patronato. Diferentes servidores do Patronato apontavam dificuldades na realização de suas funções tendo em vista a falta de condições mínimas:

[...] longe, porém, está este Estabelecimento de possuir um serviço hygienico completo; tudo aqui está por se fazer; falta-lhe exgoto, latrinas-patentes, mictórios, banheiros, enfermaria em condições, pavilhão de isolamento, enfermeiro habilitado e um encanamento d'água que satisfaça as necessidades do Estabelecimento. O serviço sanitário é feito em fossas, abertas aqui e acolá, na falta de latrinas-patentes, que não satisfazem, precisamente, os requisitos hygienicos; o compartimento que serve como enfermaria, comporta, apenas, cinco leitos, estando, portanto, em desacordo com o número de educandos; o serviço de enfermeiro tem sido exercido por inspectores de alunos, guardas e educandos, pessoas todas ignorantes no assumpto [...]. Já é tempo d'este Patronato possuir um enfermeiro que se recomende pela sua prática hospitalar

A continuidade da investigação levou-me a pesquisar, junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul, processos de tutela envolvendo meninos órfãos, tomando por base os nomes dos primeiros alunos matriculados.

Nos processos de tutela da cidade de Pelotas arquivados pelo órgão, não havia coincidência de nenhum dos nomes dos alunos matriculados no Patronato. A maioria dos processos de tutela envolviam casos de crianças órfãs que possuíam herança familiar, exceto um caso, o de quatro irmãos, de pai desconhecido e mãe falecida, que estavam em “poder de diversos” e encontravam-se “miseráveis”, o que levou o Juiz a intervir por duas vezes, até o caso ser resolvido.

As intervenções realizadas pelo Juiz de órfãos junto ao Patronato não envolvia, ao menos os documentos não deixam pistas sobre isso, a tutela destes meninos. Suponho que o Visconde da Graça surgiu como um local estratégico

de colocação destes meninos, uma vez que, na cidade de Pelotas, apenas as meninas tinham instituições de assistência aonde recorrer.

Aproximo-me das considerações de Trueba (2011), quando analisa as justificativas fornecidas pelas famílias que entregavam suas filhas em asilos. A pesquisadora percebeu, através de documentos, que a prática de entrega se constituía como estratégia familiar, e não como abandono, conforme se poderia supor em uma observação menos detalhada:

En este contexto, es importante preguntarse sobre los usos que la comunidade estudiada hacia del Asilo para responder a sus propias necesidades así como a las preocupaciones que la cuestión de la niñez desamparada despertaba. Evidentemente, lejos de entender el abandono como un acto de desamor o de estrategia carente de sensibilidad, se debe pensar en un uso estratégico no desprovisto de sentimientos. Así queda de manifiesto en los retornos y los reclamos realizados por diferentes familiares y alegados para que las mismas niñas, que antes habían abandonado, volvieran con ellos. (TRUEBA, 2011, p. 330)

A pesquisadora aponta algo muito semelhante ao que se passou no Patronato em Pelotas: as famílias requeriam suas crianças.

Além das intenções apresentadas nos planos de governo e executadas pelos agentes do Estado, as famílias se apropriaram das políticas centrais a seu modo, estabeleceram interpretações próprias, muito embora observassem os códigos burocráticos estabelecidos:

Así, a partir de una mirada atenta al cómo de esas técnicas de gestión podemos observar que los diferentes agentes que participan en el diseño de soluciones posibles, intentan negociar, establecer alianzas, componer y apuntalar. Por su parte, las madres, padres u otros familiares a los que se dirige la intervención, lejos de consentir pasivamente o aceptar acriticamente el o enunciado, aconsejado u ordenado por tales agentes, desarrollan distintas tácticas que dilatan, tensionan y oponen otros sentidos a la intervención. (VILLALTA, 2013, p. 261-262)

Não restam dúvidas de que mesmo em meio a tais formatos pedagógicos e burocráticos, as famílias continuaram buscando o Patronato para matricular seus filhos. Seja por intermediação de um político influente, do Juiz de Órfãos ou através do Serviço de Povoamento, as famílias encontraram formas de inserir seus meninos, independentemente das categorias que seriam acionadas para justificar a condição de necessidade: órfão, desvalido, menor.

O contexto das preocupações e intervenções acionadas por diferentes grupos esteve permeado pela adoção de dispositivos jurídicos que enquadravam numa situação de irregularidade (moral e material) crianças e famílias de grupos populares, criminalizando sobretudo os filhos dos mais pobres.

Os argumentos que construíram a infância e suas famílias como perigosas e, portanto, necessitadas de direcionamento e acompanhamento vigilante, nos aproxima dos debates sobre as relações entre Direito e Antropologia (KROTZ, 2002, p. 31), questões estas que pretendo aprofundar na continuidade deste estudo. Por ora, cabe assinalar que o público-alvo do Patronato estava, por força de seu lugar social, submetido a um regime especial nesse mesmo aparato legal-institucional, que o reduzia a objeto de preocupações constante em normas, leis e instituições.

A capacidade de encaminhamento e de definição dos rumos que seguiriam as vidas de jovens pobres era dos juizes de órfãos. Suas interpretações atuaram sobre tais gerações e, mesmo que tais jovens não tivessem cometido crimes, passavam por um processo em instância judicial, a qual gerava uma demanda burocrática e um encaminhamento institucional. Refiro aqui aos conceitos de “ley y derecho em acción” referido por Berman 1996 (p. 14)

La ley en acción abarca instituciones y procedimientos jurídicos, valores jurídicos y conceptos y modos de pensamiento jurídicos, así como reglas jurídicas. [...] El derecho en acción consiste en personas que legislan, adjudican, administran, negocian y efectúan otras actividades legales. Es un proceso vivo de asignar derechos y deberes, resolviendo así conflictos y creando canales de cooperación.

A intenção de conduzir a interpretação dos comportamentos de acordo com um determinado formato, organizado numa lógica específica faz parte de uma forma peculiar adotada pelo Direito para organizar e “imaginar” a vida social, que, de acordo com Geertz (1997, p. 259) compõem sua lógica de atuação:

[...] a parte “jurídica” do mundo não é simplesmente um conjunto de normas, regulamentos, princípios, e valores limitados, que geram tudo aquilo que tenha a ver com o direito, desde decisões do júri, até eventos destilados, e sim parte de uma maneira específica de imaginar a realidade. Trata-se, basicamente, não do que aconteceu, e sim do que acontece aos olhos do direito; e se o direito difere, de um lugar ao outro, de uma época a outra, então o que seus olhos vêem também se modifica.

Para concluir, neste subcapítulo apresentei um recorte das dinâmicas que foram construídas no Visconde da Graça à época do Patronato. Busquei caracterizar os processos de seleção, destacando a centralidade do juiz de órfãos nas dinâmicas internas de seleção e desligamento, bem como o papel secundário atribuído para a instituição de ensino.

Enfatizei também os vínculos preexistentes entre os meninos matriculados, a partir da análise do parentesco entre eles. Muitos deles eram irmãos, além de se destacar que muitos foram visitados por parentes ao longo de suas estadias no patronato. Tais fatos se apresentam relevantes no contexto de criação dos patronatos, permitindo perceber a utilização do critério “orfandade” como recurso estratégico para o ingresso daqueles meninos.

Percebeu-se, também, que as relações de personalidade poderiam facilitar a matrícula dos menores. As indicações para ingresso solicitadas por pessoas influentes da cidade de Pelotas, evidenciadas nas correspondências trocadas com os dirigentes da instituição, indicam que os padrões de ingresso foram flexibilizados de acordo com a influência política.

As dinâmicas de funcionamento interno, especialmente das rotinas de trabalho e estudo dos menores, também foram objeto de análise. Pretendi apontar a lógica que organizou o espaço e o tempo enfatizando a rotina que deviam se enquadrar para se manterem matriculados.

Estes e demais aspectos foram apresentados paralelamente à discussão sobre a menoridade, o internamento e outras questões que caracterizaram o contexto de intervenções sobre crianças e famílias pobres na República brasileira. Os patronatos se constituíram neste emaranhado histórico, cultural e político. Os diferentes interesses que o construíram vinculado ao Ministério da Agricultura foram também se perpetuando nas políticas implementadas posteriormente. Até 1969, como apresentarei a seguir, a instituição se manteve àquele Ministério, e tal fato ainda ecoa nas percepções e práticas adotadas ao longo dos anos no Visconde da Graça.

4.2 – Os aprendizados agrícolas e as tentativas de uma nova intervenção: novos e sujeitos e velhas práticas?

“Não há bom método para dizer a verdade, nem regras estritas a seguir quando se hesita sobre a escolha de um documento. O procedimento se assemelha na verdade ao do andarilho, buscando no arquivo o que está escondido como vestígio positivo de um ser ou de um acontecimento, estando atento simultaneamente ao que foge, ao que se subtrai e se faz, ao que se percebe como ausência.” (FARGE, 2009, p. 71)

Em poucos metros quadrados quilômetros de papel cercaram este estudo. Não havia e, creio que ainda não exista, certeza permanente. As verdades enunciadas pelos documentos, expuseram, em fragmentos, trajetórias de vida de muitos alunos. Tentei dar sentido nas construções que serão apresentadas, enfatizando como foram vividas com preocupações e incertezas, relatos que procurei articular e dar sentido, para assim nascer outra narrativa sobre a assistência, sobre os meninos pobres e sobre suas famílias, e as muitas estratégias que lançaram mão para ingressar no Visconde da Graça. Creio, e para isso esbocei tentativas quanti e qualitativamente, que muitos meninos também se recusaram a permanecer no modelo burocrático-assistencial-educacional adotado no Visconde da Graça, e para tanto, também, lançaram mão de determinadas estratégias, dentre elas, a fuga, a indisciplina e a doença.

Na medida em que me aproximei dos documentos da década de 1940, me encontrei com práticas semelhantes às que eram adotadas no Patronato, não idênticas, mas com particularidades tais, que tornaram as décadas de 30 e 40 singulares.

A passagem para o Aprendizado Agrícola, cuja alteração dada pelo Decreto 24.115 de 12 de abril de 1934 foi experimentada com alterações no ordenamento burocrático institucional, que a singularizaram. Seguindo as orientações emanadas do novo Decreto e das mudanças instauradas, um longo período que se iniciava em 1934 e findava em 1947 marcou-se a modernização desejada em relação ao Patronato.

Tentarei, ao longo deste capítulo, evidenciar algumas rupturas que foram desmembrando o modelo burocrático-assistencial-educacional vigente no Patronato, contribuindo para a constituição de campos de atuação institucional

e profissional no modelo que se instituía nos Aprendizados Agrícolas. No entanto, o novo que se delineava com a migração para o Aprendizado Agrícola, a partir da década de 1930, carregou, também, muitas práticas do modelo anterior. Tais práticas foram regimentando saberes e reproduzindo padrões de intervenção sobre os menores pobres e suas famílias, e dentre estas, destaco os procedimentos de seleção para ingresso.

Em 1934, com o Decreto nº 23.979, de 8 de Março, é dada nova reorganização ao Ministério da Agricultura. A estrutura organizacional daquele ministério é alterada e os patronatos são desvinculados do Serviço de Povoamento (SPOV), vinculando-se a Diretoria do Ensino Agrícola. Tal modificação foi fundamental para a extinção dos Patronatos, uma vez que as alterações no MAIC resultaram de estudos elaborados a partir de uma comissão de reformulação, que teve seu início em 1930. E foi no seio dessa comissão que as críticas daquele modelo começaram a se delinear mais fortemente. O Diretor do Ensino Agrícola, Álvaro Simões Lopes, pelotense, ex-diretor do Patronato em Pelotas e filho do Ministro da Agricultura Ildfonso Simões Lopes (1919-1922) foi uma voz fundamental na defesa da transformação definitiva dos Patronatos em Aprendizados:

Dizia o diretor do ensino agrícola que a prática de enviar menores abandonados das cidades, com todos os vícios dos grandes centros, para instituições de ensino agrícola, no intuito de regenerá-los, não surtia qualquer efeito positivo; muito pelo contrário, contribuíam para perverter outras crianças que a eles se juntavam, oriundos do meio agrícola. E, ademais, tais instituições passavam ao largo do ideal de profissionalização (...) (NERY, 2010, p. 208)

Segundo Nery (2010), as lógicas que defendiam a existência de patronatos e de aprendizados conflitavam entre si no interior do Ministério da Agricultura, refletindo as concepções de sociedade e de educação que vigoravam no período. A rivalidade entre as “pastas de agricultura e educação pelo controle do ensino agrícola” junto ao Ministério da Agricultura expõem claramente os conflitos que possibilitaram a coexistência dos dois modelos.

O argumento do Diretor do Ensino Agrícola, o pelotense Álvaro Simões Lopes, para a extinção dos patronatos da responsabilidade do Ministério da Agricultura, foi suficiente para efetuar também a reorganização dos critérios que promoveram a transformação imediata de alguns patronatos em aprendizados,

como foi o caso do Visconde da Graça. A justificativa para acabar com tal formato educativo se encontrava, sobretudo em seus princípios fundadores:

Constituía, sem dúvida, grave erro, a manutenção de numerosos patronatos agrícolas, pelo Ministério da Agricultura, sem que isso envolva qualquer crítica à utilização de semelhante instituição. O erro consistia em criá-los e mantê-los, neste Ministério, quando a sua finalidade pouco tinha de agrícola, e tais estabelecimentos nada mais eram do que asilos de menores abandonados, institutos disciplinares ou verdadeiras colônias correccionais, em que se ministravam, também, instruções elementares de agricultura. Se este último fato fosse bastante para justificar a sua permanência no Ministério da Agricultura, e não no da Justiça ou da Educação, como devera ser, forçados seríamos também a pleitear a passagem para aqui, de todas as escolas primárias e ginásios do país em que há aulas de agricultura, ou trabalhos de caráter agrícola, no campo. (NERY, 2010, p. 208)

Com a extinção dos patronatos, pode-se pensar que a sociedade brasileira estivesse reformulando suas concepções em torno da assistência, da infância e da educação. Os aprendizados em muito diferem dos patronatos, a começar por seus objetivos, afastando-se de uma perspectiva da assistência aos “desvalidos da sorte”, indo em direção a uma formação educativa destinada “à formação profissional do trabalhador rural e do operário agrícola” (BRASIL, 1934).

É deste período o decreto que altera a primeira nomeação da instituição, passando de “Patronato Agrícola Visconde da Graça” a “Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul (A.A. 10)¹⁷”.

O Decreto 24.115 de 12 de abril de 1934, que “dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura”, aponta como justificativa para abolição dos patronatos a inexistência de orçamento para funcionamento dos mesmos no âmbito do Ministério da Agricultura.

Registra-se que nem todos os patronatos foram transformados em Aprendizados Agrícolas, alguns deles passaram ao controle do Ministério da Justiça e jurisdição do Juízo de Menores, como foram os casos dos Patronatos situados em Caxambu e Viçosa:

Art. 4º Passarão à jurisdição do Juízo de Menores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores - com os respectivos imóveis, acervo do material existente, pessoal fixo e variável, bem como os atuais educandos nêles matriculados - os atuais Patronatos Agrícolas

¹⁷ O Decreto-Lei nº 1029 de 06 de janeiro de 1939 altera novamente a nomeação da instituição, passando de Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul para Aprendizado Agrícola Visconde da Graça.

"Venceslau Braz", em Caxambú e "Artur Bernardes" em Viçosa, no Estado de Minas Gerais. (BRASIL, Decreto nº 24.115, de 12 de Abril de 1934)

Caberia aos aprendizados agrícolas, conforme finalidade explícita no artigo 1º, do Decreto nº 14.252 de 10 de dezembro de 1943 (que aprova o regimento dos aprendizados agrícolas), *“cooperar na educação das populações rurais, realizando cursos regulares técnicos primários e cursos supletivos de diferentes modalidades sobre agricultura, zootecnia e indústrias agrícolas”*. E, de forma complementar, em seu *“§ 1º: Como complemento à educação especializada, previsto neste artigo, serão ministradas, também, as práticas de trabalho em madeira, ferro e couro.”*

A alteração fundamental promovida pelo decreto estava na concepção em torno do trabalho dos alunos, que era considerado como “aula prática” sob orientação dos instrutores (artigo 15).

O referido decreto evidenciava concepções que transformavam significativamente a educação formal, a ponto de consolidar as alterações que seriam trazidas a partir do Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946, que instituiu a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”. A referida lei estabeleceu *“bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”* (artigo 1º).

Os registros institucionais sobre as mudanças sentidas na transição do patronato para o aprendizado ficaram marcados nos relatórios anuais. As pautas jornalísticas em manchetes locais ilustraram os documentos que por muitos anos foram encaminhados ao Ministério da Agricultura.

A primeira mudança vivenciada no Visconde da Graça ocorreu no ano de 1934. A alteração do nome trouxe também uma disputa em torno dos novos significados que se apresentavam. Durante 11 anos, a marca do Patronato foi defendida e usada como elemento agregador de uma identidade, a qual se forjava em nome de uma política salvacionista para crianças e jovens desvalidos da sorte, oriundos da cidade e arredores.

No ano de 1929, a reportagem anexada ao relatório do mesmo ano, dimensiona a justificativa acionada localmente para a manutenção do Patronato,

trazendo como exemplo as ações, os objetivos e a ideologia que orientava tais práticas no município. A matéria foi publicada no Jornal Diário de Notícias, no dia nove de outubro, na cidade de Porto Alegre, tendo a seguinte manchete: “*O Patronato Agrícola Visconde da Graça, de Pelotas – Essa instituição presta relevantes serviços na educação moral e profissional dos menores desamparados. Acha-se o Estabelecimento com a lotação completa de 100 educandos, todos órfãos: Uma interessante resenha da situação do benemérito instituto.*”

Diz a reportagem que:

A instrução prática dos menores abandonados, desocupados ou delinquentes, é o verdadeiro estímulo propulsor do progresso do país, de sua futura grandeza e de seus mais lindos e alevantados ideais.

Na época de civilização a que atingimos, compete aos poderes públicos tomar a seu cargo a educação desses valiosos elementos, defendendo-os das sugestões nocivas do meio, desenvolvendo a sua cultura, esclarecendo o seu espírito, educando o seu cérebro, fortalecendo o seu caráter e levantando a sua moral, para aproveitá-los em misteres uteis a sociedades, afastando-os dos males que os levam a perversão, à mendicância e ao crime.

Em todas as coletividades humanas, a infância desamparada oferece espetáculos deprimentes, que preocupam as sociedades organizadas, fazendo com que os países adiantados consagrem parte de suas rendas para aplicar em obras que se propõe a preservar os menores sem famílias dos audazes profissionais do crime, que procuram subverter a ordem constituída, para implantar o regime da corrupção de costumes, da vadiagem e da criminalidade.

O delinquente menor age sob a influencia de determinadas circunstâncias, em alguns casos, das taras hereditárias, mas geralmente o fator predominante é o exemplo oriundo de indivíduos moralmente corrompidos, que solicitam da vontade infantil, destituída de malícia, façanhas cuja gravidade muitas vezes o seu espírito não alcança. Desta forma, suas ações são o reflexo daquilo que lhe é sugerido e que procura imitar, sem compreender o mal que pode dimanar de seus atos.

O menor é assim impellido para a prática da maldade, pela sugestão de espíritos malévolos, que atuam sobre a sua inexperiência e o seduzem com promessas enganosas e fictícias.

É necessário, pois, organizar, auxiliar e impulsionar esta patriótica cruzada, tendente a incutir no espírito dos menores desamparados, por meio de elementos educadores, o amor pela virtude e a repulsa ao vício, o apego ao bem e a repugnância ao mal, a dedicação ao trabalho e a renúncia à ociosidade, robustecendo-lhe a vontade indecisa e titubeante, encaminhando-lhes embrionários para os bons princípios, cercando-os de cuidados e transmitindo-lhes, enfim, uteis ensinamentos, que os transformem em obreiros diligentes da coletividade em que se integram.

Alguns anos mais tarde, precisamente no ano de 1932, a lógica de intervenção que pautava a atuação no Patronato Agrícola não parecia ser mais

a mesma, antes sim, reforçava a necessidade de afastamento de uma instituição que fracassou ao se dedicar aos menores delinquentes, que sem qualquer vínculo com o meio rural ou com as lides no campo, de nada aproveitavam o ensinamento que no Visconde da Graça era ministrado. A defesa do novo que se anunciava materializou-se com a construção de um outro sentido: distinguir-se.

A distinção se fazia através do argumento da educação: o Aprendizado estava engajado na educação dos filhos do campo. Na busca por operacionalizar e acomodar o novo que se avizinhava rasgando a antiga instituição de cima abaixo, o Aprendizado defendia que delinquentes fossem enviados para um outro espaço civilizador: o Instituto de Menores.

Sob o título “Os menores delinquentes não se corrigem nos Aprendizados” um dos argumentos destacados da reportagem que foi reproduzida abaixo do Relatório Anual de 1939, tinha por objetivo instigar uma campanha em prol da criação do Instituto de Menores. Na entrevista ao Diretor do Aprendizado, o Jornal Diário Popular chega a descrever que a missão institucional é a de educar e não corrigir menores, enfatizando neste sentido que “Não serão aceitos nos Aprendizados os menores abandonados, delinquentes, etc.” A não aceitação de menores nesta condição foi uma escolha institucional, tal como se pode verificar no trecho final da reportagem.

DIÁRIO POPULAR

DOMINGO, 9 DE ABRIL DE 1939

O DIÁRIO POPULAR prossegue na campanha pró instalação de um Abrigo para Menores

Falando ao «Diário Popular», o dr. Jaime de Oliveira, diretor do Aprendizado Agrícola «Visconde da Graça», aborda o momentoso assunto, demonstrando a impraticabilidade de se recolher aquele estabelecimento, menores delinquentes—Só uma Escola de Reforma preencherá, devidamente, os fins almejados—O Aprendizado Agrícola não tem a finalidade de corrigir menores, nem de reeduca-los

A campanha agitada pelo DIÁRIO POPULAR em prol da instalação, nesta cidade, de uma Escola de Reforma para Menores, continua merecendo incondicionais aplausos de todos os elementos representativos de Pelotas, assim como de todos aqueles que zelam pelo bom nome da cidade.

E outra não era lícito esperar-se a repercussão da referida campanha, de vez que aos olhos dos pelotenses e dos forasteiros se desenrolam, diuturnamente, cenas profundamente contristadoras, tais como a mendicância exercida por menores e a quadrilha de pequenos larapios que age nos trapiches do porto desta cidade.

Prosseguindo em sua obra de cooperação para que seja fundada em Pelotas uma Escola de Reforma para menores, o DIÁRIO POPULAR procurou em torno do assunto ouvir a opinião do dr. Jaime de Oliveira, diretor do Aprendizado Agrícola «Visconde da Graça», personalidade altamente conceituada em nosso meio e que ha 17 anos vem se dedicando com carinho, dedicação e competência à educação de menores naquele conceituado estabelecimento.

Encontramos o dr. Jaime de Oliveira em plena atividade em seu gabinete de trabalho. Recebidos, atenciosamente e após explicar-lhe os fins de nossa visita, ouvimos de s. s., inicialmente:

— «Antes do mais, quero declarar e o faço com o maximo prazer, que venho acompanhando, com grande interesse e mesmo com entusiasmo, as campanhas eminentemente construtivas do seu jornal, inclusive a de proteção aos menores desamparados, que reputo oportuna e benemerita».

SO' UMA ESCOLA DE REFORMA PREENCHERÁ DEVIDAMENTE OS FINS

Prosseguindo disse-nos o dr. Jaime:

— «Não resta duvida que o problema de assistência aos menores desamparados necessita de uma solução urgente em Pelotas, onde o caso toma proporções alarmantes, como tem registrado o seu jornal».

«Esse caso, porém, só será resolvido, eficientemente, com a fundação de uma Escola de Reforma, provida das necessarias e apropriadas instalações e, sobretudo, de pessoal especializado para dirigi-la».

«Após o necessario estagio nessa escola, poderão, então, os menores ser transferidos para uma escola profissional».

O APRENDIZADO AGRICOLA NÃO TEM A FINALIDADE DE CORRIGIR MENORES, NEM DE REEDUCA-LOS

«Para isso — prosseguiu — é indiscutível que se torna indispensavel a fundação de uma Escola de Reforma».

«O nosso Aprendizado Agrícola, por exemplo, não pôde, de forma alguma, preencher esses fins, porquanto não é uma instituição destinada a corrigir menores, nem a reeduca-los».

«A sua finalidade não foi e nunca será essa, mesmo porque não dispõe o Aprendizado de aparelhagem para tal fim».

AS FINALIDADES DOS APRENDIZADOS AGRICOLAS

Prosseguindo disse-nos o nosso entrevistado:

— «Os Aprendizados Agrícolas foram creados para a educação tecnico-profissional da infancia rural, para os filhos dos pequenos e medios proprie-

tarios rurais, dos trabalhadores da terra e dos operarios das industrias agricolas, sendo a sua finalidade, pois, a formação de capatazes e operarios rurais, aptos para qualquer exploração agricola, de acordo com as modernas praticas agronomicas».

«Como se vê não tem nenhuma finalidade correccional o Aprendizado Agrícola, que só aceita menores que venham para aqui por sua livre e espontanea vontade e, ainda mais, mesmo após a frequencia, o menor não se sentindo bem neste ambiente, providenciamos para que o mesmo retorne à casa».

NÃO SERÃO ADMITIDOS NOS APRENDIZADOS OS MENORES ABANDONADOS, DELINQUENTES ETC.

«O Regimento Interno do Aprendizado não deixa duvidas a esse respeito e diz o seu artigo 3.º: «Não serão, portanto, admitidos nos aprendizdos os menores abandonados, delinquentes, os portadores de má conduta e bem assim os que sofrem de molestias infetoc contagiosas ou deficiencia organica que os invalidem para os trabalhos do campo».

PARA A MATRICULA NO APRENDIZADO AGRICOLA É NECESSARIO ATESTADO DE BOA CONDUTA

«Além do que acabei de expor — prosseguiu o nosso entrevistado — para a matricula é necessario a apresentação de atestado de boa conduta, firmado pelo delegado de policia, devidamente reconhecido pelo tabelião».

«Ainda ha a notar que verificado pelo diretor do Aprendizado Agrícola, em qualquer

tempo, que o menor internado não preencheu satisfatoriamente as exigencias regulamentares, será o mesmo desligado do estabelecimento e entregue a quem solicitou a sua matricula, com participação imediata à direção do Ensino Agrícola».

OS MENORES DELINQUENTES NÃO SE CORRIGEM NOS APRENDIZADOS

«Mas, prosseguiu — é interessante citar exemplos para comprovar que mesmo na hipotese de ser possível receber menores delinquentes no Aprendizado (simples hipotese, é claro) esses não se regenerariam, em virtude do regulamento interno desse estabelecimento não ser creado para corrigir e sim para educar».

«Já ha anos, por empenhos das autoridades, o então Patronato recebeu alguns menores de mau comportamento, na esperança, aliás muito vaga, de que os mesmos quizessem seguir o bom caminho e se dedicassem à agricultura, o que seria difícil porquanto não dispunham, para isso, de meios».

«O resultado foi absolutamente negativo. Todos eles, após uma frequencia de um, dois e até cinco anos, ao saírem daqui, voltavam à vida anterior».

«Isso comprova, sobejamente, que para reformar e reeducar menores torna-se necessario um estabelecimento com essas finalidades e atendido por profissionais especializados».

«Frossiga, portanto, o DIÁRIO POPULAR em sua salutar campanha em prol da criação de uma Escola de Reforma para menores, campanha por todos os titulos digna do apoio da população e que, por certo, ha de merecer a atenção dos poderes competentes».

Figura 23 – Jornal Diário Popular 09/04/1939.

A passagem para os Aprendizados se constitui como disputa cuja compreensão deve levar em conta o cenário da década de 1930, quando foi criado o Ministério da Educação e também do Trabalho.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio alterará por algum tempo a vinculação dos Patronatos Agrícolas ao Ministério da Agricultura, por força da reorganização que promovia:

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo revolucionário implantado no Brasil no dia 3 daquele mesmo mês sob a chefia de Getúlio Vargas. O "ministério da Revolução" - como foi chamado por Lindolfo Collor, o primeiro titular da pasta - surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Até então, no Brasil, as questões relativas ao mundo do trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura, sendo na realidade praticamente ignoradas pelo governo. (<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>)

No seu decreto de criação (nº 19.433 de 26/11/1930), o Ministério do Trabalho absorveu funções e cargos que estavam pulverizados em outras pastas, dentre elas, a da Agricultura. E assim por força da lei, a superintendência do Serviço de Povoamento que até então abrigava os Patronatos Agrícolas é transferida para o Ministério do Trabalho, passando naquele período também os Patronatos para o referido órgão. Contudo, pouco tempo depois, em 12/12/1930 um novo Decreto realocava novamente os Patronatos para a jurisdição do Ministério da Agricultura, que com a criação de outro órgão, a Inspeção dos Patronatos Agrícolas, teria novamente remodelada suas funções. No relatório anual de 1930, o próprio Diretor manifestava preocupação com relação ao fato:

Temos a lamentar, entretanto, que tenha deixado de superintender este importante departamento do Ministério da Agricultura, por ter passado para o Ministério do Trabalho, a figura do chefe exemplar, Dr. Dulphe Pinheiro Machado, que pela sua inteligência, operosidade e tino administrativo, conseguiu o que idealizou em 1918, - a criação e organização modelar que soube imprimir com a sua grande capacidade a estas casas de trabalho, verdadeiras fontes de bons brasileiros, onde a Nação virá buscar mais tarde, o braço forte de que tanto carece, para incrementar e explorar a grande riqueza, que dorme ainda, na imensidade do território nacional. (RELATÓRIO ANUAL 1930, p. 24)

Ao retornar para a pasta da Agricultura os Patronatos passam a ser responsabilidade da Inspeção dos Patronatos Agrícolas, agora vinculados à Diretoria Geral de Agricultura (Decreto 19.522 de 23 de dezembro de 1930). Passariam novamente por reordenamento institucional com o Decreto nº 22.506

de 27 de fevereiro de 1933, contexto em que ficou instituída a Diretoria do Ensino Agrônômico:

- Art. 2º A Diretoria do Ensino Agrônômico fica constituída de:
- a) Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária;
 - b) três Aprendizados Agrícolas, com sedes nos seguintes Estados: Baía, Minas Gerais e Território do Acre;
 - c) nove Patronatos Agrícolas, com sedes nos seguintes Estados: Pará, Pernambuco, Baía, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul;
 - d) Ensino Agrícola subvencionado.

A Diretoria do Ensino Agrônômico promove, portanto, as bases para uma reestruturação mais profunda pelas quais passariam as instituições de ensino agrícolas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1940, com a nova lei do Ensino Agrícola.

A continuidade da disputa pelo ensino agrícola se fez sentir igualmente na pasta da Educação e Saúde, com a criação, também, na década de 1930, de um Ministério. A Constituição de 1934 estabelece como prioridade a construção do “Plano Nacional de Educação” (FREITAG, 2007, p. 89). É neste período que se formaliza a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino de nível primário. No entanto, mesmo após a criação do Ministério da Educação, os aprendizados agrícolas permaneceram vinculados ao Ministério da Agricultura. A migração das instituições de ensino agrícola para o Ministério da Educação, como se poderia supor a julgar pela estrutura organizativa atual, não ocorreu. Os aprendizados permaneceram vinculados ao Ministério da Agricultura, o que supõe a existência de lógicas educativas, uma para o campo e outra para a cidade. Mesmo com a criação de escolas técnicas profissionalizantes (os chamados liceus), inclusive na cidade de Pelotas, as mesmas não se confundiam com os Aprendizados Agrícolas, tendo em vista que estas primeiras estavam voltadas para a formação da mão de obra urbana nacional, que deveria promover o desenvolvimento industrial brasileiro. (FREITAG, 2007).

A análise dos relatórios anuais do Visconde da Graça do período de transição para o Aprendizado demonstrou algumas mudanças que ficaram visíveis também nos documentos. A rapidez com que aconteceram talvez explique, em parte, a forma com que ficaram registradas tais mudanças e a instabilidade que promoveram. A criação dos Ministérios, e, portanto, as

constantes alterações e instabilidades institucionais do período ficaram marcadas com canetas e grifadas pelas máquinas de escrever: esforço em corrigir os formulários emitidos pelo Serviço de Povoamento do ainda Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Não resta dúvida de que havia muitos deles, inclusive oriundos de outros Patronatos, que, conforme iam sendo fechados ou reestruturados, enviavam seus materiais para o Visconde da Graça, que permaneceu, até 1934, como Patronato. Do Patronato Agrícola Diogo Feijó, extinto em 1930, foram muitos os formulários de matrícula e desligamento aproveitados. Além destes documentos, utensílios, objetos e outros materiais viajavam de diferentes lugares para servirem na manutenção destas instituições.

As mudanças ocorridas a partir de 1934 foram se revelando na forma de ingresso dos estudantes. Se no Patronato a forma de ingresso exclusivo foi através da autorização do Juiz de Órfãos, no Aprendizado, ou seja, a partir de 1934, já começam a aparecer outras pessoas solicitando matrículas, dentre estes, requerimento oriundo de parentes, tutores, pais, mães e do Diretor do Ensino Agrícola.

A diversidade de solicitações de matrícula encontrada nos relatórios é também, encontrada junto aos documentos da década de 1940, os quais serão apresentados na continuidade.

O ano de 1934, como se pode verificar na tabela abaixo, destaca-se pela imediata adoção de novas categorias para dar conta da diversidade de solicitações, tanto para ingresso, quanto para desligamentos de alunos no Visconde da Graça.

PATRONATO AGRICOLA VISCONDE DA GRAÇA (1923 - 1933)		
Período	Solicitações de matrículas	Solicitações de desligamentos
1923	75 solicitações emitidas pelo Juiz de órfãos	Não há informações
1924	15 solicitações emitidas pelo Juiz de órfãos	Não há informações
1925	51 solicitações emitidas pelo Juiz de órfãos	42 solicitações emitidos pelo Juiz de órfãos
1926	Não há informações	Não há informações
1927	20 solicitações emitidas pelo Juiz de órfãos	16 solicitações emitidas pelo Juiz de órfãos
1928	Não há informações	Não há informações
1929	Não há informações	Não há informações
1930	Não há informações	Não há informações
1931	70 solicitações emitidas pelo Juiz distrital	42 solicitações emitidas pelo Inspetor dos patronatos 01 solicitação emitida pelo médico do patronato
1932	59 solicitações emitidas pelo Juiz Distrital	16 solicitações emitidas pelo Juiz Distrital
1933	31 solicitações emitidas pelo Juiz	35 solicitações emitidas pelo Juiz

Tabela 01 - Síntese matrículas e desligamentos Patronato Agrícola (1923 – 1933)

APRENDIZADO AGRÍCOLA VISCONDE DA GRAÇA (1934 – 1947)

Período	Solicitações de matrículas	Solicitações de desligamentos
1934	47 solicitações realizadas por parentes	44 solicitações emitidas pelo Juiz
1935	51 solicitações realizadas por parentes	46 solicitações realizadas por parentes
1936	44 solicitações realizadas pelos pais	42 solicitações emitidas pelo Juiz de órfãos 24 solicitações emitidas por pais 06 solicitações emitidas pelo Diretor do Serviço de Povoamento
1937	53 solicitações realizadas por pais	19 solicitações emitidas pelo Juiz municipal 08 solicitações emitidas por pais 08 solicitações emitidas por mães 05 solicitações emitidas por parentes ou tutores 10 solicitações emitidas por ordem superior
1938	53 solicitações realizadas por pais	08 solicitações realizadas devido ao término do Curso 10 solicitações realizadas por requerimento dos pais 23 solicitações realizadas por R.I. 43 15 solicitações realizadas por requerimento das mães 01 solicitação realizada por parentes
1939	44 solicitações realizadas por pais	02 solicitações emitidas pelo Juiz 02 solicitações realizadas por observação ao art. 65 do Regimento interno 11 solicitações realizadas por requerimento dos pais 12 solicitações realizadas em observação ao art. 43 do Regimento interno 06 solicitações realizadas por requerimento das mães 03 solicitações realizadas por parentes ou tutores
1940	27 solicitações emitidas por pais 04 solicitações emitidas por parentes 01 solicitação emitida por tutor	05 solicitações realizadas devido ao terminou o curso 08 solicitações realizadas por requerimento dos pais 08 solicitações realizadas por requerimento das mães 01 solicitação realizada em observação ao art. 43 do Regimento interno 03 solicitações realizadas por parentes
1941	35 solicitações emitidas por pais 06 solicitações emitidas por mães 06 solicitações emitidas por tutores	02 solicitações realizadas por pais requerimento dos pais 16 solicitações realizadas em observação ao Art. 43 08 solicitações realizadas devido a conclusão do curso

		01 solicitação emitida pelo S.E.A.V
1942	03 solicitações emitidas por parentes 28 solicitações emitidas por pais 03 solicitações realizadas por	01 desligamento devido ao falecimento do aluno 07 solicitações realizadas em observação ao Art. 43 R.I. 20 solicitações emitidas por solicitação dos pais 26 solicitações realizadas devido ao termino Curso
1943	53 solicitações de matrículas não especificadas	14 solicitações realizadas por pedido de responsáveis 25 solicitações realizadas devido a conclusão do curso 02 solicitações por falta de aproveitamento 01 desligamento devido ao falecimento do aluno 01 desligamento realizado por medida disciplinar

Tabela 2 - Síntese matrículas e desligamentos Aprendizado Agrícola (1934 – 1947)

Os dados obtidos a partir dos relatórios anuais não deixam dúvidas sobre as alterações que começaram a serem sentidas na passagem dos anos 30. A influência do Juiz de Órfãos deixa de fazer parte das dinâmicas burocráticas para ingresso no Visconde da Graça.

No ano de 1932, a condição civil dos alunos, que dizia respeito a ser órfão ou não, também começa a sofrer alteração. Se até então eram acolhidos apenas órfãos de pai, de mãe ou de ambos, a partir desta data, passam a ser admitidos alunos com pais e mães, conforme apontado no mapa de matrículas daquele ano. E desde então, passaram a ser matriculados estudantes não órfãos, transformando assim os critérios de ingresso até então adotados pelo Patronato, qual seja, a exigência de serem os alunos órfãos / desvalidos da sorte. A tabela abaixo, organizada a partir dos mapas de matrículas e desligamentos apresenta um quadro comparativo dos anos e sua relação com a condição de órfãos dos alunos matriculados:

Patronato Agrícola (1923 – 1934)				
Ano	Com pai e mãe	Órfãos de pai	Órfãos de mãe	Órfãos de pai e mãe
1923	Não consta			
1924	00	01	01	13
1925	00	31	03	14
1926	Não consta			
1927	00	13	04	03
1928	Não consta			
1929	Não consta			
1930	Não consta			
1931	00	48	15	07
1932	11	25	12	11
1933	09	16	02	04

Aprendizado Agrícola (1934 – 1947)				
Ano	Com pai e mãe	Órfãos de pai	Órfãos de mãe	Órfãos de pai e mãe
1934	14	20	03	10
1935	17	22	01	11
1936	27	10	05	02
1937	21	19	05	08
1938	24	23	04	02
1939	13	22	04	05
1940	14	14	03	01
1941	35	05	06	01
1942	23	08	03	00
1943	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta

Tabela 03: Síntese condição de orfandade Patronato Agrícola (1923-1933) e Aprendizado Agrícola nº 10 / Visconde da Graça (1934 – 1943)

Em linhas gerais pode-se supor a existência de uma reversão no sentido do acolhimento de menores com pais e mães vivos, levando a crer que a instituição tenha se adaptado facilmente ao modelo de ensino proposto pelo Ministério de Agricultura desde 1910 e que anos depois sairia vitorioso na disputa com os Patronatos.

Aponto, no entanto, que a lógica de intervenção estatal colocada sobre as famílias tenha se realizado diferentemente daquela ocorrida na década de 1920. A década de 1930-1940 colocou ao Visconde da Graça a responsabilidade com os processos de seleção dos alunos internos. Caberia aos próprios funcionários encarregarem-se das dinâmicas e dos processos que culminariam com as matrículas e, conseqüente ingresso dos menores.

A lógica de admissão como se pode ver no capítulo anterior, tinha a figura do Juiz, um elemento externo a instituição, como central. A instituição não

interferia e não participava das dinâmicas, que como se pode verificar, estava centrada na realização de uma entrevista entre o Juiz e aqueles que solicitavam ingresso.

O Aprendizado, por sua vez, torna a análise documental o instrumento por excelência para classificar e admitir seus novos alunos. E com a mudança em seus objetivos, a alfabetização e as noções elementares de aritmética deixam de ser atribuições no Aprendizado e, conseqüentemente, o público-alvo, desejado e selecionado, se encontrava agora num outro segmento social, os menores já alfabetizados.

A comprovação da precariedade e da necessidade, que teriam levado famílias a solicitarem o ingresso de suas crianças, era exigência para a solicitação de matrícula. A comprovação passava pela entrega de diferentes documentos, que listados e selados, compunham uma espécie de dossiê sobre a família solicitante.

Na investigação sobre a década de 1940, 154 solicitações de matrículas foram estudadas, relativas ao período que se estendeu de 1940 até 1946. Todas elas eram de estudantes que não conseguiram realizar sua matrícula. Com motivos variados se pode, em linhas gerais, apontar que em sua esmagadora maioria, as recusas ocorreram por falta de documentação ou por comprovações apresentadas sem selos específicos, prática da época que atestava a veracidade dos documentos. Em alguns casos, vislumbra-se a devolução dos menores para suas famílias ou tutores, por motivos que vão desde problemas de saúde e a falta de robustez física para o trabalho no campo.

Os dossiês analisados estão apresentados individualmente. Cada solicitação, portanto, encerra um universo particular de comprovantes e histórias de vida. O mergulho realizado procurou compreender as dinâmicas institucionais e as memórias que se escondiam por entre páginas de atestados de saúde, boa conduta e pobreza, certidões, carteiras de vacinas e avaliações médicas.

Embora se tenha apontado que, nos relatórios anuais, a proporção de matrículas de estudantes com pais e mães vivos e, devidamente identificados tenha sido predominante, as solicitações negadas (que agora analiso), indicam

ainda grande procura de menores em situação de orfandade, que foram sendo gradualmente invisibilizadas.

As solicitações de matrícula que foram negadas na década de 1940 refletem esta hipótese e aclaram que, do total de solicitações recebidas, havia ainda elevado número de pedidos de internamento de menores órfãos.

A tabela sintetiza a condição civil dos menores, cujas famílias solicitaram matrículas na década de 1940. Todos os dossiês apresentaram problemas ou pendências que impossibilitaram a efetiva matrícula. E, como se percebe, ainda são bastante presentes os pedidos para internamento de órfãos.

Ano / Período	Órfão de pai, de mãe ou de ambos	Não órfão	Total parcial de solicitações negadas
1940-1942	20	14	34
1943	33	34	67
1946	16	37	53
Total final	69	85	154

Tabela 4 –Solicitação de matrículas para alunos órfãos década de 1940

Na medida em que iam sendo estudados, tais processos apontavam certa regularidade no que se referia a comprovação de estado civil das mulheres e, conseqüentemente, da condição civil de seus filhos. Em outras palavras, as mulheres, quando solicitavam a matrícula de seus filhos, os faziam tendo em vista serem solteiras ou viúvas, o que ficava marcado nas solicitações. Esta observação não ficara tão presente nas solicitações realizadas pelos homens, fossem tutores ou pais, os quais identificavam em boa parte, apenas o vínculo com o menor em questão.

Destaca-se, então, que as mulheres que procuravam o Aprendizado Agrícola Visconde da Graça para matricular seus filhos eram predominantemente solteiras ou viúvas. No primeiro período (1940-1942), temos que, do total das 13 mães que solicitaram, 13 menores eram órfãos; enquanto que do total de 21 homens (pais ou tutores), apenas 7 meninos eram órfãos. E tal contexto se replica nos demais períodos, de tal modo que em 1943, das 20

mulheres que pediram a matrícula, 19 meninos eram órfãos; enquanto que 37 homens (pais ou tutores), 12 menores eram órfãos.¹⁸

O exemplo retirado do período de 1940-1942 dimensiona e exemplifica a história familiar de mais um pedido de matrícula negado, cuja declaração, realizada pelo pai de criação, não foi suficiente para o ingresso do menor. O pai de criação é responsável pela apresentação formal da solicitação junto à instituição, mas é a mãe falecida quem protagoniza invisivelmente a narrativa omitida no pedido, embora escancarada na documentação que foi enviada conjuntamente para comprovação da necessidade:

“Wenceslau Olmedo, como pai de criação do menor J.L. da Silva, com 14 anos de idade, vem pedir a V.S. a sua matrícula neste estabelecimento de ensino agrícola.

Cordiais saudações

Povo Novo, 18 de dezembro de 1940”

A matrícula desejada por Wenceslau foi protocolada no Aprendizado Agrícola, no dia 27 de fevereiro de 1941. O menor J. L. da Silva, de 14 anos, ficou órfão de mãe aos sete anos e seu pai lhe era desconhecido. Sua mãe faleceu aos 38 anos de idade, ela era doméstica e solteira, e, para seu filho, não deixou testamento. Consta na certidão de nascimento do menor J. L. da Silva, que seu pai e seus avós paternos eram “ignorados”. Seu pai de criação era agricultor, cuja comprovação foi anexada ao processo e, também, atestada por duas testemunhas, pequenos agricultores de Povo Novo.

Os documentos para solicitação de matrícula foram recebidos pelo Diretor do Aprendizado e, despachados para análise da secretaria em 27 de fevereiro de 1941. Neste mesmo dia, novamente encaminhado ao Diretor, informava que “O presente processo (não) acha-se em condições regulamentares.” No dia seguinte, 28 de fevereiro de 1941, a documentação é encaminhada novamente ao secretário para que fossem informadas “quais as formalidades” deveriam ser satisfeitas para que o processo ficasse apto para

¹⁸ Registro que no universo investigado há processos que não constam o solicitante, fato que justifica a não identificação no pedido, do vínculo familiar: se mãe, pai, tutor ou outro familiar.

análise. No despacho, emitido em 1º de março de 1941, são detalhados ao Diretor quais documentos necessitavam ser selados e quais os valores (em moeda corrente) específicos para se tornarem válidos e, portanto, aceitos. No final daquele mês de março foi comunicado por carta ao Sr. Wenceslau as condições que deveriam ser observadas para que a documentação fosse considerada em condições satisfatórias. No entanto, dois anos depois, constava apenas uma pequena nota: “O menor José conta atualmente 17 anos de idade, não podendo ser matriculado visto ter passado a idade máxima. Arquive-se. Diretor em 05/02/1943”.

O caso do menor J.L. da Silva foi assim encerrado, sem constar a manifestação do pai de criação. Tampouco foi indicado o rumo que tomou: se continuou estudando, se ingressou em alguma atividade laboral.

O longo tempo de espera vivido pelo pai de criação do menor J.L. da Silva é um fato recorrente em praticamente todas as solicitações de matrícula negadas na década de 1940.

O período de espera vivido pela doméstica Rosa Vergara, mãe do menor A. Vergara é ainda maior. O pedido da mãe é protocolado no dia 06 de janeiro de 1941 e após quatro anos aguardando manifestação do Aprendizado, o Diretor registra que o solicitante “Não atendeu a chamada feita nos dias 9, 10, 11 e 12 de janeiro de 1945”, encerrando o caso em 13 de janeiro de 1945. Contudo, no ano seguinte ainda ressoa “Não compareceu em 1946. Arquive-se. Diretor em 14/02/1946.”

A solicitante, embora analfabeta, ingressara com pedido de matrícula de seu filho no Aprendizado:

“A abaixo-assinada Rosa Vergara, brasileira, doméstica, solteira, residente em Cerrito Alegre, 2ª zona do Areal, antes 3º Distrito deste município, desejando internar em um dos Aprendizados Agrícolas do Ministério da Agricultura, pelo presente vem muito respeitosamente requerer a V.S. se digne autorizar a matrícula do menor A. Vergara, seu filho de cor parda, de (12) doze anos de idade. A Supp. assume o compromisso de deixar o seu referido filho,

permanecer no Aprendizado, até completar o curso ministrado no mesmo.

Nestes termos e, juntando os documentos exigidos pelas disposições regulamentares.

P. deferimento,

Pelotas, 16/12/1940

(A rogo de Rosa Vergara por não saber escrever: Gumerindo Mello)”

O dossiê entregue por Rosa Vergara continha atestado, emitido pela Sub-Delegacia de Polícia do Cerrito Alegre confirmando sua atividade de agricultora no município. Além disso, ela também entregou a certidão de nascimento e atestado de conduta (boa conduta, diga-se de passagem) de seu filho, documento também emitido pela Sub-Delegacia do Cerrito Alegre. O filho de Rosa, o menor A. Vergara, não tinha pai identificado na certidão de nascimento. Também ignorados os nomes de seus avós paternos. Da mesma forma que boa parte dos candidatos deste período, Vergara foi mais um candidato ignorado burocraticamente pela instituição e não conseguiu sequer realizar prova de seleção e exame físico.

A realização da análise documental se constituía apenas na etapa inicial que faria parte do processo de seleção, o qual culminaria na matrícula dos menores. Etapa seguinte à análise documental se dava com a divulgação dos nomes dos candidatos pré-selecionados, no jornal de circulação local, o Diário Popular. Creio que, diante das dificuldades de comunicação do período, boa parte dos interessados ficavam alheios as chamadas para a etapa seguinte.

O edital publicado no Jornal Diário Popular, do dia 15 de janeiro de 1943, chamava candidatos e familiares para a realização da inspeção de saúde, conforme pode ser verificado na imagem abaixo:

EDITAL

Ministério da Agricultura

Aprendizado Agrícola "Visconde da Graça"

De ordem do Sr. Diretor deste Aprendizado Agrícola faço público que são convidados a comparecer na sede desta repartição, acompanhados de seus pais ou tutores, a partir desta data até o dia 28 de janeiro do corrente ano, às 17 horas, os candidatos convocados a matrícula, abaixo relacionados, a fim de serem submetidos a inspeção de saúde.

Ainda de ordem do Sr. Diretor, científico aos interessados que os referidos menores, além de virem acompanhados pelos responsáveis para entendimento pessoal com a direção deste Educandário, devem apresentar-se no período afixado neste edital, perdendo o direito à matrícula o candidato que não observar o prazo acima referido.

Os candidatos que forem julgados nas condições regulamentares e que satisfizerem plenamente o exame de saúde, serão matriculados.

João Inácio Pinheiro — filho de José Inácio Pinheiro.
 Francisco de Paula Tavares Marques — filho de Joaquim da Costa Marques e tutelado do Doralice Pires Lima.
 Poty Reis — filho Eglantina Reis.
 Doralicio Ferreira — filho de Jacinta Ferreira e requerimento de Manoel Calicio de Moraes.
 Wilson Lemos Bento — sobrinho de Abrelino Teixeira Cedrez.
 Ery Bueno Marinho — sobrinho de Emilio Marinho.
 Lindolfo Beskaw — filho de Oscar Beskaw.
 Ney Silveira Dias — filho de Baltazar Silvano Dias.
 Ubirajara Dutra — filho de Guiomar Furtado Dutra.
 Vicente Wilson — filho de Augusto Lopes.
 Itamar Cardozo — sobrinho de João Pedro de Pinho.
 Walkyr Simões Gonçalves — filho de Pedro Alcides Simões.
 Breno da Silva Rocha — filho de Camila da Silva Rocha.
 Ubirajara Marins Rabassa — filho de Anaurelino Marins Rabassa.

Darcy Carpinter Moreira — filho de Sofia Carpinter.
 Moacir Alves Azambuja — filho de Avelino Alves de Azambuja.
 Podalirio Lucas — tutelado de Francisco Azambuja.
 Jorge Abraão Elias — tutelado de Madalena Jacob Malcom.
 Adão Conde Glória — filho de Almerinda Conde Glória.
 Adão de Lima Santos — filho de Eliseu dos Santos.
 Zenir Machado Pereira — filho de Randolpho Joaquim Pereira.
 Ramão Afonso Gomes — filho de Alda Afonso Gomes.
 João Carlos Hernandez — filho de Marieta Hernandez.
 Jaime Leal — filho de Heloisa Leal Machado.
 Getúlio Reis Lourenço — filho de Isolino Luiz Lourenço.
 Jorge Brisolara Rosa — tutelado de Chiquinha F. Faria.
 Oriente Viegas Martins — filho de Zozimo Martins.
 Olavo Régio Pinheiro — filho de Adelaide Régio Pinheiro.
 Francisco de Paula Borges Meireles — filho de Luiza Borges Meireles.

Alfredo Sinnott — filho de João Sinnott.
 Idalécio Oliveira — tutelado de Kurt Knade.
 João Júlio Gomes — filho de Maria Gomes dos Santos.
 Wilson Gentil — filho de Otávio Gentil.
 Júlio da Silva Ribeiro — filho de Franklin Ribeiro da Luz.
 Hayrton Paulo Ribeiro — filho de José Batista Ribeiro.
 Manoel Carlos — filho de Otacilio de Oliveira.
 José Carlos Ginar — filho de Noêmia Ribeiro Ginar.
 Esaú da Silveira — filho de Izabel Quevedo da Silveira.
 Francisco Getúlio Vitória — filho de Adelaide Vitória de Meinezés.

Rubens Felcissimo de Bittencourt — filho de Mortimer Bittencourt.
 Guido Neves dos Santos — filho de Balbina Neves dos Santos.
 José Olmo Terra de Leão — filho de Ozário de Leão.
 Geraldo Dias Lopes — filho de Maria Francisca Dias Lopes.
 Valter Gonçalves Terra — filho de Orestes Gonçalves Terra.
 Almiro Gonçalves Terra — filho de Orestes Gonçalves Terra.
 Gilberto Antunes Romano — filho de José Ulrich Romano.
 João Francisco Lopes — filho de Ana Joaquina Nunes Lopes.
 Lup Caubi Ferreira — filho de Marcelino Alberto Ferreira Rodrigues.

Izabelino de Deus da Rosa — filho de Tristão Amandio da Rosa.
 Sinfrônio Silveira Gularte — filho de Francisco Policarpo Gularte.

Crispim Olimar Ramos — filho de Leôncio Ramos.
 Itamar Marques Fontoura — filho de João Francisco da Fontoura.

Léa Teofanes — filho de Otacilio de Oliveira.

Pelotas 15 de janeiro de 1943.

Visto.

ROMEU CRUZ LIMA
Diretor

FRANCISCO BOTELHO SOUZA
Pelo Escriturário

Figura 24 – Edital publicado Jornal Diário Popular 15/01/1943

O menor P. L., de 14 anos, embora tenha sido convidado a comparecer junto ao Aprendizado para realização do exame de saúde e respondido ao chamado do edital, em 23 de dezembro de 1943, teve seu pedido de matrícula arquivado com a seguinte observação: “Tendo em vista não ter atendido a chamada do ano corrente e já ter completado 16 anos – arquite-se. Diretor em 23/12/1943”.

A solicitação de matrícula do menor P.L. foi realizada por duas vezes, uma imediatamente após a outra, tendo em vista a orientação realizada por parte dos avaliadores no Aprendizado. A primeira tentativa foi realizada por um homem de nome Domingos Soares, que assinara o pedido em nome do pai do menor. Contudo, consta na avaliação que “nos documentos que constituem o processo não foi achado nenhum desses nomes com grau de parentesco do candidato.” Na continuidade, o parecer final é seguido das seguintes recomendações: “Nestas condições sou de parecer que deva ser negado o internamento.” [...] De ciência a Sra. D^a (ilegível) da Cruz Gomes, que deverá apresentar a prova de tutela do menor P.L. Em 02/12/1941.”

Na segunda petição do menor P.L. realizada em 27/02/1941, o requerente é um tutor de nome Francisco Azambuja, que agricultor e residente no município de Encruzilhada do Sul solicitara o internamento do “menor P.L., seu tutelado, de cor mista, nascido em 12 de abril de 1927, filho de Celanira Lucas, falecida (...)”. Mais o final do pedido, o tutor “assume o compromisso de não interromper o curso do candidato”, ou seja, de não solicitar o seu desligamento enquanto não findar o período estipulado pela instituição para a formação profissional do estudante.

Em praticamente todos os processos da década de 1940 estão presentes os referidos termos de compromisso, o que causa estranheza, tendo em vista que esta orientação estava vinculada aos Patronatos Agrícolas e não aos Aprendizados. O que se percebe, no entanto, é que localmente as práticas adotadas nos Patronatos seguem vigentes nos Aprendizados, podendo ser interpretadas como práticas locais de cerceamento familiar, adotadas para inibir a liberdade e a agência dos pais sobre seus filhos, agora, em poder da instituição.

Os compromissos assumidos e assinados pelas famílias foram instrumentos legais, apontados na lei de criação dos Patronatos Agrícolas. No período analisado neste capítulo, década de 1940, o decreto 14.252, que aprova o Regimento dos Aprendizados Agrícolas é de 10 de dezembro de 1943, e nele não há qualquer referência a qualquer obrigação por parte das famílias que condicionasse a permanência dos menores. Conclui-se, portanto que tal prática tenha se constituído como continuidade das ações adotadas desde o Patronato. Tais compromissos não possuíam um conteúdo determinado e, em linhas gerais, continham a seguinte redação:

“Consciente das despesas que o Aprendizado mantém com a preparação dos jovens que nele se amparam, como também a solicitude e carinho que a Direção dispensa aos mesmos, transformando o cérebro inculto da criança em uma matéria pensante apta a semear os frutos colhidos e assim sendo concorrer de maneira mais gloriosa para intensificarmos a produção agrícola em nosso Brasil, comprometo-me a não retirar meu filho [...] sem que o mesmo conclua o curso ministrado por este Estabelecimento.”

Os termos de compromissos assinados pelas famílias eram documentos obrigatórios que faziam parte da análise, chamada comumente de regulamentar. E, caso não estivesse presente no conjunto dos documentos, a solicitação não avançava para a etapa seguinte.

Da mesma maneira como ocorria no Patronato, famílias solicitaram matrículas de irmãos, tal como o caso relatado a seguir, que chama atenção pelo tempo e burocracia que envolveu.

Os irmãos R.P. de 13 e 16 anos, filhos de mãe viúva, agricultora e residente no município de Piratini, foram, exaustivamente, solicitados para comprovações complementares de documentos. Além da apresentação de atestado de boa conduta, certidão de nascimento, a família ainda necessitou apresentar novamente solicitação, com o argumento de separação dos

processos, tendo em vista, tratar-se de duas pessoas diferentes. E para cada um, novamente mais atestados, selos e certidão de óbito comprovando o falecimento do marido da requerente e, portanto, pai dos irmãos R.P. Além destes, a mãe foi informada que “no atestado passado pelo Sr. Prefeito do município de Piratini não faz alusão nenhuma sobre a profissão do pai dos referidos menores, não se sabendo portanto se são agricultores ou trabalhadores rurais.

A solicitação da mãe, realizada em 1941, foi respondida negativamente em 1943, tendo em vista que “A requerente fez a juntada de outros requerimentos e documentos, entretanto o atestado de profissão ainda não satisfaz as exigências regulamentares, pois que o Sr. Inspetor agrícola não se pronunciou com referência aos números de inscrição dos atestantes no Ministério da Agricultura. Em 26/01/1943”

E como parecer final à solicitação para matrícula dos irmãos tem-se o seguinte: “O menor já atingiu a idade limite, digo, já passou a idade limite para matrícula. Arquite-se. Diretor em 15/12/1943.”

Embora a família R.P. tenha atendido todas as solicitações para comprovar vínculo com a vida rural, realizado duas solicitações para individualizar os pedidos de matrícula de seus filhos, juntado todos os documentos que eram pedidos pelo Aprendizado, teve ignorado/negado, como tantos outros pedidos, sua solicitação. É possível supor, que estes irmãos tenham desistido mediante a falta/demora na resposta por parte da instituição.

Em outras situações, diferentemente do que ocorria no Patronato, vemos negadas solicitações por motivos diversos, dentre eles, analfabetismo:

“Josefina de Souza, brasileira, analfabeta, solteira, operária rural, residente na Guabiroba, subúrbios desta cidade, mãe do menor O.P.S., de 13 anos de idade, com os documentos juntos, vem requerer que V.S. se digne matricular seu referido filho no Aprendizado Agrícola Visconde da Graça, desta cidade.

A rogo de Josefina de Souza por não saber escrever [...]”

O menor O.P.S. tinha 13 anos quando sua mãe ingressou com pedido de matrícula. Nesta solicitação ela entregara diversos documentos, inclusive o atestado de operária rural, legalmente registrado no Ministério da Agricultura. Além disso, entregou o atestado de boa conduta, termo de compromisso de não retirada do menor e certidão de nascimento, em que os nomes do pai e avós paternos constam como “ignorados”, como em tantos outros processos. A solicitação protocolada no Aprendizado Agrícola Visconde da Graça, em 24/06/1941, foi avaliada como estando em condições um dia após seu recebimento. Contudo, na chamada realizada 03 anos depois, em 1944, o aluno foi dispensado com a seguinte justificativa: “Apesar de convocado, não foi aceito por ser analfabeto, não estando, portanto, nas condições exigidas pela Portaria nº 708, de 27/12/1943, do Sr. Ministro da Agricultura. Arquite-se. Pelotas, 17/01/1944. Diretor.”

A avaliação documental, como já mencionado, era uma das etapas para seleção no Visconde da Graça. Ao serem observadas as exigências regulamentares, eram publicados no Jornal de circulação local, os nomes dos menores que deveriam comparecer para exames de saúde e prova de habilitação. Neste período de exames, os candidatos permaneciam temporariamente na instituição, podendo ser devolvidos à família, caso não atingissem as expectativas colocadas para ingresso.

Observou-se, a partir dos dossiês da década de 1940, que, especialmente, aqueles que compunham o último período (1946), a exigência com a apresentação de mais um comprovante, o da frequência escolar prévia. Nos períodos anteriores da década de 1940, embora fosse uma exigência os menores serem alfabetizados, em 1946, é necessário a apresentação de atestados, boletins e cartas de professores comprovando a frequência e o comportamento dos menores.

A não aceitação dos pedidos de menores analfabetos, nos primeiros anos da década de 1940, ficavam enquadrados na avaliação “não possui os conhecimentos mínimos”; enquanto no período que compreende a segunda metade da década, a prática era de não aceitação no momento de avaliação documental, uma vez que a comprovação passara a ser obrigatória. Além disso, destaca-se a adoção cada vez mais frequente da prova de conhecimentos, as

quais passavam a ficar anexadas junto aos processos negados como prova da inexistência de conhecimentos mínimos, mesmo que considerados alfabetizados os menores.

O argumento “não possuir conhecimentos mínimos” era usado com regularidade e sua utilização tornava inviável a permanência do menor na instituição. Tal foi o caso que passo a narrar a seguir:

“Conceição de Sousa Dias, solteira, residente na cidade de Piratini, mãe do menor N.S.D, com 13 anos de idade, nasceu no dia 12/05/1928, vem solicitar a V.S. a internação do referido menor, nesse Instituto de ensino federal, conforme determina regulamento do mesmo instituto. Com uma certidão de nascimento e um atestado do Delegado de Polícia.”

A solicitação, protocolada em 29 de novembro de 1941, teve que ser complementada com outras informações por parte da mãe do menor, a qual foi instada a comprovar seu vínculo com a agricultura. Anos depois, em janeiro de 1945, o menor submeteu-se a prova de habilitação para o ensino rural, contudo, não obtendo aprovação:

“O menor N. não possui os conhecimentos mínimos exigidos para ingresso no curso de Ensino Rural. Nestas condições deverá preparar-se para nova prova no próximo ano, quando será novamente chamado. Dê-se conhecimento à progenitora. Diretor em 12/01/1945.”

Não tendo o jovem comparecido à prova do ano seguinte, em fevereiro de 1946, o Diretor determina o arquivamento do pedido de ingresso.

Em larga medida, três foram os argumentos acionados para justificar a não aceitação dos pedidos: 1) falta de comprovação documental, 2) analfabetismo / falta de conhecimentos mínimos necessários e, 3) falta de robustez física / constituição física frágil / infantilismo.

A análise e a emissão parecer de cada um destes aspectos estava sob responsabilidade de diferentes profissionais. No primeiro caso, ao secretário e ao Diretor, enquanto no segundo ao professor e o terceiro ao médico. Em linhas gerais, suponho, a julgar pela recorrência, que a avaliação final sobre a permanência do menor era determinada por este último. Diferentes questões eram analisadas: peso, altura, exames médicos, histórico familiar, vacinações em dia, doenças crônicas, enurese noturna, etc., o que em suma, era conhecido por antropometria.

Trago como exemplo, o caso de menor S.A., de 12 anos, residente na cidade de Herval, teve pedido de matrícula apresentado pelo pai em 09 de setembro de 1943. O pedido de matrícula veio acompanhado de atestado de operário rural de seu pai, emitido pela Prefeitura de Herval; certidão de nascimento e atestado de boa conduta fornecido pelo Delegado de Polícia de Herval. Além destes documentos, acompanhou o dossiê uma carta de apresentação emitida por um homem que, caso a matrícula se efetivasse, serviria de representante do menor na cidade de Pelotas¹⁹.

No pedido ficaram registradas longas idas e vindas realizadas entre a família e a instituição, de modo a comprovar o histórico de conversas entre ambos: exigência de selos, certidão de idade, etc. Ao final da página, consta o parecer médico:

“- O menor de que trata este processo além de ser muito pequeno, não possui conhecimento de letras, não podendo assim ser matriculado. Deverá comparecer no próximo ano devidamente preparado. Diretor em 25/01/1944.

- Atendendo a solicitação do interessado pela matrícula do menor S. A., recomendo ao Sr. Dr. Medrado submetê-lo ao exame de saúde. Diretor em 31/01/1944

¹⁹ O representante é uma categoria nativa que designa, até o presente, a pessoa que, tendo relação e/ou vínculo familiar com o estudante, por ele é responsável na cidade de Pelotas. Tal pessoa é chamada em casos de adoecimento, problemas de comportamento, ou de natureza imprevista como suspensão das aulas, sendo acionada para responder rápida e prontamente junto à instituição. Creio que tal categoria tenha sido adotada a partir desta data. Retomarei esta questão mais adiante.

- O candidato foi julgado incapacitado por falta de robustez física. Dr. Medrado em 31/01/1944.

- Ao Sr. Inspetor de Alunos para providenciar a entrega do menor visto não corresponder as exigências de saúde. Diretor em 31/01/1944. Arquive-se.”

O pai do menino S.A., Manoel era analfabeto e, por este motivo, solicitava a intermediação de outro homem, que letrado, poderia facilitar o ingresso de seu filho. No entanto, diante da avaliação médica não restava alternativa à família, a não ser buscar outros caminhos, que sequer ficaram registrados. A instituição ao negar o ingresso, não se responsabilizava pelo destino que seria tomado por estes meninos. Nenhuma outra notícia se obteve do menor, se ingressou novamente com pedido este não ficou registrado, seu paradeiro muito menos.

A “enurese noturna” popularmente conhecida como “urinar na cama” foi argumento também, amplamente adotado para desclassificar possíveis candidatos à matrícula, que permaneciam no Aprendizado para a realização de exames. Depreende-se, ao observar as dinâmicas seguidas nos processos de seleção, que este motivo era o suficiente para o desligamento, encerrando assim qualquer possibilidade de efetivar o vínculo entre o candidato e a instituição.

O menor E. Pestana, órfão de pai, residente na então Vila do Capão do Leão²⁰, teve pedido de ingresso no Aprendizado realizado por sua mãe, Celina. A mãe de E. Pestana, era viúva e possuía um pequeno lote de terras, situado no local denominado Rincão da Caneleira. Juntamente com a solicitação a mãe do menor encaminhou certidão de óbito de seu marido, atestado que comprovava sua condição de agricultora e atestado de antecedentes. Como de costume, informações complementares, a fim de deixar o “processo em condições regulamentares” foram solicitadas à mãe, que efetuou a entrega dos referidos documentos em outubro de 1943.

²⁰ Atualmente município do Capão do Leão.

No mês de janeiro de 1944, o menor, seu filho, é submetido a avaliação médica, ocasião em que foi julgado apto pelo médico Dr. Medrado, em 08 de janeiro daquele mesmo ano. Em 11 de janeiro a matrícula do menor E. Pestana é efetuada. Contudo, exatamente no dia 13 de janeiro de 1944, passados cinco dias desde a realização da matrícula, o Dr. Medrado, emite novo parecer, contrariando a avaliação inicial, que permitiria o ingresso do menor: “O candidato foi recusado por falta de robustez física e por sofrer de enurese noturna.”

Um dia após a emissão deste novo parecer pelo médico da instituição, o despacho seguiu para ciência do Sr. Inspetor de Alunos para “fazer a entrega do menor à sua progenitora.” A mãe, neste mesmo dia, dá ciência e retira definitivamente E. Pestana do Aprendizado Agrícola Visconde da Graça. O processo é arquivado.

Findado o processo de seleção e não estando apto para ingresso no Aprendizado por quaisquer dos motivos já discutidos acima, a devolução era prática comum utilizada no Aprendizado para sinalizar o desfecho do vínculo provisório, criado no período de exames médicos e de conhecimentos.

O termo de entrega do menor, documento que possuía este título, consta em alguns dossiês, como garantia da instituição, de que o menor, vivendo nela um curto período de tempo, não havia sofrido qualquer dano. O atestado de recebimento do menor C.P.F. de 13 anos foi assinado por sua mãe Antonina e, continha o seguinte conteúdo:

“Recebi deste Aprendizado, o meu filho C.P.F. que havia permanecido alguns dias, a fim de se submeter ao exame médico, neste educandário. Ao recebê-lo declaro que se encontra em boas condições de saúde, estando o Aprendizado, desobrigado de qualquer responsabilidade relativo ao menor em apreço. Antonina Lascano Ferreira. Pelotas, 13/02/1941.”

O menor C.P.F. foi examinado pelo médico do Aprendizado em 31/01/1941, e apenas em 08/02/1941, foi expedida correspondência para comunicar sua família, de que não estando apto para matrícula, deveria se

retirado do Visconde da Graça por sua família, como se percebe no termo de recebimento assinado por sua mãe, em 13 de fevereiro daquele ano.

De modo geral me detive em apresentar elementos que contribuíssem para pensar no contexto institucional, e nas práticas de intervenção adotadas naquele contexto. Desejei com isto, compor um mosaico de experiências vividas por menores e suas famílias, situando-os como alvo de ações estatais, não restando muito espaço para analisar suas estratégias de resistência.

Suponho que seja compreensível a dificuldade de construção de um texto baseando-se somente em outros textos, sobretudo textos/documentos construídos e guardados pela própria instituição. É necessário, portanto, razoável dose de vontade e disposição para observar as resistências e as estratégias acionadas pelas famílias, numa disputa assimétrica e desigual de poder.

Nesta busca me empenhei em não desprezar os motivos que independiam das classificações apresentadas pelos dirigentes do Aprendizado Agrícola. Dediquei por isso especial atenção aos casos de desistência, não comparecimento e não disposição para o trabalho rural. Surpreendentemente em todo o período analisado, alguns anos mais que em outros, em todos se registrou a indisposição ou não comparecimento mesmo quando chamados para realização de exames ou até mesmo da matrícula. Alguns dossiês não possuem desfecho, indicando também a indiferença ou a não anuência por parte da família.

O pai do menor A. C. da Fontoura, da cidade de Dom Pedrito ingressa com solicitação de matrícula em janeiro de 1944, juntando fotos 3X4, certidão de nascimento, atestado provisório de vacina contra varíola, atestado de saúde, atestado de frequência escolar prévia, termo de compromisso de não retirada, atestado de boa conduta, atestado de agricultora emitido pela Prefeitura de sua cidade, comprovante de pagamento de imposto territorial.

Não obtendo resposta, retorna ao Aprendizado dois anos depois, em 1946, solicitando novamente matrícula de seu filho. No mês de janeiro, é

informado que o processo de seu filho estava em condições regulamentares. Após quatro dias novo despacho é emitido pelo Diretor:

“Conforme recibo incluso, o menor de que trata este processo após três dias de permanência no A.A. pediu para retornar à sua residência alegando não se acomodar ao regime interno. Foi entregue ao seu representante. Diretor em 14/01/1946. Arquite-se. Diretor em 15/01/1946”

Numa situação semelhante, a mãe do menor A.C.D. Silva informa não mais desejar o ingresso de seu filho. A. C. D. Silva de 12 anos de idade, é o sexto filho de sua mãe Gomercinda, residente na cidade de Dom Pedrito. No mês de dezembro de 1945, ele pede a matrícula de seu filho, encaminhando junto com a solicitação atestado de imunização contra varíola, atestado de saúde, boletim das notas de seu filho e certificado de aprovação escolar emitido pela escola.

Além destes comprovantes, encontrei no dossiê de seu filho, uma carta para o Aprendizado, que continha o seguinte teor:

“A pedido da interessada, solicito informar as providências que se fazem necessárias para a inclusão do menor A. C. D. nesse Aprendizado. Tratando-se de pessoa pobre, sem recursos para realizar a viagem a essa cidade é que solicito todos os esclarecimentos tendentes a matricular o menor com o mínimo ônus para sua progenitora.

Pela atenção sou a V.S. muito grata.”

A mensagem vem assinada por uma funcionária da secretaria da Prefeitura de Dom Pedrito, em 22 de dezembro de 1945.

É evidente, a julgar pelo cargo ocupado na organização estatal, que a Prefeitura intermediava e talvez aconselhasse as famílias para que internassem seus filhos no Visconde da Graça, prática ainda comum nos dias atuais. No entanto, mesmo após a aprovação do ingresso por parte do Aprendizado, consta

em nota final anexada ao pedido o seguinte despacho: “Desistiu do pedido de inscrição por considerar que seu filho não tem inclinação para a profissão agrícola. Diretor em 22/01/1946.”

E com maior recorrência são os motivos que encerram muitas solicitações de ingresso: “Não compareceu”. A lacuna que se coloca com esta frase deixa em aberto um universo de possibilidades para compreensão do fenômeno: o tempo de espera muito longo, a necessidade de contribuir com o sustento da família, a inadaptabilidade do regime internato, dentre outros.

E por fim, aponto a indisciplina como uma das estratégias acionadas pelos menores para promover seu desligamento. A inadaptabilidade ao regime de internato e, ao formato de organização muito semelhante ao militar, talvez tenha contribuído para a adoção deste tipo de estratégia.

O menor T. S. Saraiva, de 13 anos, ingressou no Aprendizado, em 06 de fevereiro de 1945. Sendo órfão de pai, o pedido de matrícula foi realizado por sua mãe, Josefina, no dia 08 de novembro de 1943. Na chamada de 1945, o menor não compareceu ao Aprendizado para a realização de exames, retornando no entanto, no mês de fevereiro para submeter-se “a prova de habilitação ao curso de ensino rural.” No dia seguinte seu parecer favorável para ingresso ficou registrado “Acha-se em condições.” E, neste mesmo dia, fora o menor T.S. Saraiva encaminhado para verificar suas “condições de sanidade.” Em 30 de janeiro escreve o Dr. Medrado “O candidato foi julgado apto, indicando-lhe a matrícula ao Sr. Inspetor de Alunos. No mês seguinte, o Diretor emite o seguinte despacho:

“Atendendo ao mau comportamento demonstrado no serviço prático e no dormitório, o que prova a nenhuma disposição de se ajustar às normas do A.A., resolvo revogar a matrícula.

Entregue-se à família e archive-se.

Diretor em 21/02/1945”

O pai do menor, Sr. Anthenor Saraiva faleceu de bacilose pulmonar e esta informação ficou anotada na carteira de saúde do menor, seu filho. Certamente, uma preocupação com o registro sobre o histórico familiar de predisposições hereditárias, as quais tiveram início, como já apontado no capítulo anterior, na época de fundação do Patronato.

As histórias selecionadas para compor este subcapítulo sobre o Aprendizado Agrícola Visconde da Graça objetivou apresentar as mudanças e continuidades vividas pelos sujeitos que a vivenciaram. Destaca-se do período que as práticas de seleção passaram a ser realizadas pelos funcionários da própria instituição, baseando-se em critérios estabelecidos em editais e publicados nos jornais da cidade, indícios de uma organização burocrática impessoal e baseada em critérios objetivos.

A lógica dos aprendizados diferenciava-se dos patronatos conforme se observou da análise dos decretos e da bibliografia sobre o tema. Na análise das práticas locais, assistiu-se a construção de dinâmicas que se consolidariam ao longo dos anos, e que poderiam ser consideradas como as bases do que foi sendo organizado como assistência estudantil.

A origem dos menores e das famílias que buscavam o Visconde da Graça para matricularem seus filhos, é variada, mas seguiu contudo um padrão geográfico, qual seja, da zona sul do Rio Grande do Sul. Tal recorrência é também constatada desde o período de fundação da instituição. Contudo, ressalto que logo nos primeiros anos, a área de abrangência do Patronato era sensivelmente menor, daquela que foi se consolidando anos mais tarde com a transformação em Aprendizado Agrícola.

As cidades de origem dos alunos que solicitaram matrícula na década de 1940, incluía Pelotas, Canguçu, Pinheiro Machado, Piratini, Arroio Grande, Dom Pedrito, Jaguarão, apenas para listar as mais recorrentes. Enquanto no Patronato, a busca maior estava concentrada na cidade de Pelotas, e em menores proporções, nas cidades de Dom Pedrito, Jaguarão e Pinheiro Machado.

Em suma, não resta dúvida de que a instituição tenha se tornado, ao longo dos anos, referência no ensino agrícola na região sul do Rio Grande do

Sul. A formação de trabalhadores para atuarem na agricultura e na pecuária tem, no ensino ofertado pelo Visconde da Graça, uma de suas referências, cuja imagem foi se construindo e consolidando, como se pode entrever, desde sua fundação.

4.3 Escola de instrução militar no Visconde da Graça: vestígios dos patronatos em época de aprendizados

A mudança do Patronato Agrícola em Aprendizado, na cidade de Pelotas, evidenciou, como se pode perceber nos relatos apresentados acima, a alteração de certas dinâmicas institucionais de seleção. Contudo, mesmo com a alteração do formato burocrático e dos objetivos que passaram a ser buscados com esta nova denominação, o que se verificou é que nem sempre a expectativa institucional correspondeu à realidade das famílias que procuravam matricular seus filhos ou parentes, ou seja, os órfãos e analfabetos eram ainda uma das grandes demandas do Visconde da Graça. Neste sentido, passaram a ser invisibilizados aqueles oriundos dos centros urbanos, cujas famílias não possuíam qualquer relação com o rural, exigência absoluta para ingresso nos Aprendizados.

No entanto, internamente, diante de uma trajetória de onze anos organizado como Patronato Agrícola, o Visconde da Graça em seu formato institucional, continuava adotando algumas práticas convencionadas desde sua fundação.

No relatório anual de 1944, ou seja, já contando 10 anos como Aprendizado Agrícola, a instituição narra a constituição de uma Escola de Instrução Militar, cuja organização ocorrera em 1932, período situado como Patronato Agrícola. Reproduzo abaixo a narrativa produzida no Relatório de 1944:

“Escola de Instrução Militar:

Desde 1932 que esta direção, através de vários expedientes, vinha procurando solucionar a situação dos educandos maiores de 16 anos, em face do serviço militar, especialmente aqueles em vias de concluir o curso do A.A.

Acontecia que esses jovens, terminado o curso, na impossibilidade de conseguirem emprego, devido a falta de certificado de reservista, ingressavam no exército e, muitos recebiam graduações e faziam carreira, não mais

regressando ao campo, ficando dessa forma inaproveitáveis os ensinamentos ministrados pelo A.A.

Por isso, considerávamos de grande importância a criação de uma Escola de Instrução Militar no A.A., a exemplo do que acontecia nos ginásios de outras instituições escolares.

Assim, resolvemos expor pessoalmente ao Sr. General Comandante da Região Militar a situação dos alunos do A.A. e solicitar a criação de uma E.I.M., tendo aquele distinto militar, após ouvir com atenciosa benevolência a nossa exposição, determinado à Inspetoria Regional do Tiro de Guerra para atender a nossa justa pretensão, sendo pouco tempo depois criada a E.I.M. nº 181, anexa a este A.A.

A nossa E.I.M. funcionou este ano pela primeira vez com uma turma de 36 alunos, a qual, após as provas parciais, ficou reduzida a 34 alunos, os quais constituirão a primeira turma de reservistas de 2ª categoria deste Educandário.

A nossa E.I.M., tem como instrutor o 3º sargento HENRIQUE LOPES DOS SANTOS, do 9º R.I., ex-aluno deste A.A., o qual, sem perceber a gratificação de praxe, atendeu com muito zelo e interesse a instrução da primeira turma de reservistas.”

A lógica de formação militar continuou fazendo parte do cotidiano no Visconde da Graça. Diferentemente do que se desejava, a educação dos filhos do campo, os Aprendizados continuavam a receber menores que, sem relação com aquele universo, acabavam sendo encaminhados para outras frentes, como o ingresso nas forças armadas. É grande a bibliografia sobre o encaminhamento de crianças e jovens para o serviço militar. No Patronato Agrícola, a ginástica militar e o escotismo, como já apresentado no capítulo anterior, eram práticas

curriculares, cuja responsabilidade estava nas mãos dos próprios oficiais do Exército da cidade de Pelotas. De acordo com Genivaldo Gonçalves Pinto:

Um dos ministérios que atuava em parceria com o da Guerra, desde 1908, era o da Justiça e Negócios Interiores, responsável, entre outras tarefas, pelo provimento de recursos destinados à educação.

A vida em quartel está intimamente associada às atividades do campo, exercícios no campo, acampamentos. E para a enorme tropa brasileira de reservistas, alunos-sócios das Linhas de Tiro, Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, isso não poderia ser diferente. (PINTO, 2015, p. 192 – 193)

Ainda neste mesmo estudo é apontado que as Escolas de Instrução Militar estavam voltadas para a “população escolar de cada uma das instituições de ensino civil que aceitaram a formação militar em suas dependências” (PINTO, 2015, p. 194), cujo objetivo era a formação de quadro de reservistas do Exército. Por isso, o ensino era ofertado por militares daquela instituição, não possuindo qualquer vínculo com os professores que ministravam aulas no Patronato e Aprendizado. Tratava-se, portanto de uma proposta paralela de educação para as forças militares e “destinavam-se, isso sim, somente ao ensino dos fundamentos mais elementares para transformar a juventude em cidadãos aptos a uma convocação” (PINTO, 2015, p. 173). Em suma, um projeto que complementava a intervenção estatal sobre os meninos pobres, sobre os menores desvalidos.

A E.I.M. nº 181, anexa ao Aprendizado Visconde da Graça não consta na relação das instituições fundadas em Pelotas para este fim, e que foram estudadas por Pinto (2015). Em contraposição a invisibilidade da Escola de Instrução Militar do Visconde da Graça, tem-se a E.I.M. do Colégio Gonzaga, instituição de referência educacional católica da elite pelotense, que fora estudada pelo autor.

Nos achados do autor, o P.A.V.G.:

(...) tanto quanto a Escola de Escoteiros, não tinha Escola de Instrução Militar, mas estava no contexto da intervenção federal na paisagem urbana e rural, do higienismo e da eugenia, intervindo na sociedade com a finalidade

pedagógica de torná-la a mais sadia possível. Portanto, muitos elementos pedagógicos da cultura militar – fazia parte desta, a disciplina de Instruções Militares [...]

Ao tomar como referência o Relatório Anual de 1944, o registro da E.I.M. nº 181, deixa claro que as práticas adotadas no Aprendizado dão continuidade a ação pedagógica vivenciada no Patronato, aprofundando ainda mais a sua matriz disciplinadora e de intenção regeneradora da juventude considerada em perigo/perigosa. O viés militarista continuaria presente nas práticas educativas adotadas pelo Patronato, reproduzindo-se no Aprendizado, na Escola Agrotécnica...

A existência da E.I.M. no Visconde da Graça não excluiu por outro lado, a construção de um discurso modernizador das práticas institucionais adotadas. Neste sentido é interessante perceber a defesa de uma adequação curricular da disciplina de educação física. No mesmo relatório, que se faz referência à criação da escola militar, encontra-se ferrenha defesa, realizada pelo médico do estabelecimento, da adequação ao que existia de mais atual no modelo dos Aprendizados: a prática da educação física.

No relatório anual de 1944, um item é dedicado para discorrer sobre o tema, na intenção de sensibilizar as autoridades (entenda-se Diretor do Aprendizado):

Neste capítulo desejamos imprimir toda a veemência de uma solicitação e a eloquência de um apelo. Não poderemos jamais conceber, numa organização moderna de ensino, de cunho oficial, como são os Aprendizados Agrícolas, que se mantenha em inobservância os regulamentos federais de Ensino no que tange a Educação Física. Particularizando os Aprendizados, concluímos que tão lamentáveis lacunas sobre ser impatriótica. [...] As melhores iniciativas se esboroam ante a impossibilidade de se obter um instrutor diplomado por uma das Escolas oficializadas de Educação Física do País. Ao nosso ver somente nas fileiras do Exército, encontraríamos o subsídio reclamado, de vez que a remuneração da tabela

pessoal, não oferece subsídios a um técnico, melhor e justamente remunerado em outros meios. Dilatando as nossas atribuições autorizamos algumas práticas esportivas destacadamente o futebol. [...] Porém, bem reduzido é o número dos que assim podem ser atendidos, e por ser uma orientação imperfeita não nos animamos a ampliá-la. [...] Como iniciar os educandos na prática do Atletismo e de outros esportes sem a conduta técnica exigida, sem o harmônico trabalho do médico biometrista do professor de Educação Física?

O esforço modernizante também se fez sentir nos projetos que foram sendo adotados desde a transformação em Aprendizado Agrícola. Dentre as propostas estava a organização do Teatro e do Cinema Educativo, que no arcabouço do movimento da Escola Nova, traduzia o empenho na diferenciação das práticas do Aprendizado em relação as do Patronato.

Os problemas evidenciados no relatório anual de 1944 resultaram das mudanças advindas com a transformação do Patronato em Aprendizado. No relatório de 1934, ano em que formalmente ocorreu, não somente a alteração do nome, mas, também, de muitas práticas dadas por força dos novos regramentos que passavam a vigorar, diversos apontamentos e lamentos ficaram registrados. Diferentes profissionais que atuavam nas áreas da saúde e da educação manifestaram preocupação, acerca das mudanças que foram introduzidas com a transição. Registrou o dentista do Aprendizado em seu relatório:

“[...] não se deve fazer economias. É pela boca que se entra a saúde no nosso organismo, sem bons dentes não pode haver boa mastigação e sem boa mastigação não há boa saúde, assim como, para se obter trabalho bom é preciso bom material e que o profissional veja compensados os seus esforços na luta para tornar sadia e forte a nossa raça, contando para isso que o Exmo. Sr. Ministro reconsidere o acto de seu antecessor que transformou o dentista contractado pelo Ministério com vencimentos de 800\$000

mensaes em simples mensalista com o ordenado de 500\$000.

Espero que no presente exercício V.S. consiga o restante do material permanente, ou seja, uma cadeira para operações e um motor. Enquanto não vos for possível adquirir este material, podeis contar com o que está atualmente em uso e que é de minha propriedade particular. Como em meu último relatório, permita-me que vos lembre a urgente necessidade da construção de um Pavilhão de Saúde com compartimento adequado ao exercício de minhas funções.”

Na mesma direção manifesta-se o professor adjunto, que, além de indicar retrocesso nas práticas de seleção docente, avalia como injusta a forma que se colocava com as mudanças propostas:

“Há entretanto uma cousa que não posso deixar de lançar sempre o meu protesto, por não poder me conformar: é submeter-se, como fez a Reforma do Ministério da Agricultura, professores diplomados e com alguns annos de exercício a adjuntos de outros, sem diploma e com raras excepções, sem methodo de ensino, aproveitado para este cargo, por proteção política. Por esta injustiça há sempre o descontentamento dos prejudicados que serão uns revoltados contra a reforma que lhe cortou todo o estímulo de educador.”

Ambas narrativas (do dentista e do adjunto) expõem dificuldades já vividas e, por isso, agravadas com as mudanças advindas com os Aprendizados.

Mais amenos foram os relatos apresentados pelo Diretor e pelo Professor no Relatório Anual de 1934, os quais referem os impactos promovidos com a nova organização do ensino, sem contudo, emitir críticas severas ao que se apresentava.

Houve, por parte do Diretor do Aprendizado registro sobre as mudanças sofridas com a extinção de cargos, dentre eles o de “instructor de alunos”. Contudo, na continuidade de sua narrativa, tratou de apontar as alternativas encontradas pela Direção para continuar ofertando tais atividades. Destaca-se ainda que não havia qualquer incômodo em utilizar da mão de obra dos menores, o que se constata em diferentes contextos históricos do Visconde da Grande:

“Esta parte que tão relevantes serviços presta ao desenvolvimento físico dos nossos educandos, cooperando também para a disciplina interna, apesar de ter sido extinto o cargo de instructor de alumnos nos Aprendizados, a gymnastica sueca e os exercícios militares não foram interrompidos, pois, continuou a ser ministrada pelo alumno do curso profissional, educando nº 89, P.V. Barbosa, que com muita solicitude e gosto, desenvolveu o programa habitual.” (RELATÓRIO ANUAL, 1934)

A mesma alternativa foi adotada em outra área, a do ensino de música. Da mesma maneira como ocorrera com as atividades físicas, desde a fundação do Patronato ofertada; o ensino de música também fora extinto. No entanto, mais uma vez, a Direção do Aprendizado repassou a responsabilidade com a continuidade da oferta, para um de seus alunos:

“Embora a nova regulamentação, tivesse extinto o cargo de mestre de música e por consequência o respectivo ensino, esta direção, de acordo com o assentimento verbal dessa Directoria e, por considerar que o ensino de música, sem prejudicar as finalidades de instituição, constitue um valioso elemento de educação, proporcionando aos menores que demonstram gosto pela arte, uma distração agradável, resolveu continuar o referido ensino, que, na falta do mestre, ficou a cargo do educando do curso profissional nº 14 – J. F. de Moura, o qual, com solicitude lecionou grande número de educandos, mantendo perfeitamente organizada a nossa banda musical, que

continuou a abrilhantar as nossas festividades internas e bem assim, compareceu a várias solenidades, onde, como sempre, foi alvo de manifestações de sympathy por parte da população desta cidade.” (RELATÓRIO ANUAL, 1934)

Recorrer à força de trabalho dos menores como estratégia burocrático-assistencial-educacional fez parte das práticas cotidianas adotadas no Visconde da Graça. A jornada habitual a ser executada pelos menores incluía tarefas como a manutenção de prédios, consertos de equipamentos e maquinários, participação na construção de edificações em geral, reforma de bancos, cadeiras, mesas, colchões e travesseiros, entre incontáveis atividades que registram a frequência regular dos menores (oficinas de carpintaria, selaria e ferraria). No próprio relatório anual de 1934 expõe orgulhosamente o Diretor do Aprendizado que:

“Além dos serviços de reparações e conservação de edificações, instalações e residências dos funcionários, foram atendidos os serviços propriamente agrícolas, como podas, limpesas, replantações de arvoredo, reparos geraes nos aramados, plantações de novas avenidas e bosques.”

No contexto das mudanças rapidamente, aqui, apresentadas, destaco a convivência de práticas modernas, implementadas com a transformação em Aprendizado Agrícola, com práticas implantadas no Patronato. Se de um lado, houve modificações no ordenamento institucional, de ruptura com certos modelos assistenciais/correcionais; de outro, se percebe a continuidade e a permanência de práticas, que continuavam a reafirmar o lugar e a lógica dos patronatos na sociedade brasileira.

As transformações internas, necessárias para adaptar-se ao novo formato educacional defendido pelo Ministério da Agricultura, não deixou de produzir seus efeitos e de marcar a época em que ocorreu. A “patriótica finalidade” dos Aprendizados Agrícolas, afirma o Diretor no desfecho do relatório

anual de 1934, seria a de “preparar o agricultor de amanhã, aquele que, silenciosamente, sem alarde, empunhando a modesta “charrua”, fará brotar do seio fecundo do solo pátrio, fartas colheitas – o trigo – a synthese da subsistência humana – a fartura e a paz.”

O projeto, assim delineado, encontrava ferrenhos defensores, restava, no entanto, selecionar menores que viessem a contribuir para a “farta colheita”. A infância continuava, portanto, sendo objeto de intervenção, mas na lógica dos Aprendizados, não se tratava de qualquer infância, naquele contexto eram preferidos os mais aptos, os mais robustos:

“Houve uma época, não muito remota, em que os nossos agricultores ou colonos, buscavam entre a prole dos varões, aqueles que possuíssem a saúde mais precária, e para estes solicitava a matrícula no Aprendizado, na crença de que, sob os cuidados médicos escolares os mesmos lhes seriam devolvidos restaurados e robustecidos. Por considerarmos a economia precária do nosso trabalhador rural responsável pela subnutrição e frequentes avitaminoses, por vezes, nas provas de seleção física para a matrícula usamos critério complacente. [...] Os alunos subnutridos e poupados não correspondem ao que normalmente lhes competia produzir e frequentemente nos oneram as dotações para aquisições de medicamentos sem, todavia, deles se obter uma razoável compensação. Em se considerando as atuais finalidades do Estabelecimento, somos de opinião que as inspeções de saúde para efeito de matrícula deveriam se tornar um pouco mais rigorosas, a maioria daquelas que se processam nas Escolas dos Aprendizes Marinheiros, onde igualmente se preparam jovens selecionados para bem servir a Marinha. Este tem sido, ultimamente o nosso critério, aliás amplamente amparado pelo Regimento Interno [...].”

A robustez física ou sua ausência, foram elementos acionados pelo médico do Visconde da Graça para justificar a impossibilidade de ingresso dos menores, como já mencionado acima. Movidos pela intenção de construção de uma Nação, alicerçada nos melhores exemplares das raças foi um ideal forte que teve adeptos em nível local. Estudos realizados em outras regiões do país apontam as estratégias e mecanismos de doutrinação de certos grupos sociais, dentre eles, crianças e jovens e situação de rua, conforme discutido por Aguiar Filho (2011).

Persistia, portanto, a concepção que associava pobreza a potencial violência e se defendia a ocupação através do trabalho, como estratégia de formação profissional. Acreditava-se que “que se não fora esta mansão de caridade e de ensino, seriam, quem sabe presas da ignorância, maior de todos os males, e da indigência, candidatos futuros ao crime.” (Relato prof. V. Carneiro – Relatório Anual 1934).

A organização da Escola de Instrução Militar (EIM) no Aprendizado Agrícola em Pelotas demonstrou a adesão de certos membros da instituição com preocupações de ordem racial, moral e disciplinadora da juventude.

O relatório anual de 1934 (ano em que ocorreu a passagem para o Aprendizado Agrícola) evidenciou as discordâncias sobre as mudanças que ocorriam e a incapacidade local de delas dar conta. A EIM só poderia ser compreendida neste contexto incerto entre patronato e aprendizado. Quando se acreditava que novas práticas, mais modernas e inclusivas teriam lugar, assistimos à fundação de uma escola militar anexa ao Aprendizado Agrícola, no ano de 1944. Vemos reforçado no Relatório Anual de 1944 a ideia de que os aprendizados deveriam selecionar os melhores e mais aptos, sua intenção não era caritativa ou assistencial, mas educacional baseada nas finalidades que aquela instituição passou a defender.

4.4 – Encruzilhada entre direitos e deveres: o internato persiste

Optei, como já mencionei em diversas vezes neste texto, por refletir somente a partir dos documentos, especialmente daqueles que ficaram reservados ao que hoje está sob guarda do acervo do NEPEC. Reforço esta questão em razão da linha de apresentação dos dados de campo, aqui, realizada. Tomei por referência, então, o que os agentes, muitas vezes, servidores engajados em manter sua própria atuação institucional, distante de qualquer regramento ou orientação legal específica de áreas como a Biblioteconomia ou Museologia, especializadas na função do guardar, do lembrar e do esquecer.

Fugindo a todo formato e conteúdo dos documentos que até então foram analisados, os documentos contidos neste item além de abundantes são mais diversificados. A única semelhança que possuem em relação aos formatos é a dinâmica de seleção dos que passaram a ser chamados unicamente por alunos.

Em sua maioria são documentos datados do final da década de 1980 e amplo período da década de 1990. Deste universo de documentos encontram-se: 1) portarias disciplinares com advertências, suspensões, perda do internato, e cancelamento de matrículas; 2) documentos gerais da assistência tais como: mapas de turmas, projetos de ensino e extensão desenvolvidos no CAVG, lista com assinaturas para entrega dos boletins, comunicados diversos, listagem de alunos com atestados médicos, modelos de documentos, mapas de frequência de alunos ao internato, relação dos alunos plantonistas nos finais de semana dentre outros; 3) requerimentos para ingresso em auxílios com relatos breves dos aspectos avaliados; 4) atas de reuniões informais e formais, incluindo parecer do Promotor da infância e juventude sobre as regras para ingresso e perda do internato; 5) registros de furtos, arrombamentos, uso de bebidas alcoólicas e outras questões disciplinares envolvidos alunos, geralmente internos; 6) informes sobre a perda do internato por motivo de disciplina e requerimentos para revisão da medida e 7) formulários para solicitação de benefícios da assistência estudantil.

A diversidade e o volume de documentos chamam a atenção, quando comparamos com períodos anteriores. Mais uma vez o apoio às contribuições

da História nos permite compreender certas dinâmicas. Marcante neste sentido a preocupação com a geração de documentos escritos, e seu consequente arquivamento. Talvez muitas anotações que estão contidas neste período não tenham sido intencionais, mas sugere, portanto, uma necessidade de controles múltiplos, registros permanentes e domínio de diferentes saberes, todos permeados pela retórica e apoio do Direito.

Ao nos debruçarmos sobre o contexto institucional, verificamos que neste período o Visconde da Graça, já vinculado a Universidade Federal de Pelotas -UFPel desde 1969, desliga-se do Ministério da Agricultura, transferindo-se para o da Educação. No regimento geral da UFPel de 1977, temos a primeira indicação da constituição do CAVG como Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. Destaca-se que a origem deste novo nome institucional ocorre por conta da junção de duas administrações distintas, que funcionavam no mesmo local: O Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de Economia Doméstica Rural. Desde 1969 os dois colégios constavam no organograma institucional da UFPel, como órgãos de ensino de segundo grau. No regimento geral de 1977 consta a seguinte redação:

Capítulo II – Dos órgãos de segundo grau:

Art. 100: É órgão de segundo grau, sem prejuízo de outros que venham a ser criados ou incorporados, o Conjunto Agrotécnico “Visconde da Graça”, que compreende:

I - o Colégio Agrícola “Visconde da Graça”

II – o Colégio de Economia Doméstica Rural.

Parágrafo Único: os órgãos de 2º grau ministrarão cursos profissionalizantes e terão um coordenador de livre escolha e nomeação do Reitor.

Cabe ressaltar que a criação da Universidade Federal, a partir do Decreto-Lei 750 de 08 de agosto de 1969, ocorreu com a incorporação das antigas unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tinham sede na cidade de Pelotas. Assim, por força da lei, *“foram automaticamente transferidos à UFPEL todos os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (...)”* (art. 8º). No Estatuto da UFPEL, do ano de 1972, no seu artigo 16, aparece então dois colégios de 2º grau: o Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de

Economia Doméstica Rural, os quais figuraram como órgãos suplementares da referida universidade há pouco criada.

O Visconde da Graça esteve, portanto, 46 anos vinculado ao Ministério da Agricultura. Muitos traços de sua atuação foram mantidos e reproduzidos mesmo tendo havido sua transferência para o Ministério da Educação. Tal comportamento se explica por razões óbvias, sobretudo pelos servidores que nele continuavam atuando.

Consolidada a estrutura administrativo-burocrática junto à Universidade Federal de Pelotas, o Conjunto Agrotécnico contava em seu quadro, para o desenvolvimento de suas atividades de ensino e também administrativas com alguns servidores daquela instituição e vice-versa. Muitos docentes ministraram aulas tanto do CAVG, quanto na UFPel, bem como servidores técnico-administrativos também, dentre eles, destacam-se no contexto deste estudo assistentes sociais e psicólogos.

A julgar pela quantidade de mapas, tabelas e listas, é notável a preocupação com o uso dos recursos públicos, de maneira transparente e imediata, os quais pudessem ser acionados a qualquer momento e, por quem quer que fosse.

A novidade inaugurada por sua migração para o Ministério da Educação, além de aspectos burocráticos acrescentou um elemento ainda não experimentado na instituição, a inserção em uma rede de interações que o vinculou a uma nova diretriz educativa, afastando-se de uma lógica puramente agrícola, a qual esteve vinculado desde sua fundação no ano de 1923. A apresentação que segue procurará apresentar alguns elementos que evidenciarão esta passagem, bem como os impactos nas concepções que até então haviam norteado a ação institucional.

A pasta nomeada por “portarias disciplinares” está organizada por anos, iniciando por 1993, estendendo-se até o ano de 1999. Nas diferentes portarias que eram emitidas pelo Diretor do então Conjunto Agrotécnico Visconde da

Graça (CAVG) os nomes e as razões são dos mais variados, atingindo indistintamente alunos internos, semi-internos e externos²¹.

Nestas portarias a maioria dos motivos que levou a suspensão, advertência e cancelamento de matrículas, relacionam-se exclusivamente a questões de ordem moral e disciplinar. Aos estudantes, por conta da gratuidade do ensino, estava implícita contrapartida de respeito e obediência aos regramentos institucionais. Na sua maioria, além das punições haviam penalidades aplicadas aos que infringissem os regulamentos. Tal foi o caso de um aluno, que no ano de 1998, esteve sob avaliação e risco de perda do internato, pelos motivos que foram expostos na portaria:

“(...) cometer fraude, apropriando-se indevidamente de pertences de outro aluno deste Educandário [...] Qualquer reincidência disciplinar, por menor que seja, acarretará na perda automática do Regime de Internato.”

As ameaças a perda do internato são frequentes em todas as portarias deste período. Os motivos estavam relacionados também a aspectos disciplinares relativos as normas de convivência no alojamento e não apenas ao comportamento adequado esperado daqueles estudantes em momentos coletivos, como nas interações em sala de aula. Eis alguns motivos: “produzir algazarra no interior do alojamento”; “bagunça e perturbação no internato: a) ouvir TV após o horário com volume alto, b) ausentar-se do plantão de final de semana sem comunicar o departamento com antecedência.”

A publicação das portarias disciplinares envolvendo estudantes, apresentava também as atividades e os serviços a serem prestados pelos estudantes para a repararem os prejuízos causados. Chamou a atenção no ano de 1997, que três estudantes tiveram que cumprir as seguintes tarefas:

²¹A classificação “interno” designa ainda hoje estudantes usuários da moderna política de assistência estudantil. Os demais termos, já em desuso, como semi-interno e externo, referiam aos estudantes que não internos, apenas almoçavam no CAVG (semi-interno) e aqueles que almoçavam em suas residências (externos). A estes últimos havia disponível transporte escolar para algumas regiões da cidade de Pelotas.

“(...) limpeza total e diária da sala; ficar responsável pela conservação e manutenção das dependências da sala, com seus respectivos móveis e utensílios; promover a limpeza das paredes, limpando as mesmas com água sanitária onde se fizer necessário. Fica determinado que o não cumprimento das atividades acima descritas acarretará na suspensão do aluno.”

Há outras implicações e consequências a quem fosse aplicada medida disciplinar. Além da reparação e realização de serviços de manutenção predial, cabia também a instituição arbitrar sobre o direito de realização de provas e trabalhos durante o período em que a medida estava sob vigência. O aluno que tendo cometido danos ao patrimônio estava sujeito a “(não) realização de provas e trabalhos. E durante os dias 09, 10, 11 e 12/12/1998 não poderá utilizar o ônibus gratuito da linha escolar, por danificar os assentos da Empresa.”

Nos anos finais da desta década de 1990, 10 alunos perderam o internato, o que se pode verificar a partir da emissão de duas portarias. Neste caso, a perda do internato gerou inclusive ação judicial para reestabelecimento do benefício. Os alunos foram acusados de infringir o artigo 171 do regulamento do CAVG, sendo responsabilizados pelo uso de entorpecentes. O caso chamou atenção pela forma como foi conduzido: depoimentos registrados, comissão nomeada para avaliar, falas confrontadas para emissão do parecer final – dinâmica muito semelhante a um processo inquisitorial. Por fim, o parecer da comissão concorda com a perda do internato e, para informar aos pais foi despachado um comunicado via “fonograma com aviso de resposta”. Não satisfeito com o encaminhamento o aluno ingressa com solicitação junto a referida comissão com a intenção de retomar sua vaga como interno:

“Peço-lhes o internato novamente com a máxima urgência, pois quando o perdi passei a morar em pensões. Com o passar do tempo não tive condições financeiras de manter-me, passando assim a morar na casa de um amigo, mas por motivos pessoais da família, terei que me retirar, não tendo mais para onde ir.

Acho que deveria ter sido punido sim pois errei, mas não de forma tão radical, como a perda do internato, mas sim de outras formas, como a prestação de serviços à comunidade escolar ou até na reforma da entidade, que segundo a comissão teríamos destruído.

Atenciosamente

A lógica de intervenção adotada na situação se organizou buscando estabelecer qual seria a verdade dos fatos. Tal como apontado por Michel Foucault (2002) temos uma nova forma de fazer justiça, inventada séculos atrás e disseminada de maneira universal para o ocidente: o inquérito. A esta invenção, obra do Direito, diz respeito “às formas e condições de possibilidade do saber.” (FOUCAULT, 2002, p. 62) O acúmulo desse saber se dá juntamente com a invenção de outros instrumentos, que associado a transição para o capitalismo moderno, autonomiza o Judiciário como campo de mediação de disputas. Além destes elementos, o autor nos ajuda a compreender a forma como se deu a instituição de sentença, diante do fato de que “É preciso encontrar um novo mecanismo que não seja mais o da prova, da luta entre dois adversários, para saber se alguém é culpado ou não” (FOUCAULT, 2002, p. 67) A sentença, além de declarar o culpado, exige uma compensação para quem foi vitimado. Este contexto para o autor diz respeito a questões de ordem política.

Destaca-se ainda, dentre outras coisas, que o inquérito, para além das circunstâncias que cercam seu nascimento irá substituir o que se conhece por “flagrante delito”, ou seja:

Se, com efeito, se consegue reunir pessoas que podem, sob juramento, garantir que viram. Que sabem, que estão a par; se é possível estabelecer por meio delas que algo aconteceu, realmente, ter-se-á indiretamente, através do inquérito, por intermédio de pessoas que sabem, o equivalente ao flagrante delito. E se poderá tratar de gestos, atos, delitos, crimes que não estão mais no campo da atualidade, como se fossem apreendidos em flagrante delito. Tem-se aí uma nova maneira de prorrogar a atualidade, de transferi-la de uma época para outra e de oferece-la ao olhar, ao saber, como se ela ainda estivesse presente. Esta inserção de procedimento do inquérito [...] constitui uma descoberta capital. (FOUCAULT, 2002, p. 72)

A rápida discussão sobre ao texto de Foucault (2002) nos ajuda a pensar no lugar que tiveram e ainda tem tais procedimentos nas dinâmicas estatais. Estas metodologias, na maioria das vezes, encontram-se normalizadas e adaptadas inclusive em regulamentos legais, de uso cotidiano nas instituições, passando por elemento integrante e naturalizado de sua constituição. Outra questão que fica em aberto diz respeito a expectativa sobre a resposta a ser dada pela instituição, manifestação da oficialidade, da resposta pública a problemas igualmente públicos, como nos orienta Pierre Bourdieu (2014), em sua discussão sobre a retórica do oficial. Para o autor

O oficial é o público: é a ideia que o grupo tem de si mesmo, e a ideia que ele pretende professar de si mesmo, a representação (no sentido de imagem mental mas também de representação teatral) que ele pretende dar de si mesmo quando se apresenta como grupo. [...] Em outras palavras, é a ideia que ele pretende dar de si mesmo em representação pública: vê-se o laço entre o oficial e o teatro, a teatralização, o oficial sendo o visível, o público, o teatral (...) (BOURDIEU, 2014, p. 85)

Ao longo do trabalho de campo, tive condições de perceber que muitos agentes estatais vivenciaram muitos dilemas. Seguir a institucionalidade ou procurar encontrar caminhos, que não fossem apenas o cumprimento de regulamentos e legislações formais, foi um destes dilemas. A informalidade esteve presente em muitos momentos na assistência do Visconde da Graça, e por diversas vezes seguiu seu curso, em outras foi atacada como bandeira de procedimentos rigorosos, modernos e impessoais. Menciono estes aspectos na tentativa de relativizar uma aparente distância entre os estudantes e os agentes institucionais. Assim, defendo que em alguns momentos o discurso oficial, a teatralidade dessa oficialidade e formalidade foram acionadas como recurso para a manutenção do ordenamento e, foram nestes momentos que o Estado mostrou sua potência, influência e poder (tanto simbólico quanto material)

Não todo o tempo o Estado reforça a si mesmo. Em algumas circunstâncias, permite que outras relações sejam possíveis. Muitos exemplos poderiam ser dados a fim de visualizar quais e em que momentos estas foram adotadas. Trarei a seguir algumas situações para pensar.

No ano de 1997, quando foram emitidas 96 portarias disciplinares aos alunos, número recorde quando comparado aos demais anos, o aluno Ciclano

de Tal, envolvido em atitude disciplinar classificada como “desrespeito ao professor” manifesta sua insatisfação com a condução das ações que lhe foram atribuídas. O aluno assina todos os documentos que fazem menção ao seu comportamento indisciplinado, mas não deixa de deixar um registro escrito, logo abaixo de sua assinatura:

“Não estou ciente pelo desrespeito ao professor e aos colegas muito menos pela perturbação na sala de aula. Não concordo com a acusação de que desrespeitei o professor e os colegas. O professor pediu que saíssemos, mas um de nós ficou batendo boca e por isso o professor colocou os três que estavam desrespeitando. Não satisfeito com as atitudes da Direção.”

A forma encontrada para alertar aos alunos sobre a necessidade de atenção aos regramentos institucionais era, geralmente, realizada por meio de reuniões, momentos de suspensão das atividades consideradas normais, para tratar de assuntos extraordinários. Tais assuntos, geralmente definidos por ocasião de fatos identificados previamente como possíveis causadores de problemas, conflitos ou desordem serviam para alertar sobre as consequências e as penalidades que deveriam ser adotadas caso não fossem observados os ditos regulamentos. Foi isto o que aconteceu nos inícios do ano de 2000. O relato da reunião está registrada nos documentos da assistência estudantil da seguinte forma:

“Os alunos foram convocados através do assistente de alunos Cícero. A reunião teve como objetivos, lembrar aos alunos, as Normas específicas do alojamento, principalmente no que tange à higiene dos quartos, o zelo pelo material público, bem como a postura de respeito as relações humanas. Foi (salientado) evidenciado, que o benefício do alojamento, poderá não ser renovado (ser suspenso) à alunos que não estão correspondendo as responsabilidades assumidas com esta escola, principalmente no que tange a disciplina. Foram tratados

também assuntos referentes a distribuição de material de limpeza, pintura dos vidros, distribuição de lanche noturno. Os alunos ao serem ouvidos, concordam com a posição da escola, e mostram-se satisfeitos com os benefícios sociais” (Ata da reunião Unidade Especial de Orientação Educacional)

Nesta reunião estavam presentes 13 alunos juntamente com a coordenação da assistência. O registro coloca em evidência a associação entre a manutenção do internato e a observação das normas disciplinares. Destaca-se também que havia a necessidade de uma contrapartida de trabalho a ser realizado pelos internos, como forma de retribuição pelos benefícios sociais a que tinham acesso em razão de sua condição de assistido. Já foi citado acima que foram encontrados registros da realização de plantões por parte dos alunos, geralmente nos finais de semana, o que impossibilitava a saída dos estudantes tendo em vista o cumprimento das atividades. Como sabido havia também internos que não atendiam as exigências, faltando aos plantões e recebendo advertências por conta disso.

Neste mesmo ano, outra reunião realizada alguns meses depois, tinha por objetivo orientar os estudantes para a observação de certos cuidados com a higiene do quarto no internato dentre outros assuntos. A reunião contou com a presença de oito alunos e também dos coordenadores da orientação educacional. No registro temos o seguinte:

“Reunião com os alunos para tratar de higiene do quarto, bem como muitas ligações com extensões, para uso dos ventiladores. Roupas secando nos quartos, com ventilador. Alunos dormindo sem lençol. Alunos informam que: não podem colocar as roupas secando na rua, pois existe roubo (pessoas estranhas à escola). Todos usam ventilador, motivo mosquitos. Foram alertados, que se não houver colaboração, serão encaminhados à disciplina.”

O recurso à “ocorrência” foi encontrado diversas vezes em diferentes momentos ao longo dos anos investigados. O termo, que não causava estranhamento até período recente, refere ao registro escrito de situações que envolviam problemas disciplinares. Tais registros eram geralmente adotados por inspetores, especialmente os que conviviam de maneira mais próxima dos alunos. As ocorrências eram dirigidas às instâncias superiores, para que fossem dadas providências cabíveis: advertência, suspensão ou cancelamento de matrícula.

O último relato sinaliza algumas situações que dão ideia das dificuldades da gestão de instituições públicas, que com recursos escassos e poucos profissionais, enfrentam restrições para garantir os mínimos para o funcionamento adequado.

Neste período também foram guardados vários formulários para ingresso no internato e acesso a outros benefícios. Estes documentos estão acompanhados de comprovantes e cartas de familiares, as quais eram avaliadas por uma comissão de seleção. A esta comissão cabia a realização da análise documental, entrevista e realização de parecer, muitos dos quais estão rascunhados nestes mesmos formulários.

Neste período (década de 1980) se verifica também mais claramente a ampliação dos benefícios disponibilizados aos estudantes, que por muitos anos ficou restrita ao internato. Neste período verificou-se que os alunos, tanto internos, quanto externos poderiam solicitar: 1) bolsa de trabalho interna, 2) bolsa de trabalho externa, 3) bolsa de transporte, 4) bolsa de estudo, 5) bolsa do PEBE, 6) atividades esporádicas, 7) vestuário, 8) material didático, 9) parcelamento da taxa de matrícula. Todos estes benefícios estavam disponíveis na década de 1980.

A partir da análise destes documentos, são distinguidos dois momentos importantes, que, acredito serem dotados de especial significado para este estudo. A formulação dos pareceres, a complexificação e extensão dos relatos indicam que até a metade da década de 1990, a assistência era mais tímida e informal, embora tenha sido possível verificar em alguns registros a existência de detalhes, que indicavam a presença de um profissional técnico habilitado. Talvez esta observação esteja relacionada com o perfil do profissional que

elaborou o registro, contudo, os documentos posteriores a esta data, são bem mais redigidos e fartos em detalhes das situações de entrevistas e dos aspectos que foram observados nos documentos apresentados pelos estudantes.

Os formulários de inscrição em alguns casos disponibilizavam apenas alguns benefícios, como foi o caso do ano de 1985, apenas bolsa manutenção e bolsa transporte. Nestes documentos, se percebe que alunos internos, semi-internos e externos se candidatavam e eram avaliados sem distinção, ou seja, o internato era considerado um benefício que não tinha precedência sobre os demais, diferentemente do que ocorre atualmente, que os alunos quando selecionados para o internato passam a receber automaticamente cinco refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde, janta e ceia), auxílio transporte urbano e auxílio transporte intermunicipal. Explorarei este assunto na continuidade.

O formulário de questões a ser preenchido pelos estudantes era composto por dados pessoais, onde o aluno deveria também indicar o curso e o seu número de matrícula. Adiante assinalaria o benefício que estaria pleiteando, e vinculada a esta questão outras que desejavam identificar o histórico de benefícios já solicitado pelo estudante. As demais questões diziam respeito a questões de moradia, renda e despesas familiares com habitação, saúde, educação, transporte, alimentação e lazer. Destaca-se que o item propriedade (terreno, apartamento, casa, estabelecimento, imóvel próprio / alugado ou cedido) era muito importante para os avaliadores, especialmente pelo nível de conhecimento que se desejava obter das propriedades da família. Acredito que este item fosse relevante por ser indicador das condições econômicas e sociais, e conseqüentemente balizador para a análise das condições de vida dos estudantes.

Nos formulários da década de 1980 constavam dois itens, que fugiam das questões presentes nos demais: a) Você possui alguma aptidão artística? Qual? e b) Você possui alguma aptidão desportiva? Qual?

Os alunos que pleitearam os benefícios neste período, possuíam em sua maioria idade superior a 18 anos, alguns inclusive na faixa dos 30 – 40 anos. Alguns destes alunos eram internos, o que é impensável nos termos do presente, uma vez que os alunos permanecem no internato até atingir os 18 anos, sendo

encaminhados para o auxílio moradia (externo com o recebimento de bolsa mensal de até R\$ 250,00), não podendo permanecer vinculados ao internato após esta idade em razão de orientação legal, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Naquele contexto, anterior a promulgação desta lei, conviviam no internato alunos maiores e menores de idade.

Destaca-se ainda sobre o internato que apenas a partir do ano de 1992 as alunas tiveram condições de solicitar este benefício, atingindo o que foi concedido desde 1923 aos alunos (na época menores desvalidos como já apresentado anteriormente). Timidamente as alunas ingressaram no Visconde da Graça e, hoje passam a ocupar a maior parte das vagas do internato e, também das matrículas na relação geral de estudantes.

Os dramas familiares vividos pelos estudantes, os quais ficaram registrados em algumas linhas na década de 1980, dizem respeito a dificuldades econômicas, situações de abandono por parte dos pais, contextos de conflitos familiares, relatos de mães zelosas que, reconhecidas por seus filhos, tornaram-se quase heroínas. A dificuldade de comprar materiais, de aguentar a fome que apertava durante a noite, de pagar o transporte, de comprar roupas são algumas das situações que eram ouvidas nas situações de entrevista para seleção dos benefícios. Muitas situações visuais, sobre a vestimenta (pouca roupa e muito frio) são recorrentes e, dimensionam também os dilemas vividos pelos agentes estatais diante do desafio de selecionar, de aplicar critérios, de manter a postura profissional diante do sofrimento humano. São casos e casos que se repetem.

Um dos casos é de um aluno interno, nascido em 1967, na cidade de Herval, e cursa o Técnico em Agropecuária. No seu formulário está assinalado “bolsa material didático”. Ele já recebeu bolsa de trabalho interna, atuando na jardinagem e no aviário do Visconde da Graça. Ele gosta de danças gauchescas e joga vôlei. Seu comprovante de renda familiar foi escrito a mão e está assinado pelo seu próprio pai, na data de 18 de dezembro de 1985. Nos documentos que integram o formulário há uma carta, remetida pelo Escritório da Assistência da Universidade Federal de Pelotas, em que consta o pedido do aluno para informar aos seus professores sobre sua ausência da cidade diante da necessidade de acompanhamento de sua mãe, que se encontra com problemas de saúde e em

tratamento na cidade de Porto Alegre. Na sequência consta o seguinte registro, datado de 14 de maio de 1986:

“Trouxe a certidão original de seu irmão (...). (O aluno) está enfrentando uma situação difícil, porque seu pai faleceu no começo do ano, por cirrose. Sua mãe também tem problema de saúde e atualmente está encostada pelo INPS. A correaria que de propriedade da família faliu, agora, alugaram o prédio (CZ\$ 300,00). (O aluno) tem uma filha e sua mãe é quem dá a mesada (CZ\$ 250,00). Seu irmão está desempregado. Pretende usar o benefício para ir mais seguido para casa e pagar o CAVG. Perdeu a bolsa trabalho porque ficou quase um mês com sua mãe”

E para encerrar sua solicitação, há na última folha uma declaração de pagamento de pensão para sua filha menor.

Registra-se ainda, a julgar pelo trecho da entrevista, que neste período eram cobradas taxas para os estudantes, o que talvez justifique a realização de trabalho interno (como os plantões) por parte daqueles que não tinham condições de realizar estes pagamentos.

O aluno do Curso Técnico em Agropecuária, nascido em 1962 e, residente em Pelotas, ingressou com pedido de bolsa manutenção e bolsa transporte. Em outra ocasião, já recebeu bolsa transporte, manutenção, vestuário e material didático. O aluno de 24 anos é órfão de pai e sua mãe possui problemas com a pressão arterial. Ele realiza refeições em casa e raramente no CAVG. O registro da entrevista com o aluno ficou assim narrada:

“(...) é um rapaz muito responsável e atualmente passa por dificuldades, pois seu pai faleceu ano passado, ficando a família em péssimas condições econômicas e emocionais. O aluno é muito apegado à família, faz tudo para ver sua mãe bem, deixa inclusive de ter sua própria vida, para se dedicar a ela. Está fazendo muito esforço para se formar e poder ajuda-la. Declarou que as bolsas que recebeu ano

passado e o estágio de férias (remunerados) foi que garantiram sua permanência no colégio. Não pede dinheiro algum para a mãe, somente para o ônibus.”

As dificuldades financeiras advindas com a perda de algum familiar, geralmente um dos provedores, são motivos apresentados em muitos registros como impulsionadores para a instabilidade do grupo familiar, agindo sobretudo nos membros que não possuem independência financeira, os estudantes neste caso.

Os problemas de saúde são também motivo para o aprofundamento dos dramas pessoais e familiares vividos pelos estudantes que pleiteavam os benefícios. Em muitos casos a situação se tornava ainda mais complicada tendo em vista a origem destes alunos, que fora do município de Pelotas, precisavam equilibrar-se entre moradia, alimentação, transporte e gastos com os estudos. Há muitos estudantes nesta situação, um deles é do aluno interno, de Cachoeira do Sul, com 18 anos. Ele solicitou bolsa manutenção, e já havia recebido em anos anteriores bolsa de trabalho interna e bolsa de estudo. Seu pai tinha problemas de coluna, o que exigia um recurso considerável por parte da família, restringindo os recursos a serem disponibilizados para o filho:

“(...) está cursando o 3º ano e gostaria de juntar o dinheiro da bolsa para ajudar em sua formatura, bem como comprar cadernos e apostilas que estão lhe faltando. Falou que se pai é doente da coluna e que no ano passado, passou viajando à Santa Maria para se tratar, gastando muito em remédios, implicando também no fato de não poder trabalhar durante algum tempo. Disse-nos que possui uma avó, que o ajuda a comprar roupas. O aluno trabalha nas férias, ano passado ganhou CZ\$ 1.000,00, que gastou na compra de roupas e material para começar o ano letivo.”

As mulheres neste período (1980 – 1990) surgem de modo tímido, as poucas solicitações talvez reflitam o baixo número de matrículas. A aluna do Curso Técnico em Agropecuária, com 20 anos e residente em Pelotas, solicitou

bolsa manutenção e transporte. Suas refeições são realizadas, geralmente, em casa e, raras vezes no CAVG. Ela reside com o marido e, no seu formulário não há informação de que tenham filhos:

“(...) casou ano passado e, encontra-se ainda com dificuldade de adaptação a nova vida. Tinha uma situação econômica mais estável que a atual. Falou que tem vontade de ter algumas coisas que atualmente não são mais possíveis. Pretende usar o benefício para pagar o ônibus (4 por dia) e para a compra de vestuário.”

Nos documentos da aluna foram encontrados formulários de anos anteriores, em que solicitava bolsa de trabalho externa, bolsa transporte, atividades esporádicas, material didático e bolsa manutenção. Nestes documentos adotava ainda o nome de solteira. Assinalou que caso fosse contemplada com bolsa trabalho externa desejava desenvolver tarefas relacionadas com o setor agrícola ou pecuária. As consecutivas solicitações da aluna indicam sua dificuldade de se manter financeiramente em período anterior ao casamento, talvez sua tentativa tenha ocorrido visando sua autonomia e independência financeira. Mas apenas especulação, dela não há outro registro que nos permita compreender a continuidade de sua história com a instituição.

No ano de 1992, como já apontado, as mulheres puderam solicitar o internato, fato que não era possível até então. A casa destinada às internas, foi improvisada, uma vez que até então apenas os homens podiam usufruir dos alojamentos. O local destinado provisoriamente foi uma das casas que servia de residência a funcionários no interior da instituição. Situada em local bem distante do internato masculino, a fim de evitar contatos entre os estudantes, a moradia para as internas permaneceu neste local até o ano de 2013, quando as internas foram alocadas juntamente com os internos, ocupando o mesmo prédio: andar superior os internos e, andar inferior as internas.

Nos documentos que pesquisamos constam 15 formulários de inscrições de alunas para o internato no ano de 1992. Destaca-se, na entrevista de duas estudantes, a importância atribuída ao internato, como única possibilidade dar

continuidade aos estudos. A aluna de 17 anos, oriunda de Cerrito Alegre, de pai agricultor e mãe dona de casa, ambos analfabetos, declara em nome de seu pai:

“Eu (...), ficaria contente se minha filha (...) conseguisse internato. Minha renda familiar mensal é de aproximadamente um salário mínimo, sou agricultor e moro na Colônia Cerrito Alegre, 3º distrito, mesmo tendo passagem escolar gratuita está sendo difícil mantê-la nos estudos, pois ela está morando de favor na casa de parentes e tem que pegar dois ônibus até chegar ao Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça.”

Já a segunda candidata ao internato naquele primeiro ano, com 16 anos e residente na cidade de Camaquã, tinha pai taxista e mãe professora estadual. Na entrevista, a candidata deixa claro seu acompanhamento e engajamento para que o projeto de internato feminino se tornasse realidade. Na questão 27 do formulário, que deixava livre ao candidato acrescentar informações que desejasse, a aluna assim respondeu:

“(...) venho a procura do internato desde 1990, fui muitas vezes conversar com o diretor e com o SOE para fazer sugestões e acompanhar o andamento do projeto. No ano passado não pude me inscrever pois não tinha comprovante de renda familiar.”

Neste contexto de abertura para o ingresso das mulheres como internas no Visconde da Graça, uma aluna já matriculada no 3º ano do Curso Técnico em Alimentos solicita para si a matrícula como interna, mesmo morando na cidade de Pelotas. Seu pai era falecido e sua mãe trabalhava por conta própria, realizando costuras e outros trabalhos artesanais. Nos seus documentos ela informou que não tinha condições de ter outra ocupação, de trabalhar para se manter. Um dos documentos que constava anexado ao seu formulário de inscrição era uma carta, escrita por ela mesma, expondo as razões de seu pedido:

“Não moro mais em casa por problemas familiares. As coisas dificultaram-se mais após a morte do meu pai, dezembro do ano passado. Hoje moro em um quarto de pensão com meu irmão mais velho. Ele pretende alugar uma casa, mas sei que isso não será por muito tempo, pois o que ele ganha não dá para todas as despesas e poder sustentar-me. Precisava muito do internato, assim eu poderia estudar sem dificuldades, pelo menos para que eu possa me formar, depois tudo fica mais fácil. Vou poder trabalhar e ajudar meu irmão.

Obs.: Não sou aluna repetente”

Não é possível identificar os parâmetros e indicadores acionados para classificar porque nos formulários não há apontamentos sobre quais alunos teriam sido incluídos. Há que se ponderar que os registros dependiam muito daquele que conduziu a entrevista. Destaca-se que, em determinados registros é possível identificar, por parte de quem conduzia a entrevista, o esforço narrativo na apresentação dos detalhes, das situações, das histórias familiares. Certamente uma sensibilidade que não era possível esconder, uma distância que não se pretendia estabelecer, uma empatia transbordante num texto de poucas linhas, que tinha a intenção de desvendar verdades e de construir versões possíveis do outro em poucos minutos.

Num dos formulários da década de 1980, cujo pacote trazia na capa externa “documentação ex-alunos internos 1988 (formandos, abandono, desistências), encontram-se 15 formulários, datadas de diferentes períodos. Dentre estes um chamou a atenção. Era o formulário de um jovem, interno, do Curso Técnico em Agropecuária, que solicitava bolsa de trabalho. Sua história, narrada em detalhes, constitui um conjunto de documentos que foram minuciosamente redigidos e organizados. Apresentarei alguns trechos para dimensionar o caso:

Registro 1: 20/11/1986

“Tem propriedade rural mas plantam pouco, pois tem muito mato e serra. Tem um irmão que está no quartel, mas recebe ajuda de mãe que é viúva; diz que tem muitos descontos e quase não recebe nada.

O aluno é seminarista e quer abandonar a carreira. Sente muito a falta do pai que morreu a 8 anos.

É muito pobre, relatou que não pode retirar as fotos para a ficha de inscrição, pois sua mãe não pode ajudá-lo.

É interessado e muito calmo, bem como carente. Trabalha nas férias para se manter (...)”

Registro 2: 08/06/1987

(...) é interno. Entrou este ano para a escola. É muito humilde. A mãe trabalha como doméstica [...] A mãe e a irmã moram na cidade de Canguçu com uma amiga que em troca da moradia a irmã faz o serviço doméstico.

Registro 3: 03/07/1987

“Querido filho como vais? Aqui com a mãe e os demais tudo bem, só com saudades. Meu filho envio através desta o que me pedes, o valor da pensão da mãe por mês [...] E do meu trabalho por mês [...] Se era isso já o tens.

Boa sorte

Abraços”

Registro 4: 31/05/1988

“O aluno [...] é interno. Mora em uma casinha em frente ao Mestria. Segundo ele pediu ao prof. XXX para morar ali porque era mais tranquilo. Colocou em entrevista que é noivo de um moça que reside em Canguçu, e que está louco para se formar para organizar sua vida, pois segundo ele a maior preocupação dele é ver a mãe ter que trabalhar em uma casa de família, pois ela já trabalhou muito em sua vida, e é muito doente. [...] Com a morte do pai os irmãos mais velhos, casados tomaram conta do que era dela, colocaram ele e a mãe para fora. A maior preocupação do aluno é o desconforto que a mãe vive. [...] Falou que faz biscates nos fins de semana para sobreviver. Diz que nas férias trabalhou na fábrica. Diz que não gosta de pedir dinheiro a mãe, pois mal tem dinheiro para ela, pois os medicamentos que toma são caros.

Nos parece um aluno que está precisando ser beneficiado com a bolsa, por sua situação econômica. [...] Está mal agasalhado para o frio que está fazendo.”

A longa descrição da situação do aluno que desejava ser selecionado com uma bolsa trabalho para ter condições de se assegurar suas despesas distante de casa. O pacote, que continha outros tantos formulários, deixou em aberto o caminho que seguiu este aluno, não sabemos se chegou a se formar, se desistiu naquele ano ou se abandonou definitivamente seu curso. O que se observa é a ênfase e a importância atribuída ao caso por parte dos profissionais que o acompanhavam, os atendimentos, os registros, os encaminhamentos que propuseram para que se mantivesse estudando. Esta sensibilidade é marcante também em outros registros.

No ano de 1996, nos formulários de “levantamento socioeconômico dos candidatos ao internato” encontramos a situação de uma família, produtora de fumo, no 6º distrito de Pelotas, Colônia Santa Silvana. O aluno matriculado no Curso Técnico em Agropecuária, filho de pais separados: pai camelô e mãe agricultora, declarava possuir 1 hectare de campo e 12 hectares de lavoura. Nesta terra cultivavam fumo, milho, batata, feijão dentre outros. Ainda relataram ter 51 animais, sendo 12 bovinos, 02 equinos, 07 suínos e 30 aves. No registro realizado por um responsável no CAVG temos o seguinte:

“os pais são separados, e a mãe e os dois filhos dependem dos avós. Na casa, além dos avós, do candidato, da mãe e da irmã, também mora uma tia de 13 anos. O pai é camelô e manda R\$ 50,00 de pensão para os dois filhos. Todos trabalham plantando fumo. É muito sacrificado. Tem que trabalhar de manga comprida, mesmo assim ficam com uma gosma nas mãos que só sai com clorofina²² pura. Necessita de alojamento. Não foi isento da taxa de inscrição (...)”

²²Clorofina é o nome comercial de um alvejante de roupas muito utilizado na cidade de Pelotas e arredores.

O comprovante de renda familiar oriundo da atividade agrícola, foi emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e juntamente com este documento foi entregue certidão de registro do imóvel.

O instante das entrevistas, conforme pude perceber a partir dos registros que restaram destes encontros, além de momentos formais entre os estudantes, suas famílias e a instituição, se constituíram de algum modo, num encontro único, por vezes secreto, em que algumas famílias manifestavam também seus dramas e dores. Talvez estes encontros tenham servido mais para um desabafo, do que propriamente uma reunião formal e impessoal entre um agente estatal e um pleiteante de auxílios. Transcrevo abaixo a situação de uma entrevista realizada no ano de 1999, para a seleção do internato feminino. Na ocasião, após uma longa conversa, que a mãe da aluna descreve em detalhes todas suas despesas, problemas de saúde e dificuldades familiares, o ponto central de entrevista, esconde-se no projeto de vida desejado pela mãe a ser seguido por sua filha. A busca por outros rumos para a vida de sua filha, se traduz num contraste, marcando uma distância em relação a trajetória de sua própria vida. Ao assumir o protagonismo da entrevista, a mãe expõe seus dramas passados, e deposita no futuro a esperança de superá-los:

“O pai da candidata mora na cidade, tem outra família e nunca assumiu a filha, foi um caso de adolescente. Quando passa pela rua, nem olha para a menina. A mãe é muito triste, pensa que não vale (a pena) viver assim: “Sou muito triste e sozinha”, não tem vizinhos com quem conversar, sempre espera a filha voltar para conversar, fica vendo TV à noite e chora muito: “Não é vida para minha filha, no fundo do mundo e comigo com este trabalho todo.”

Há neste sentido muitas outras situações de violência narradas em contextos de entrevista, dimensionando em poucos tópicos experiências suportadas por toda vida, sobretudo das mulheres-mães:

“(…) Os filhos pequenos não tem sapato para ir à escola. A mãe tem um rim de criança, quando tem cólicas tem que ir

urgente em ambulância para o hospital [...] Os pais estão se separando. O pai, quando os filhos chegam aos 17 anos quer escorraçá-los de casa. Já correu um filho. A mãe disse que se corresse os filhos sairia também, com os pequenos. (O marido) Chamou-a de gelada, fria e, (a filha) assistiu e, por isso que vir para a escola. Pai disse que a mãe é pior que as mulheres das bocas. Mãe chorou, disse que não pode trabalhar mais do que trabalha. Dorme em casa separada, mas procura-a sexualmente. O pai não deu nenhum documento para trazer para o colégio. Vieram na caminhonete da Sandu.”

É relevante apontar que neste período não havia a separação entre os assuntos de assistência e assuntos relativos à orientação educacional. Todos os assuntos relativos ao acompanhamento de estudantes estavam sob responsabilidade do setor que é popularmente conhecido nas instituições de ensino como Serviço de Orientação Educacional - SOE, que no caso investigado era conhecido por Unidade Especial de Orientação Educacional – UEQE. Destaco que o desmembramento é resultado do ingresso do Visconde da Graça no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul, a partir do ano de 2010. Anteriormente a isto toda responsabilidade sobre os assuntos dos estudantes era realizada por alguns servidores, não necessariamente vinculados à assistência, ou melhor, a classificação e seleção dos estudantes não estava restrita como atribuição de determinada categoria profissional

A identidade com o universo rural, talvez criado ainda no Patronato (1923-1934) e enfatizado no Aprendizado (1934-1947) certamente explique a centralidade do tema nesta investigação. O vínculo agrícola que possuíam grande parte dos estudantes que desejavam matrícula neste período (1980-1990) era muito grande. A busca por profissionalizar-se na área de vocação familiar, galgando novos espaços sociais conduziu muitos estudantes a optarem por estudar no Visconde da Graça. A vida no campo foi relatada em muitos casos, e também valorizada como critério importante de seleção, uma vez que, desde

o Aprendizado Agrícola (1934-1947) a origem rural era critério de seleção, e isto talvez tenha contribuído com a construção deste imaginário em torno do internato desde então.

As narrativas sobre o trabalho no campo desde cedo, associado com a história familiar de imersão nesta lida, foram frequentes e estão presentes em diferentes registros de entrevistas. Muitos destes alunos e alunas desejam permanecer no campo e, talvez, não se imaginassem realizando outra atividade. A baixa qualificação escolar dos pais e mães os relegaram baixos lugares na hierarquia social do campo, sendo em sua grande maioria, peões de fazendas e trabalhadores rurais sem usufruírem da posse de suas terras, trabalhando para terceiros, sobrevivendo de trabalhos precarizados. A saída para muitos continuava sendo vir para o internato do Visconde da Graça.

“(o filho) foi morar com o S. João da Silva pois os pais não tinham condições de mantê-lo. Os pais se separaram mais ou menos um ano e seis meses. O S. João da Silva é vizinho da antiga família. O filho estuda pela manhã e à tarde ajuda na lavoura e no serviço doméstico. [...] A mãe se mudou para Camaquã com o menino de 7 anos e a menina de 9 anos. [...] O pai trabalha como biscateiro, trabalha com tudo que é patrão, serviço de roça, cuida animais, etc., o que surge chamam. Vai fazer 60 anos. [...] O pai colocou que o tio do menino teve que ser internado (18 dias), pois teve contato direto com muitos venenos que colocam no fumo – esse tio não vai mais poder trabalhar – ficou todo queimado pelos braços (caiu a pele). Assim, o pai fica preocupado com o filho lá e mais tranquilo ele estudando aqui. [...] O candidato quer vir para cá (CAVG – Pelotas) e quer ver se o irmão de 17 anos volta estudar e vem para (o CAVG).”

A experiência da vida no internato permitiu para muitos o contato com sujeitos de diferentes origens e pertencimentos e, conseqüentemente a inserção em redes, que contribuíram para a reorganização de expectativas e projetos de

vida. Muitos projetos, construídos também na interação com demais colegas e servidores da instituição escolar, tomam como referência inicial o ingresso na instituição dramatizando a experiência de “ser interno” como eixo reorganizador das trajetórias.

Os relatos sobre a forma como souberam da existência da instituição pode sugerir que muitos deles foram apresentados a partir de contatos prévios, frutos de redes menores situadas nos locais de origem destes sujeitos.

No contexto dos relatos, sobressai-se a exposição quase linear de aspectos pontuais que acionados transmitem coerência e encadeamento explicitamente organizados, tomando como ponto de partida o ingresso na instituição. As definições de Velho (2003) “projeto” e “campo de possibilidades” sintetizam a experiência de campo relatada:

Projeto, nos termos deste autor, é a conduta organizada para atingir finalidades específicas. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de campo de possibilidades como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (VELHO, 2003, p. 40)

A discussão trazida por Gilberto Velho aponta para a existência de rede de relações (VELHO, 2003, p. 41) como condição capaz de reorganizar e ressignificar trajetórias, individualizando-as mesmo em um contexto tradicional (como àquele apresentado pelo autor). Não apenas isto, mas também as possibilidades de realização, que objetivas permitem que certas expectativas tenham como realizar-se plenamente. Ainda em Gilberto Velho (2003, p. 46):

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios.

A inserção no mundo do trabalho permitida a partir da reorganização dos projetos de vida e, portanto, de modo objetivo - de ser portador de um diploma

profissional - evidencia a potência das formas modernas e homogeneizadoras da constituição de si, do sujeito como resultado de seus potenciais e de seus talentos individuais, resultando numa crescente individualização e competição nas diferentes esferas da vida. Contudo, nem sempre a adesão a tal forma de organização de projetos individuais levou ao rompimento com a família de origem.

Observando-se, por fim, a relação das famílias com os agentes da instituição, sobressai uma mudança nos comportamentos destes últimos em relação aos períodos anteriores.

Neste período (1980-1990) a preocupação com os parâmetros e critérios adotados pelos responsáveis pela seleção dos estudantes. Na maioria dos formulários, a comprovação de renda que integra a documentação analisada é realizada pelas próprias famílias. Geralmente realizadas a próprio punho, traziam informações sucintas como o nome do responsável pela renda e o valor logo abaixo.

“Pensão familiar (CZ\$) 3.700,00

Trabalho como doméstica (CZ\$) 2.000,00

Somente para manutenção da casa.”

A família que assim declarasse a renda fazia parte de um universo de pessoas que vivem na informalidade e na invisibilidade das relações de trabalho. Ciente de tal contexto e, sobretudo, da realidade econômica e social dos estudantes que se dirigiam ao CAVG não resta dúvida que creditar a verdade a estes documentos expressou boa dose de coragem destes profissionais. Aceitar ou não aceitar foi uma escolha política, a qual tenho procurado evidenciar, foi determinante para a construção do internato, como direito, firmando-se como uma política de inclusão, superando práticas de repressão historicamente datadas e marcadas em sua história.

Nos anos 1980 – 1990 os formulários utilizados para solicitação de ingresso nos benefícios, alteraram-se muito quando comparado aos anteriores. Contudo, apesar das ênfases e interesses dados em diferentes períodos, há em

todos eles um item que trata especificamente da verdade das informações. Geralmente ao final, este item encerra o formulário e logo abaixo dele há um campo a ser preenchido, o da assinatura. No formulário da década de 1990 encontramos a seguinte redação:

“DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que todas as informações dadas são verídicas e que me comprometo a assumir as responsabilidades concernentes ao internato.

Pelotas, ___ de ___ de ___

Assinatura”

Em outro formulário encontramos uma redação mais elaborada:

“DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que todas as informações dadas são verídicas, estando, portanto, ciente de que a inveracidade implicará na perda do internato. Comprometo-me a fornecer informações complementares, caso haja melhoria da situação sócio-econômica familiar.”

Acompanhada desta busca de verdade, encontram-se também as denúncias, anônimas ou não. Alguns casos ficaram registrados nos documentos. Pequenos relatos, que aguardavam uma espécie de investigação para elaboração de uma sentença final. Em um dos processos de seleção para internato, nos anos finais da década de 1990, uma das candidatas foi denunciada pela mãe de outra candidata. O registro da ligação telefônica recebida em 08 de dezembro diz o seguinte:

“08.12.98 – Mãe da Fulana de tal, também candidata, telefonou informando que esta candidata possui 4 terrenos, 1 sobrado onde residem, tem prédio alugado. Mãe viúva,

recebe aposentadoria do esposo (CEEE). A comissão averiguará a denúncia.”

Num universo desigual, cujos lugares a serem ocupados são para poucos e não para todos, a disputa pela seleção e inclusão se torna objeto de ataque e defesa. A moral e ou a falta dela estão sob constante avaliação nesta busca pela verdade. Aos que mentem, enganam ou omitem não há segunda chance. E esta é a lógica da declaração que se encontra ao final de todos os formulários.

Assistiu-se, portanto, neste período (1980-1990) que os critérios de seleção passaram a contar com elementos qualitativos, cujos relatos aqui apresentados procuraram evidenciar. Nestes documentos as entrevistas foram extensamente descritas, o que deixa entrever a preocupação e a relevância das mesmas nas seleções dos estudantes.

Deste período destaca-se também a desvinculação entre estudar e ser interno. Apenas alguns, após análise social e econômica foram classificados como internos. Tal fato não se constitui em impedimento para ingresso, desde que aprovados no processo de seleção institucional, via vestibular.

A incorporação do Visconde da Graça à Universidade Federal de Pelotas, ocorrida no ano de 1969 trouxe alterações na vida institucional. A modernização das instalações, a oferta de novos cursos, o aprimoramento de dinâmicas burocráticas e também de gestão, foram percebidas sem rupturas abruptas no ordenamento local.

Na continuidade focarei na exposição de questões mais recentes. Alterações e resistências quando na migração para o modelo dos Institutos Federais (2010). O internato, embora bem menor em relação a quantidade de alunos atendidos, segue sendo ofertado, mas suas particularidades refletem os novos ordenamentos legais sobre infância e juventude.

4.5 – Internato hoje: os caminhos da assistência no Visconde da Graça

A assistência estudantil e os diferentes sujeitos que dela fazem parte (alunos, famílias, professores, assistentes sociais, pedagogos, etc) são figuras perenes, que já tiveram outros nomes, muitos rostos.

As demandas para atendimento aos estudantes em diferentes períodos do ano não cessam. A equipe de profissionais que constitui a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) embora possa parecer suficiente (duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma nutricionista e duas secretárias) em certos momentos não é o bastante para dar conta da complexidade burocrática envolvida naquilo que seus especialistas nomeiam de “monitoramento e avaliação das políticas da assistência”. Além destas atribuições, voltadas exclusivamente para o “uso dos benefícios”, os profissionais lotados na CAE têm ainda a tarefa de atendimentos aos estudantes, seja individualmente ou em grupo, e em algumas vezes também fazem acompanhamentos de familiares de alunos.

Entre assistentes sociais há uma visão compartilhada sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Visconde da Graça ser o mais baixo de todo IFSul, o que serve também para justificar a elevada procura dos estudantes pela CAE²³. Portanto por serem o público com menor renda per-capta, a Assistência Estudantil do CaVG consome uma fatia considerável dos recursos da “fonte 100”, os quais se destinam exclusivamente para execução de projetos da Assistência Estudantil.

O lugar ocupado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil não é fixo. Para se ter uma ideia, desde o início da pesquisa ocupou 3 espaços distintos: já esteve por algum tempo alojada numa sala de aula, depois migrou para uma sala do prédio administrativo, e atualmente foi deslocada para outra sala provisória e improvisada para este fim, no prédio do internato. As mudanças resultam de decisões administrativas, e vem sendo realizadas ao longo dos anos como prática frequente no Visconde da Graça. As paredes móveis, retiradas e

²³ O consenso é resultado de evidências práticas quantificáveis em relatórios e listas de alunos com “perfil” para acessar os benefícios de assistência previstos no PNAES. As avaliações sobre o perfil é obtido através da apresentação de documentos por parte dos estudantes e suas famílias, bem como, das entrevistas realizadas com cada candidato pleiteante de benefícios de assistência estudantil.

realocadas aqui e acolá, são imagens frequentes e que já não causam estranhamento: dividem salas, acomodam ambientes, tornando-os adaptáveis e cambiantes de acordo com a necessidade.

A atual sala que abriga a Coordenadoria de Assistência Estudantil, esteticamente está recoberta de paredes móveis, as únicas paredes em alvenaria são as externas. Subdivide-se em pequenas salas menores, todas com portas de acesso a um estreito corredor central, em que se avista o salão central. Neste pequeno corredor ainda divide espaço com armários para uso dos profissionais, especialmente para guarda de documentos correntes como ofícios, memorandos, diários, protocolos, relatórios, etc. Estas salas menores são dotadas de infraestrutura mínima para trabalho dos servidores e também para realização de atendimentos dos alunos como cadeiras, mesas e mais armários, além de computadores e telefone fixo. A grande sala da CAE contém cinco espaços menores: Sala do Serviço Social, Sala de Psicologia e Nutrição, Sala da Coordenação e Internato, Sala do Arquivo do Serviço Social, Recepção (um pouco mais ampla) e também um pequeno espaço para realização de refeições dos membros da equipe da Assistência, tanto servidores efetivos quanto terceirizados.

A partir da criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008 e de sua formalização através do Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, a AE nas instituições federais de ensino assume um novo status. Estruturando-se em ações específicas que visam garantir a permanência e o êxito dos estudantes, prevê como prioridade de atendimento: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O PNAES, ao definir áreas prioritárias de atenção, e dispor de recursos orçamentos específicos para sua execução, eleva a AE a um patamar até então não atingido. Na história da assistência, sobretudo a de nível superior, apareceram prioritariamente a moradia estudantil e a alimentação:

(...) pode-se afirmar que a tradição do apoio estudantil se alicerça principalmente no provimento direto ou mesmo na facilitação, por algum meio indireto, da moradia estudantil e na garantia de alimentação subsidiada, via de regra, mediante os restaurantes universitários, por parte do ente público ou mantenedora privada

responsável pelo orçamento da instituição de educação superior de que se trate. (BRASIL, 2011, p. 3)

O PNAES integrou uma série de ações conduzidas pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2014) com significativa ampliação do número de instituições e, conseqüentemente da oferta de vagas (BARROS, 2014, p. 20-21). Tal política de governo também levou ao reordenamento das ações de assistência nos Institutos, ampliação das áreas de atuação e incremento tanto de profissionais, quanto de estudantes atingidos. Pode-se considerar que tal período se caracterizou por avanços consideráveis no acesso de estudantes tanto ao ensino técnico/profissional e superior, quanto a certas garantias mínimas, as quais se tornavam asseguradas:

A implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil representou um marco histórico na área da assistência estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido, que os alunos de baixa condição socioeconômica, acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigado a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional. (VASCONCELOS, 2010, p.410)

E foi neste contexto de ampliação que a CAE expandiu seu corpo de profissionais, incorporando através da contratação de especialistas de diferentes áreas do conhecimento como: assistência, psicologia e nutrição. Todos estes profissionais passaram a integrar a AE a partir de 2010²⁴.

O impacto da incorporação destes técnicos se fez sentir também nos procedimentos administrativos adotados, os quais foram sendo progressivamente burocratizados, destacando-se por exemplo a adoção de “editais” em praticamente todos os procedimentos públicos da AE²⁵.

²⁴ O Visconde da Graça, como se poderá verificar na continuidade, esteve vinculado à Universidade Federal de Pelotas de 1969 à 2010. Nesse período o Visconde da Graça contou, por extensão, com os profissionais que atuavam na Assistência Estudantil daquela Universidade. Há registros em atas da década de 1980 que mencionam as jornadas de trabalho de profissionais como assistentes sociais e psicólogos em ambas as instituições, realizando, por exemplo, processos de seleção tanto para o internato do CAVG quanto para a Casa do Estudante da UFPel.

²⁵ Cabe registrar que para ingresso nos benefícios, e tomando por base a documentação até o momento analisada, acredita-se que a adoção de editais se configure como prática antiga, utilizada inclusive na seleção dos primeiros alunos do Patronato Agrícola, em 1923.

Os editais são uma realidade presente desde muito cedo na vida dos alunos que se propõem estudar no CaVG, uma vez que para se candidatar a uma vaga na instituição o estudante deve seguir as regras para inscrição, cujo conteúdo encontra-se de um extenso documento (edital para vestibular) que contem em média 45 páginas, organizadas em itens que vão desde a forma de preenchimento da inscrição, as regras e condições para participação no exame e muitos anexos. E é neste edital que constam as regras especiais para ingresso como aluno interno do CaVG. Por isso, observação às regras é desde muito cedo uma questão importante para estes alunos.

A seleção do internato ocorre anualmente e se dá, atualmente, paralela ao processo de vestibular da instituição. Os estudantes candidatos ao regime de internato concorrem entre si, e sua classificação será composta de uma média aritmética simples obtida a partir do resultado de sua nota na prova (50%) e do resultado do estudo social (50%) realizado por assistentes sociais lotados na CAE, a partir de metodologia previamente estabelecida. Os aprovados para o regime de internato gozam desde sua matrícula, diferentemente dos demais estudantes - do alojamento em quarto compartilhado com outros três estudantes, da realização de cinco refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde, janta e ceia) e do auxílio transporte urbano e intermunicipal.

O internato é hoje disponibilizado apenas aos estudantes menores de idade e que estejam cursando o ensino integrado (formação de nível médio associada ao ensino técnico profissionalizante que acontece nos dois turnos: manhã e tarde). Desde 2013 ocupam um mesmo prédio alunos de ambos os sexos, sendo alocados homens no andar inferior e mulheres no andar superior.

O alojamento, como também é conhecido o internato, possui ainda vigilância em tempo integral por assistentes de alunos durante 24 horas do dia. E os alunos devem seguir as orientações relativas aos horários das refeições, de entrada e de saída tanto do internato, quanto da instituição. Ressalta-se que aos estudantes é permitida a saída da área escolar desde que exista prévio consentimento dos pais, e nos casos em que exista tal autorização, devem antes de saírem, informar aos assistentes de alunos do alojamento, bem como ao responsável pelo alojamento na Coordenadoria de Assistência Estudantil, a fim de dar ciência aos pais/responsáveis do afastamento do estudante. Ao informar a saída, o aluno deve mencionar também o horário previsto de seu retorno e,

caso não retorne à noite, sua ausência será considerada falta, o que não ocorre se o aluno estiver amparado por atestado médico. Contudo, embora todos os rigores previstos em regimentos institucionais, a prática dos estudantes está longe de seguir as orientações e normas que estão previstos em tais documentos.

Aos alunos em regime de externato, os editais para ingresso nos benefícios são divulgados no início de cada semestre letivo, e para aqueles não iniciados trata-se de um documento burocrático, complexo e muito específico acerca dos procedimentos para seleção e inclusão. E até que se formalize o vínculo de “assistido” entre a CAE e o estudante, os alunos necessitam aguardar o resultado final da seleção, o que pode ser superior a um período de trinta dias.

Contudo, o que se verifica entre os estudantes é uma atitude de espera ativa, reivindicatória e mobilizada, que tenho percebido como um comportamento presente em diferentes episódios institucionais.

É interessante perceber nesse caso, algo que tenho observado ao longo deste estudo, que refere as repercussões que os assuntos ligados ao internato de maneira particular e a assistência estudantil de maneira geral, geram na comunidade interna e externa. Não raras vezes se tornam alvo de debates, comentários, intervenções e propostas, o que coloca os alunos beneficiários/assistidos sempre em situação de destaque e, por isso, objeto de observação e análise de grande parte da comunidade acadêmica.

As expectativas geradas em torno dos alunos referem, a dois modos de aprovação: um deles nas disciplinas estudadas (aprovação no sentido mesmo de obter pontuação mínima para ser considerado apto) e, outro no que diz respeito ao comportamento (devem ser exemplares).

Pondero, no entanto que é prática comum na assistência a contrapartida do usuário de determinado benefício. Em trabalho anterior (PEREIRA, 2008) evidenciei que o Programa Bolsa Família, implantado no Brasil, previa a transferência de renda com condicionalidades por parte das famílias, as quais incluíam o comparecimento mensal ao Posto de Saúde para acompanhamento das crianças, bem como a manutenção da frequência escolar. E, caso a família não cumprisse com o exigido, estaria sujeita ao desligamento do benefício, dentre outras sanções.

O conjunto de exigências muito similares são replicados em diferentes contextos da assistência, incluindo a estudantil. Há necessidade de atenção com a frequência mínima às aulas, o número de faltas mensais no restaurante (auxílio alimentação), o uso do adequado do auxílio transporte verificada mensalmente através do relatório enviado pelo Consórcio Municipal do Transporte Urbano de Pelotas; além da apresentação de comprovantes de pagamento do auxílio moradia, também do transporte intermunicipal. A permanência, e os aspectos que a serem avaliados para tal, encontram-se listados no artigo 24 do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFSul: *“A frequência, o aproveitamento acadêmico e a utilização adequada do benefício serão exigidos como contrapartida do estudante, conforme normatização específica elaborada pelo Câmpus”*. Além destes aspectos é também observada a conduta dos estudantes, cujas diretrizes constam na Organização Didática do IFSul. Tal documento prevê penalidades como suspensão e também cancelamento de matrícula em caso de reincidência por indisciplina, o que leva conseqüentemente ao afastamento do estudante da sala de aula, e, portanto, a perda dos benefícios a que tem direito. Claramente se percebe uma contradição institucional na observação e aplicação de diferentes direitos.

A procura dos estudantes pelos benefícios da política de assistência estudantil fez crescer anualmente o número de alunos atendidos. A média dos últimos anos (2011 – 2014) tem sido 700 alunos (distribuídos entre os auxílios: alimentação, moradia e transporte), excluindo os alunos internos que geralmente constituem um grupo de 100 estudantes.

Os dados atuais da assistência estudantil ficaram inacessíveis à pesquisa, uma vez que com a constituição da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE), profissionais como assistentes sociais se encarregaram da gestão destes documentos. O caráter sigiloso que cerca este campo de atuação profissional justifica esta lacuna.

Observando-se de modo mais atento, especialmente os processos de seleção que foram implementados ao longo dos anos, a constituição de dinâmicas burocráticas, estavam de acordo com a caricatura das sociedades modernas, centradas no indivíduo. A marcante presença do Estado como instituição que desejava levar adiante políticas e projetos de integração,

refletiram as demandas que foram priorizadas por tais instituições, conduzindo os sujeitos (potenciais beneficiários de tais políticas) a se adequarem em um projeto maior, validado e referendado por estas mesmas instituições.

Nesta direção, aproximo-me de Norbert Elias (1994) em sua reflexão acerca do processo de formação das nações (p. 149): *“No estágio atual e mais recente de desenvolvimento, o processo de formação das nações dá sua própria contribuição para um novo avanço da individualização em massa”*. A concepção organização em torno de critérios formais, impessoais, validados através da identidade-eu, desejava se constituir em elemento uniformizador para a seleção dos assistidos, isentando-os de relações que pudessem supor preferidos e/ou indicados. Buscou-se assim o estabelecimento de critérios e indicadores precisos para a construção do chamado “perfil do aluno assistido”. De acordo com o Programa Nacional da Assistência Estudantil – PNAES: “Serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.” Tal critério conforme observado não dá conta da demanda existente, o que tem levado profissionais da área a repensarem os critérios de inclusão, aliando outros critérios como a saúde familiar (doenças crônicas e/ou uso de medicação contínua), residência própria ou alugada, dentre outros, ou seja, o que é possível de avaliação – para além dos critérios de renda.

Nos últimos anos, os processos de seleção para ingresso no Visconde da Graça desvincularam-se do ingresso no internato e nos benefícios da assistência. Contudo, segue uma particularidade importante que diz respeito ao perfil do estudante, o que tenciona a permanência do estudante sem benefício.

As camadas de seleções podem gerar paradoxos, uma vez que nem todos dispõem de condições materiais para se manter numa instituição de ensino em tempo integral (como ocorre com todos os alunos do ensino médio integrado). Dos alunos exige-se competência para assimilar o universo de códigos e processos burocráticos, e o que deveria se apresentar como condições para permanência, muitas vezes se coloca como impedimento.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poema de amor ao CAVG

Juarez Machado de Farias

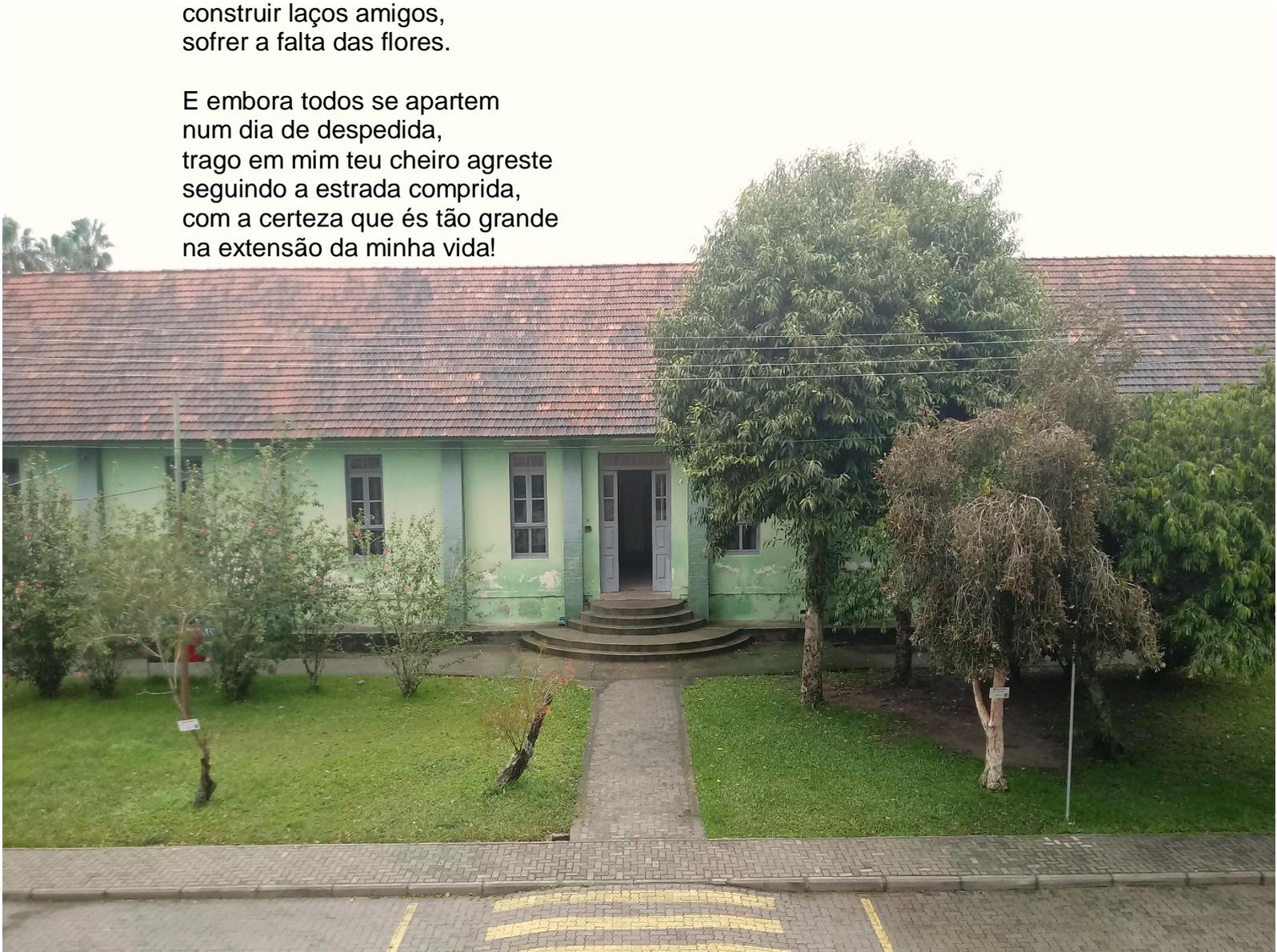
Teu caminho de eucaliptos
me viu de malas pesadas
fazendo lar no teu colo,
verdoso em copas fechadas.

Das lições da tua boca
trago, hoje, a experiência
de quem aprendeu contigo
amar a própria querência.

Desvendei as tuas veias,
descobri tuas amoras.
Sempre me acordava cedo
pro café das sete horas.

Além das salas de aula,
me ensinaste outros valores:
construir laços amigos,
sofrer a falta das flores.

E embora todos se apartem
num dia de despedida,
trago em mim teu cheiro agreste
seguindo a estrada comprida,
com a certeza que és tão grande
na extensão da minha vida!



Percorrer as dinâmicas da assistência de uma instituição de ensino agrícola indicou pistas para uma reflexão mais ampla sobre a assistência à infância pobre no Brasil. O cruzamento de elementos da historiografia e da antropologia sobre infância aliado a análise de práticas locais foi o caminho teórico e metodológico assumido nesta pesquisa.

A abordagem etnográfica documental, uma forma particular de investigação que toma o documento como sujeito de pesquisa, foi a estratégia adotada para acessar o ponto de vista dos nativos. Ao avançar no trabalho de campo, fui percebendo que pretendia investigar além do que continha o documento, aquilo que deles se desprendia. E isso levou um tempo considerável que incluiu também a construção do próprio local em que estavam estes documentos. Tornar visível esse acervo, no sentido material e simbólico, foi um desafio imenso e as imagens presentes ao longo deste texto, bem como os recortes de depoimentos e registros dos materiais escritos e imagéticos que investiguei, são uma pequena amostra do trabalho empregado nesta pesquisa.

Os documentos que investiguei resultaram de uma intenção humana de continuidade, de registro, de permanência, de imutabilidade, elementos muito próximos das intenções burocráticas das modernas instituições estatais. Por outro lado, também sabemos (e isso é uma discussão que não nos abandona nas Ciências Sociais) que a vida das pessoas é muito mais: é diversa, multifacetada e absurdamente dinâmica.

A montagem da etnografia se deu a partir de dois aspectos: o historiográfico e o etnográfico. A intervenção sobre as famílias pobres no Brasil vem de longa data e, para compreendê-la, apoiei-me nas discussões sobre a constituição do estado, especialmente na literatura que aborda as instituições e suas intenções de regulação e consenso.

Investindo na abrangência que o trabalho de campo impôs, necessitei realizar escolhas e, conseqüentemente, definir quais aspectos seriam apresentados para compor a narrativa etnográfica. A etnografia do Visconde da Graça fala das histórias das crianças e jovens que lá estiveram e que ainda estão: suas formas de ingresso, seu cotidiano, o tratamento que receberam, os vínculos familiares, educação e trabalho dentre outros aspectos.

Os patronatos agrícolas se construíram como mais uma instituição de assistência / intervenção sobre as crianças pobres. Eles podem ser considerados como uma espécie de ensaio para o que se tornaria uma complexa forma de intervir sobre famílias em condição de vulnerabilidade.

A permanência de instituições de ensino junto Ministério da Agricultura até a década de 1960 no Brasil (mesmo com a criação do Ministério da Educação na década de 1930) dão pistas sobre a importância da educação de meninos pobres e de sua relação com questões de raça, masculinidade e ruralidade.

Ao passar brevemente por cada período histórico, busquei apresentar os impactos nas ações locais no Visconde da Graça advindos por meio de decretos e portarias, os quais alteravam a política de educação agrícola brasileira.

Na fundação da instituição, ano de 1923, como Patronato Agrícola, priorizei a apresentação de aspectos que tornassem possível a compreensão do modelo de educação e intervenção que perdura ainda hoje em muitos aspectos. A articulação entre proposta educativa e trabalho foi muito forte a ponto de se mantida até bem pouco tempo, especificamente até o ingresso na rede federal de educação profissional e tecnológica (2010), quando o então Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, vinculado à Universidade Federal de Pelotas, migra para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

O ingresso no patronato era atribuição exclusiva do Juiz de órfãos, sendo este responsável por ordenar matrículas e desligamentos de menores. Muito embora as famílias tivessem que se dirigir ao Juiz para efetuar tais solicitações, não se encontrou qualquer registro sobre estes menores que indicasse a vinculação deles com participação em crimes ou envolvimentos com a polícia, o que leva a confirmar ainda mais fortemente a judicialização da pobreza no Brasil.

Posterior à era dos patronatos, a proposta dos aprendizados agrícolas ofertada no Visconde da Graça entre 1934 a 1947 manteve em suas dinâmicas muito do que foi estabelecido no período anterior. No entanto, uma das maiores mudanças ocorreu na forma de ingresso que passou a ser coordenada pela própria instituição, retirando-se assim a responsabilidade do juiz de órfãos. Neste período é mais visível a presença das famílias, e por este motivo, são

estabelecidos critérios para ingresso, muitos deles explicitados nas solicitações de matrículas dos estudantes.

Num salto para a década de 1980, temos uma diversidade de documentos, o que nos leva a pensar mais uma vez sobre a multiplicidade de controles e dispositivos que foram sendo adotados com maior intensidade e rigor. Além da preocupação com o volume da documentação, explicita-se a relação com questões de direito que envolvem a ação dos agentes do estado a frente de órgãos públicos, incluindo-se assim a orientação da ação para questões que envolvem legalidade, impessoalidade e formalidade. Embora tal preocupação emergja dos documentos, verifica-se também, ao se analisar aquilo que documentam, questões disciplinares, punições aplicadas a estudantes que descumprem regulamentos, cartas de alunos e famílias apelando para a permanência na instituição de ensino dirigidas a instâncias deliberativas e responsáveis pelo julgamento. E, visualizou-se também, alunos insurgentes diante das deliberações advindas desses órgãos.

Neste período, também, as avaliações realizadas e registradas nos formulários indicam o peso da subjetividade no contexto das entrevistas, apontando um universo de relações de proximidade estabelecido com os alunos que pleiteavam assistência.

O lapso temporal que se assistiu na passagem para a década de 1980 expõe, mais uma vez nesta investigação, o quanto a pesquisa em acervos não pode se dar alheia aos processos históricos que também forjaram e constituíram esta instituição ao longo dos anos. A ditadura militar vivida, iniciada em 1964, pode ter sido um dos motivos deste apagamento documental.

Por 69 anos somente meninos tiveram acesso ao internato no Visconde da Graça, o que não significou a interdição das mulheres como estudantes. É sabido que mulheres desde a década de 1950 frequentavam o Visconde da Graça como alunas e professoras, que acabaram construindo o Colégio de Economia Doméstica Rural. Há, portanto, na discussão sobre a participação das mulheres, uma imensa lacuna a ser preenchida e que não foi possível no escopo desse trabalho.

Atualmente, tem-se consolidado o espaço da assistência estudantil e, deste lugar, tenho apenas impressões, oriundas do lugar por mim ocupado como professora do Câmpus Pelotas – Visconde da Graça - CaVG. Não tive acesso aos documentos do tempo presente porque a mim foi interditado, são considerados sigilosos e, interditados à consulta por parte de outros profissionais que não os assistentes sociais da Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE. A consolidação do espaço de atuação profissional implica na delimitação das informações, que quando expostas ocorrem através de jargões compartilhados entre aqueles que fazem parte da equipe técnica:

[..] una fructífera manera de construir el campo de la investigación há sido abordar las prácticas escritas de las instituciones estatales. Estas prácticas se materializan en distintos documentos, muchos de los cuales se encuentran en los archivos de esas instituciones y son de acceso público, mientras que otros se consideran secretos, reservados o confidenciales y difícilmente un investigador puede acceder a ellos. (MUZZOPAPPA, VILLALTA, 2011, p. 36-37)

Assiste-se, hoje, a um recuo considerável das políticas de inclusão, o que tem causado preocupação entre os profissionais da assistência, que estão permanentemente sendo objeto de questionamentos e intervenções externas. Garantir os mínimos se tornou o mais essencial em tempos de retrocessos.

Dediquei esforços para evidenciar que a assistência, além de vir acompanhada de um processo de racionalização estatal, foi e é também fruto desta mesma racionalização. Assim, ela própria foi construindo a racionalidade de que tanto necessitava para a construção de um espaço específico de atuação, de existência de um corpo técnico-profissional.

“Nestes termos, pede deferimento” é uma etnografia que pede passagem, que irrompe enquanto tentativa de encontrar as vozes dos alunos, de suas famílias, buscando apontar contornos mais visíveis de tantos meninos e meninas que por muito tempo foram números e estatísticas em relatórios.

A prática de internamento como se desejou evidenciar, passou por muitas transformações, sem deixar de se fazer sentir os significados que nasceram com o Patronato. Em determinado momento de sua história, o Visconde da Graça foi abandonando a missão de “educar os menores desvalidos” e os “órfãos”, discurso presente nas práticas moralizantes da

assistência no início do século passado. O desenvolvimento de um projeto educativo, focado na classificação daqueles que serviriam à Nação através do trabalho agrícola, foi tornando-se o objetivo da instituição. A partir daí as práticas de internamento são tomadas como parte de um projeto educativo e não repressor, como fora no passado e exclusivamente voltado aos menores abandonados.

Optei por ser fiel às temporalidades que encontrei junto aos documentos disponíveis no acervo. As lacunas confirmam que há muitas coisas em aberto, talvez incontáveis. Muitas histórias os documentos ocultaram, muitas possibilidades de registro que também não interessaram aos agentes estatais e suas burocracias. Não há como ser completo sem ser parcial.

De fato, o que de substancial ficou registrado é a história “contada” por quem tinha acesso aos estudos, à imprensa e às gráficas, i.e., pelos representantes da elite. Os que escreviam tinham uma atuação na esfera pública – os mesmos que intervinham sobre a vida dos pobres, os que faziam as leis, reformavam as instituições e as pessoas, de acordo com seus valores. (RIZZINI, 2011, p. 38-39)

O caminho que escolhi foi todo percorrido numa tentativa de escutar um pouco além da formalidade aparente dos documentos. Esforcei-me para seguir cada passo dado pelas famílias, suas estratégias de ingresso e as aberturas que os documentos evidenciavam. Busquei, nestas pequenas fissuras institucionais, as marcas deixadas por aqueles que também não selecionados, aqueles que foram classificados como “desistentes” ou “não selecionados”. E foram muitos. E ainda continuam sendo muitos os que ficam do lado de fora.

Palavras finais

Como fechar algo que ainda ressoa? Como dar um ponto final deste trabalho que me tomou quatro longos anos? De que maneira encontrar palavras para dizer sobre o investimento na construção do acervo? Como colocar tudo que ainda pulsa e que ainda não foi contado?

A vida de uma palavra está na sua passagem de um locutor a outro, de um contexto a outro, de uma coletividade social a outra, de uma geração a outra. E a palavra não esquece jamais seu trajeto, não pode se desembaraçar inteiramente da influência dos contextos concretos de que fez parte (...) Todo membro de uma coletividade falante não encontra palavras neutras, linguísticas, livres de apreciações e orientações de outrem, mas sim palavras habitadas por vozes outras. (AMORIM, 2004, p. 133)

Numa tentativa de diálogo com as diferentes vozes que constituem o acervo, as vozes de alunos, de suas famílias, dos gestores, do próprio Estado, acrescentei-me ao coro. Vozes que misturaram-se, que emprestaram sentidos às palavras das quais fui aos poucos me apropriando e que hoje tomo como minhas. As respostas que desejei, que busquei, e aquelas que consegui formular, todas elas foram motivadas e enunciadas pelas vozes que em mim irromperam a partir dos documentos. Para dar conta daquelas que ainda não foram encontradas, seguirei tentando. Devo isso a tantas crianças e jovens que ficaram e que ainda ficarão nas margens das instituições escolares. A elas, este trabalho pretende ser uma resposta diante de tantos porquês.



REFERÊNCIAS:

- Livros, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses:

AGUILAR FILHO, Sidney. Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil. 2011, 357f. **Tese**. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251194>

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ANTUNEZ, José Leonel da Luz. **CAVG: História de um Patronato**. Pelotas: Editora Universitária / UFPel, 1996.

BAJTÍN, Mijaíl. **Yo también soy: fragmentos del outro**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: EGodot Argentina, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 6ª ed.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I – A estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História** (São Paulo) v. 30, n.1, p. 397-411, jan/jun 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa / Portugal, Rio de Janeiro: DIFEL e Bertrand Brasil, 1989. (capítulos I, III e VI)

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 3. ed.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014. 5ª ed.

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues (Org.) **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa: FAPERJ, 2014.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **“Como se fosse meu filho?”: As crianças e suas famílias no Juízo de Órfãos de Porto Alegre (1860-1899)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2015. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: O aparecimento do manicômio jurídico na passagem do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes antropológicos*. [online], 2001, v. 15. p.107-147.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. (6. ed.)

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: Poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: Uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEL PRIORI, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. 7ª ed.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986 (2. ed.)

DOUGLAS, Mary. **Como pensam as instituições**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1986.

DREYFUS, Françoise. **La invención de la burocracia: servir al Estado en Francia, Gran Bretaña y Estados Unidos Siglos XVII – XX**. Buenos Aires: Biblos, 2012.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador volume 2: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2016. 2ª ed.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 28. ed.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Centauro, 2005. 7ª ed.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. 14. ed.

GOODY, Jack. **La lógica de la escritura y la organización de la sociedade**. Madrid: Alianza Editorial, 1990

KROTZ, Esteban. **Antropología jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2002.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura. A educação do campo e os textos constitucionais: Um estudo a partir da constituição federal de 1934. IX ANPED Sul 2012: Seminário de pesquisa em educação da região sul. **ANAIS**, 2012.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de antropologia política/UFRJ, 2002

MARTINEZ, Maria Josefina. La guerra de las fotocopias. Escritura y poder en las prácticas judiciales. In.: PALACIO, Juan Manuel. **Justicia y sociedad en América Latina**. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2007.

MONQUELAT, A. F. **Pelotas dos excluídos: Subsídios para uma história do cotidiano**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2015. 2ª ed.

MUZZOPAPPA, Eva; VILLALTA, Carla. Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y

documentos estatais. Revista colombiana de Antropologia. Vol. 47(1), enero-junio 2011, p. 13-42.

NADAI, Larissa. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e de atentado violento ao pudor**. Campinas: Unicamp, 2012. 275 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida. In.: **Universidade e Sociedade**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2014. Ano XXIII, N. 53.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Pelos caminhos do Deméter: Os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910 – 1947)**. Salvador: UFBA, 2010. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Gleicelzaura da Costa. **De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: O que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?** Belém: UFPA, 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi – Memória-História**: Lisboa, Imprensa Oficial / Casa da Moeda, 1984.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. 3. ed.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percorso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rop; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância**. São Paulo: Cortez, 2011b.

RUBIRA, Luis (org.) **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. v. 3: Economia, educação e turismo. Pelotas: Pró-Cultura RS / Editora João Eduardo Keiber ME, 2014.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: Uma etnografia do “campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2005, 345f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5386>

SILVA, Cristiano Lemes da. **“Me” vou pilchado pra aula, um tento atando os “caderno”, que eu sou o próprio Rio Grande cruzando o mundo moderno: um estudo antropológico sobre a construção e a atualização da identidade – subjetividade gaúcha no Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Pelotas – Visconde da Graça (IFSulCaVG)**. 2016, 135 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha: Polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910 – 1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

VICENTE, Magda Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas / (1923 – 1934): gênese e práticas educativas**. Pelotas: UFPel, 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2010.

VILLALTA, Carla. **Entregas y secuestros: El rol del Estado em la apropiación de niños**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Porto; Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O campo na selva, visto da praia. Revista Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 170-190.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. (Capítulos 1 e 2, p. 27-58).

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

- Decretos, leis, portarias oficiais:

BRASIL. Decreto nº 15.102, de 9 de Novembro de 1921. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15102-9-novembro-1921-522003-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html> Acesso em: 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 12.893 de 28 de fevereiro de 1918. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 24.115 de 12 de abril de 1934. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24115-12-abril-1934-512582-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 1.029 de 06 de janeiro de 1939. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1029-6-janeiro-1939-350236-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 14.252 de 10 de dezembro de 1943. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14252-10-dezembro-1943-462045-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 22.506 de 22 de janeiro de 1947. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22506-22-janeiro-1947-341153-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso de 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 52.666 de 11 de outubro de 1963. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52666-11-outubro-1963-392917-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 53.558 de 13 de fevereiro de 1964. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13->

[fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html) Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto 62.178 de 25 de janeiro de 1968. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto lei nº 750 de 08 de agosto de 1969. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-750-8-agosto-1969-375218-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 de novembro de 2014.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em 15 de junho de 2016.

BRASIL. Portaria 715 de 31 de maio de 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6035-port-2010-715&Itemid=30192 Acesso em 15 de junho de 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7234-19-julho-2010-607316-publicacaooriginal-128168-pe.html> Acesso em: março de 2013.

ANEXOS

1.Processo de matrícula aluno nº 4

Nº 4

Honorio Flores

Mat. 11/10/23

(Fallece no dia 13-9-927) Alonso

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

SERVIÇO DE POVOAMENTO

Patronato Agricola "Visconde da Graça"
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PELOTAS

Boletim de Notas do Curso elementar

Alumno n. 4 de nome Honorio Flores

Anno de 192 4

1924-Globo-Pelotas

MEZES	NOTAS DAS SABBATINAS				SOMMA	MÉDIA
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a		
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maio				2	2	2
Junho	2	3	<i>faltou</i>		5	2 1/2
Julho	—	—	—	—	<i>Faltou todo o mez</i>	
Agosto	—	—	—	—	<i>Faltou</i>	
Setembro	2	3	3	<i>faltou</i>		8 2/5
Outubro	<i>faltou</i>		3	3	3	3
Novembro	"	2	3	4	9	3
Dezembro	3	<i>exames finais</i>			3	3

Média annual: 2 3/5

Exames (*Portuguez: 7*) (*Matematica: 8*)

Gráu de approvaçào: 6

Carlos Antão J. J. J.
Professor

SERVIÇO DE POVOAMENTO

PATRONATO AGRICOLA

ESTADO DE

BOLETIM DE NOTAS DO CURSO

Alumno n.

de nome

Anno de 1924

Pap. Mendes-Ouvidor, 60

MEZES	NOTAS DAS SABBATINAS				SOMMA	MÉDIA
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a		
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maio						
Junho	3	3	3	3 1/2	12 1/2	
Julho	3	3	3	3 1/2	12 1/2	
Agosto	"	"	"	"	"	
Setembro	"	"	"	"	"	
Outubro						
Novembro						
Dezembro						

Archivio - e o
Incluso attestato de
obito e remitta - e
2a via a' Directoria.

Hvarshimovich
Director

14/9/27.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

SERVIÇO DE POVOAMENTO

Patronato Agricola "*Visconde da Graça*"
Estado do *Rio Grande do Sul*

ATTESTADO DE OBITO

Eu, abaixo assignado, medico deste Patronato, attesto o fallecimento, conforme vae declarado.

Nome *Guarionir Flores (n.º 4)*
Filiação *Belormina Dias e Marco Balsano*
Idade *mortificado em 11 de Novembro de 1912*
Naturalidade (1) *Brasileira Rio Grande do Sul*
Lugar do obito *Evangelista Municipal*
Causa da morte *Meningite*
Dia e hora *dia 13-9-1927, ás 6 horas da manhã*

Pelotas, 13 de Setembro de 1927

Dr. Octavio Luiz Ferraz

MEDICO

(1) A naturalidade deve ser declarada por Estado do Brasil ou nação estrangeira.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio
SERVIÇO DE POVOAMENTO
INSPECTORIA DOS PATRONATOS AGRICOLAS

INDICADOR

Remettido em de de 19 Patronato *Visconde da Graça*
Nome do menor *Honorio Flores*
Sabe lêr e escrever? *não*
Aprende algum officio? *não*
Filiação { Pae *Marcos Balsamo*
Mãe *Belarmina Dias*
Naturalidade { do pae *Brazileiro*
da mãe *"*
Naturalidade propria *"*
Nascimento—dia de de 19
Edade presumivel *10 annos*
Residencia anterior *Pelotas*

ASSIGNALAMENTOS PHYSICOS

Côr *Branca* Nariz *Aquilino*
Estatura *1,32* Orelhas *Pequenas*
Peso *35 kilos - 38* Bocca *Pequena*
Olhos *Castanhos escuros* Vaccinado? *não - Sim, no Patronato - Prileno*
Signaes particulares

OBSERVAÇÕES

1º acciondo no Patronato em Fevereiro 7 1914 - Prileno.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

SERVIÇO DE POVOAMENTO

PATRONATO AGRICOLA „VISCONDE DA GRAÇA“

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — PELOTAS

CARTEIRA DE SAUDE

Alumno n. 4 de nome Haruio Flores ^{DO} Edade 12 annos

POLLEGAR ESQUERDO	RETRATO	POLLEGAR DIREITO
		

NOTAS PRELIMINARES

FILIAÇÃO

Pae Marcos Bahaus
Mãe Belormina Dias Salles

Domicilio Pelotas

Naturalidade Brasileira

ANTECEDENTES DE FAMILIA

Por indagação directa.....
Por outras informações.....

ANTECEDENTES PESSOAS

Por indagação directa.....
Por outras informações.....

Vícios.....

Enfermidades anteriores.....

CONCLUSÕES

DATA DOS EXAMES			Parecer e indicações	RUBRICA DO MEDICO
Anno	Mez	Dia		
1924	Setembro	15	Attesto que o educando se acha em condições de poder ser internado, de accordo com o regulament.	<i>P. F. T. S.</i>
1926	Junho	30	Idade 14 Peso 34 kg Altura 1m 43 Linha axillar 66 c Linha xiph. stern. 63 c Spirometria S-C	<i>P. F. T. S.</i>
1926	Novembro	17	Presaccião de vacinas a variola	<i>P. F. T. S.</i>
1926	Dezembro	20	Peso 34,5 Altura 1m 45 Linha axillar 69 Linha xiph. stern. 63 Spirometria S-	<i>P. F. T. S.</i>
1927	Janio	20	Vac. C. typh.	<i>P. F. T. S.</i>
1927	Novo	30	Acti-vernifugo	<i>P. F. T. S.</i>
1927	Junho	30	Peso 38 1/2 Altura 1m 47 Linha axilla 69	<i>P. F. T. S.</i>

2. Declaração de guarda do acervo histórico



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CÂMPUS PELOTAS-VISCONDE DA GRAÇA
AV. ILDEFONSO SIMÕES LOPES, 2791 - BAIRRO ARCO-ÍRIS
CEP: 96.060-290 - PELOTAS/RS
TELEFONE (053) 3309-5550
E-mail: cavg@cavg.ifsul.edu.br

Declaração

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Pelotas-Visconde da Graça, inscrito no CNPJ sob n.º 107.299.92/0008-12, com sede na Avenida Ildefonso Simões Lopes, n.º 2791 - Três Vendas, Pelotas-RS, por intermédio de seu representante legal Professor Amauri Costa da Costa - Diretor em Exercício, DECLARA que o **Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura - NEPEC** - possui a guarda do acervo histórico do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça.

Pelotas, 02 de maio de 2018

Prof. Amauri Costa da Costa
Diretor em Exercício

Prof. Amauri Costa da Costa
Diretor Adjunto
Câmpus Pelotas - Visconde da Graça
Instituto Federal Sul-rio-grandense



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br